

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 — Série VII — N.º 691
26 de Março de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

PCP MAIS FORTE

- **Próximas Assembleias das organizações: célula da Quimigal/Barreiro e célula da CP/Lisboa. Realizada a 2.ª Assembleia da célula da CM e SMAS de Vila Franca de Xira**
- **Encontro distrital para o trabalho de autarquias em Lisboa no próximo sábado**
- **Centros de Trabalho mobilizam campanhas de fundos em Lisboa (30 mil contos para as obras do Vitória — 12,5 por cento da meta já alcançados) e no Porto (novo CT na Cidade Invicta)**
- **Plenários em numerosos pontos do País (fundos e política financeira em debate no plenário concelhio de Almada no sábado)**
- **As consequências da adesão à CEE em debate no distrito de Coimbra. E brevemente também em Aveiro, onde entretanto se vai realizar um debate sobre a Ria**
- **Várias iniciativas de professores comunistas, abertas a todos os interessados (Setúbal e Portalegre são exemplos)**
- **Jornada democrática em Murça lembrou o exemplo de Militão Ribeiro**
- **A intervenção e a iniciativa dos comunistas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira**
- **10.ª Festa da Alegria, em preparação**
- **66.º aniversário do PCP, ainda em comemoração, em diferentes pontos do País**

Págs. 5, 6 e 7 / Semana

Delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal em Madrid e Barcelona

De visita oficial a Espanha, a convite do Partido Comunista de Espanha, partiu no dia 24 para Madrid o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, à frente de uma delegação que integra ainda Albano Nunes e Maria Rosa Rabiais, membros do Comité Central do PCP.

Como foi já anunciado, do programa da delegação do PCP constam comícios em Madrid e Barcelona em que usarão da palavra Álvaro Cunhal e Gerardo Iglésias, secretário-geral do PCE. Esta visita será seguida da visita a Portugal, de 7 a 12 de Abril, de uma delegação do PCE, dirigida pelo seu secretário-geral.



Trabalhadores da Petrol manifestam-se em Lisboa

GREVES CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO

Greve, hoje, na construção civil abrange 300 mil trabalhadores. Um Governo sem respostas na CP: ferroviários voltam às paralisações no dia 30. Ensino e pessoal escolar mantinham anteontem os anúncios de greve para hoje e amanhã. Conferências regionais mobilizam os sindicatos. Congressos em Santarém e Vila Real. Multinacionais: Encontro em Lisboa. Págs. 1, 2, 3 e 4 / **Semana**

Nota da Comissão Política do CC do PCP

PREMÊNCIA E URGÊNCIA DA DEMISSÃO DO GOVERNO

1. O Partido Comunista Português de há muito vem sublinhando o imperativo democrático e a necessidade nacional de se alcançar a demissão do Governo PSD/Cavaco Silva e de se promover a sua substituição por um governo democrático, respeitador da Constituição e da legalidade e dotado de uma política capaz de dar solução aos graves problemas do povo e do País.

2. Ao enunciar persistentemente uma tal posição, o PCP move-se, não por quaisquer alegados critérios de oposição sistemática, mas pela consideração objectiva e fundamentada das nefastas consequências e desastrosos resultados da acção do Governo minoritário do PSD e dos sérios perigos que faz pairar sobre a vida nacional e sobre a democracia portuguesa.

3. Com efeito, a premência e urgência da demissão do Governo PSD/Cavaco Silva decorrem, com incontestável clareza, da sua política de agravamento da situação social, de reforço da exploração dos trabalhadores, de acentuação deliberada das desigualdades e injustiças sociais, de clamoroso desaproveitamento — em termos de efectiva recuperação e desenvolvimento económico — de factores externos particularmente favoráveis, de destruição de estruturas e sectores vitais do aparelho produtivo nacional, de continuado desrespeito e violação da legalidade, de aberto confronto e rebeldia institucional, de humilhante mutilação da dignidade, soberania e independência nacionais.

4. Na sequência das numerosas e crescentes manifestações de descontentamento popular e do amplo e socialmente diversificado movimento de lutas contra a política do Governo, o anúncio da apresentação de uma moção de censura pelo PRD traduz a colocação na ordem do dia, no plano das instituições, da possibilidade de dar satisfa-

ção a uma aspiração e a uma necessidade profundamente enraizadas na vida social e política do País.

5. A apresentação de uma moção de censura ao Governo constitui, assim, objectivamente, uma oportunidade que não deve ser perdida. Seria absolutamente incompreensível que critérios e cálculos egoístas e sectários, divorciados da situação e problemas do povo e do País, levassem a desperdiçar a possibilidade real de se operar uma viragem política que, quanto mais tardar, maior margem de manobra dará ao Governo e mais tempo lhe oferecerá para golpear as conquistas democráticas do Povo português e para agudizar ainda mais todos os problemas nacionais.

6. Por isso, o PCP entende sublinhar que o actual momento político, colocando o conjunto das forças democráticas diante de inadiáveis e indifaráveis responsabilidades, delas exige, imperativamente, que uma ponderação serena e criteriosa dos interesses do Povo e do País se sobreponha a quaisquer outras considerações ou interesses.

7. Pela sua parte, o PCP reafirma a sua pronta disposição de contribuir, activa e responsavelmente, para que se opere a demissão do Governo e a sua substituição por um novo governo, formado no actual quadro parlamentar, e com base num processo de convergência dos partidos democráticos da oposição. Numa tal perspectiva e com tal objectivo, o PCP reafirma igualmente a sua disponibilidade para, com a urgência adequada, examinar com os outros partidos democráticos todas as questões relativas à concretização de uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

24 de Março de 1987

A Comissão Política
do Comité Central do PCP

Na hora das decisões

É indubitável que a situação portuguesa entrou numa fase de instabilidade política cuja saída não se afigura pacífica nem previsível para os actuais detentores do Poder executivo.

O Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD tem agido, em particular nas últimas semanas, nos termos do aprendiz de feiticeiro que desencadeia forças e acontecimentos que não pode controlar.

Factores múltiplos estão na origem dessa instabilidade mas todos eles têm na sua eclosão a política restauracionista de classe do grande capital que inspira os projectos e os actos do Governo minoritário de Cavaco e do PSD.

Guerra social contra o mundo do trabalho; descabelada ofensiva de destruição das conquistas fundamentais de Abril; violação sistemática da legalidade democrática; confrontação institucional; servilismo rasteiro aos interesses e exigências das multinacionais e do imperialismo designadamente norte-americano — eis a súpula de uma política global virada contra os interesses basilares do povo e do País.

O episódio da visita da delegação da AR à Estónia é um exemplo flagrante do destrambelhamento político e da impotência do Governo.

Permanece como uma questão em aberto: não se pode virar simplesmente a página sobre um incidente com a dimensão, as características e as incidências deste caso só porque a entidade que está no centro de todo o imbróglio e canhestramente o provocou — o Governo Cavaco/PSD — o vem declarar encerrado.

A inqualificável “gaffe” política, diplomática e institucional do Governo minoritário de direita revestiu-se neste caso de tais e tão grosseiras manifestações de desrespeito pelas normas mais elementares do nosso ordenamento democrático e de arrogância do Poder que considerá-lo “encerrado” apenas porque assim o quer o principal infractor das regras do jogo — o Governo — significaria ao fim e ao cabo pactuar com a infracção.

O exame e o debate na Assembleia da República desta “gaffe” monumental saldou-se por uma nova e pesada derrota das hostes cavaquistas e por uma nova e incontestável demonstração do seu isolamento político. O incidente «Estónia» faz aproximar a horas das decisões.

Concludente derrota parlamentar; vigorosa contestação social nos diversos terrenos de acção; descrédito da sua fabricada imagem de eficiência governativa — eis alguns dos frutos amargos colhidos nestes últimos dias pelo Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD.

O recrudescimento das lutas de massas por objectivos específicos e nas formas mais diversas assume crescente expressão política numa ascendente resistência popular contra o Governo e a sua nefasta acção.

A interpelação parlamentar do PCP sobre política laboral do Governo — que vai terminar já depois do fecho do nosso jornal — tem uma evidente correspondência com a política social que tem medrado sob a iniciativa, a protecção ou a condescendência do Governo minoritário de direita, empenhado num processo de exploração agravada dos trabalhadores, de esbulhamento das classes intermédias da nossa população, de defesa dos interesses do alto patronato e dos monopólios sem pátria, em suma: de empobrecimento dos mais pobres e de enriquecimento dos mais ricos.

O Governo cavaquista falseia números, faz com alguns índices malabarismos “macroeconómicos” que fazem sorrir quem tenha um conhecimento mínimo da realidade objectiva.

Na resposta à interpelação parlamentar do PCP sobre política laboral do Governo o ministro do Trabalho — que tem sido um acérrimo advogado e “ideólogo” da chamada “flexibilização” do mercado do trabalho, cuja vertente principal assenta na liberalização dos despedimentos e numa maior insegurança no emprego, faz comparações com os parceiros mais desenvolvidos da CEE que roçam pelo ridículo.

O que o ministro não diz é que, com a taxa de crescimento médio de 86/87 que o Governo aponta, Portugal só atingirá o Produto Interno Bruto (PIB), por cabeça, da Espanha de hoje (como se sabe, um país que não se situa entre os mais desenvolvidos da CEE), lá para o ano 2000 e com tais taxas entraria no século XXI — tal como entrou no século XX — na cauda dos países capitalistas da Europa, e ainda mais distanciado.

Pudicamente silencia que o défice do nosso comércio com os países da CEE foi em Janeiro de 1987 quatro vezes superior ao de Janeiro de 1986.

O ministro Mira Amaral atira números globais mas cala alterações de estrutura que lhe desmentem as conclusões; faz prestidigitação com percentagens relativas, deixando na sombra as diferenças abissais em valores absolutos; aborda certas mudanças presuntivas na economia, nas finanças, no investimento, assim como no desemprego, nos salários em atraso, no trabalho a prazo, nada dizendo nas deformações e distorções na composição interna das categorias abordadas.

No caso concreto do desemprego, dos salários em atraso, do trabalho precário, da exploração da mão-de-obra infantil, as suas mistificações da realidade são chocantes.

O ministro do Trabalho silencia o facto por demais conhecido do aumento real do desemprego de trabalhadores em plena efectividade de garantias e direitos sociais e o aumento do emprego de trabalhadores à peça, à semana, ao dia e até à hora; de crianças com idade inferior aos catorze e aos dezasseis anos (para certas profissões de maior risco, escondendo até que na legislação do-

minante da CEE a idade mínima geral para o emprego de menores é a dos dezasseis anos); do trabalho ao domicílio, sem limites de horário, sem quaisquer garantias e direitos sociais, pago muito abaixo do salário mínimo nacional. A transformação das mulheres desempregadas em domésticas é um dos seus “truques” de falseamento dos números globais da população activa e do desemprego.

O Governo que fundamentou a sua desastrosa proibição da visita da delegação parlamentar à Estónia num despacho de Salazar, baseia-se na prática, na questão da exploração da mão-de-obra infantil, num outro “grande” pensamento de Salazar: «O trabalho da criança é pouco mas quem não o aproveita é louco»...

O ministro foi incapaz de contestar as fundamentações da interpelação do PCP sobre a sua política laboral: cerca de 25% da população activa está desempregada ou tem emprego precário, remunerado em atraso ou clandestino — o que atira para números superiores a um milhão de trabalhadores —, que cerca de 42% da população desempregada são jovens à procura do primeiro emprego, de que cerca de 40% dos desempregados se encontram nessa situação há mais de um ano e que a cobertura social do desemprego (subsídios e outros) é inferior a 20%.

O ministro aborda a questão da conflitualidade no trabalho mentindo sobre a importância e o significado das lutas da classe operária e de um significativo leque social de um notável conjunto de outras classes e sectores da população.

Greves nos sectores dos transportes, da metalomecânica, dos têxteis, dos mineiros; acções de grande envergadura e projecção dos agricultores, dos estudantes, dos professores, dos profissionais da Saúde, da função pública, da hotelaria.

Manifestações, concentrações, desfiles de mulheres e de jovens, que ilustram a vastidão e a força da contestação à política do Governo.

De um Governo que dispõe de um «saco azul» que ronda os 300 milhões de contos e não resolve nem abre solução aos graves problemas da nossa produção e da nossa economia. De um Governo que substitui uma política de equação dos mais graves problemas sociais e de satisfação das mais sentidas reivindicações populares pela demagogia da esmola eleitoralista (como os 64% de aumento dos subsídios às crianças diminuídas!) apregoada de maneira gongórica na comunicação social estatizada que manipula, em especial na TV.

É um Governo «esmoler» que dá umas migalhas aos «pobrezinhos» para que rezem pelos seus «pecados» mas que cobre com a sua política de classe a favor dos mais privilegiados a exploração mais brutal dos trabalhadores.

Resumo

18

Quarta-feira

O Governo publica no «Diário da República» uma resolução sobre as grandes linhas de acção governativa para 1987/89, retomando assim as Grandes Opções do Plano retiradas da AR em Dezembro. ■ Federação e sindicatos ferroviários marcam nova fase de greves sectoriais na CP com início dia 30. ■ A JCP afirma em comunicado que os problemas do ensino superior «encontram justificação plena na política educativa do Governo». ■ É anunciada a realização da 10.ª «Festa da Alegria» em 3, 4 e 5 de Julho, em Braga. ■ O embaixador Valentin Vdóvin afirma, após audiência com Fernando Amaral, que a visita à URSS da delegação da AR foi um «sucesso». ■ Trabalhadores dos caminhos de ferro espanhóis paralisam por seis horas exigindo aumentos salariais, enquanto prosseguem as greves dos assalariados agrícolas, dos mineiros e dos médicos, entre outras lutas. ■ Cerca de 9 mil mineiros bolivianos iniciam uma greve de fome pela actualização dos salários. ■ Os partidos de direita e o Governo que apoiam sofrem uma séria derrota nas eleições municipais holandesas. ■ O Senado dos EUA opõe-se à decisão dos Representantes de suspender o apoio financeiro aos «contras» da Nicarágua. ■ O FC Porto passa à meia-final da Taça dos Campeões Europeus de Futebol.

19

Quinta-feira

ORT's dos transportes reúnem em Lisboa e entregam reivindicações na residência do Primeiro-Ministro. ■ A Federação sindical da hotelaria anuncia procedimento judicial contra o SE do Turismo por este não ter ainda empossado o gestor eleito pelos trabalhadores da ENATUR em Novembro. ■ Os trabalhadores da EPAL paralisam e responsabilizam o CG da empresa por «eventuais consequências do agravamento da luta». ■ O deputado do PS Raul Junqueiro defende a TV privada como «uma maneira de salvaguardar o carácter de serviço público» da televisão. ■ Associações de pais exigem a revogação do despacho que reprova os alunos que não obtenham nível positivo a Português. ■ O Conselho de Ministros da CEE considera «insuficiente» uma proposta da EUROFER para reduzir até 1989 a produção do aço em 15 milhões de toneladas e liquidar 22 mil postos de trabalho na siderurgia. ■ Doze batalhões indonésios desencadearam uma grande operação militar contra a resistência armada de Timor-Leste, anuncia em Lisboa a Fretilin. ■ Cabo Verde proíbe a utilização do aeroporto do Sal pela «Santa Lucia Airways» por esta companhia transportar armas para a UNITA. ■ Alastram na Turquia as «greves pelo pão». ■ A Conferência Episcopal da África do Sul considera as «eleições» marcadas por Pretória para 6 de Maio «uma perpetuação e consolidação» do *apartheid*. ■ O Conselho de Segurança da ONU apela ao fim do cerco dos campos de refugiados palestinianos no Líbano. ■ Morre Louis de Broglie, o físico francês que desenvolveu as teorias da mecânica quântica.

20

Sexta-feira

O ministro das Finanças anuncia uma baixa das taxas de juro em meio por cento e a fixação de uma taxa máxima de crédito. ■ O Encontro das ORT's do distrito de Setúbal decide convocar uma acção de luta para 2 de Abril. ■ O balanço do primeiro ano da adesão à CEE é relativamente optimista, mas o pior pode estar para vir, conclui o I Congresso Nacional dos Economistas e Gestores. ■ A ministra da Saúde, Leonor Beleza e Cavaco Silva inauguram em Coimbra um hospital considerado «o mais vultuoso investimento de sempre na área hospitalar»; 150 médicos especialistas desta unidade contestam o despacho sobre o acesso à chefia de serviços. ■ Trabalhadores do Hospital Maria Pia repudiam em conferência de imprensa a decisão da ministra da Saúde de demitir os gestores deste estabelecimento. ■ A Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras é recebida pela subcomissão parlamentar de Educação. ■ A DGB (Federação dos Sindicatos da RFA) anuncia uma campanha pela atribuição de «nacionalidade europeia» aos trabalhadores estrangeiros em países da CEE. ■ Max Kampelman, chefe da delegação dos EUA nas conversações sobre desarmamento, é hospitalizado após um ataque cardíaco. ■ O Governo da Nicarágua apresenta um protesto formal à Administração Reagan por a CIA fornecer informações aos «contras» sobre alvos militares nicaraguenses.

21

Sábado

O Conselho de Estado discute «o futuro de Macau». ■ O PCP analisa num encontro de quadros em Lisboa o andamento do processo de regionalização. ■ Realiza-se o I Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real. ■ A CGTP-IN promove uma reunião europeia sobre sociedades multinacionais. ■ A Comissão Portuguesa para o Ano Internacional da Paz decide continuar a sua actividade. ■ Os municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Amadora e Cascais decidem criar uma associação para estudar o escoamento do lixo. ■ Uma delegação parlamentar visita a UCHEDES — União de Cooperativas de Habitação Económica do distrito de Setúbal. ■ São anunciados aumentos dos preços do tabaco em cerca de 10\$00 por maço. ■ James Carter, ex-presidente dos EUA, afirma ao «Komsomolskaia Pravda» que é contra a «guerra das estrelas», considerando o projecto de Reagan «uma arma ofensiva e apenas ofensiva». ■ Inicia-se oficialmente o Dia Europeu do Ambiente. ■ Perez de Cuellar considera tardias e limitadas as reformas na África do Sul, numa sessão para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

22

Domingo

Reunida em Viseu, a Comissão Nacional do PS declara a «condenação clara da política do Governo», exigindo a demissão do MNE e um debate de Vitor Constâncio e Cavaco Silva na televisão. ■

Realiza-se no Porto o III Encontro Distrital de Trabalhadores-Estudantes. ■ O «New York Times» revela que os EUA estão a preparar para Maio manobras militares de grande envergadura na América Central, com concentração de 50 mil homens nas Honduras. ■ Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em Paris contra o «Plano Seguin» de corte de verbas para a saúde e a segurança social. ■ O «Observer» informa que o governo britânico manteve em segredo a sua participação num importante programa de modernização do armamento nuclear da NATO. ■ O presidente Sarney rejeita qualquer hipótese de consultar o FMI sobre os problemas económicos do Brasil.

23

Segunda-feira

O PRD anuncia que vai apresentar na AR uma moção de censura ao Governo. ■ Macau deixará de estar sob administração portuguesa em 20 de Dezembro de 1999, segundo a Declaração Conjunta Portugal-China que vai ser assinada quinta-feira. ■ A FACAR está para ser vendida e não garante «nem salários nem os postos de trabalho», afirma um administrador aos delegados sindicais. ■ Motoristas e condutores da Petrolgal paralisam por melhor segurança rodoviária e em defesa dos postos de trabalho. ■ Willy Brandt demite-se de presidente do Partido Social Democrata da RFA. ■ Inicia-se em Genebra uma conferência internacional pela cooperação na utilização pacífica da energia nuclear. ■ A Comissão Ecu-ménica Europeia pela Igreja e Sociedade, que engloba as igrejas protestante, anglicana e ortodoxa, apela à CEE para que decreta um embargo à importação de carvão da África do Sul. ■ O Governo da Serra Leoa anuncia que controla a situação depois de uma «tentativa de golpe de Estado».

24

Terça-Feira

O Presidente da República inicia uma viagem oficial de 12 dias ao Brasil. ■ Álvaro Cunhal parte para Espanha, para uma visita a convite do PCE. ■ Quadruplicou entre Janeiro de 1986 e Janeiro de 1987 o défice das trocas comerciais de Portugal com os outros países da CEE, segundo o INE. ■ Inicia-se na Assembleia da República uma interpelação ao governo sobre política laboral, por iniciativa do PCP. ■ Trabalhadores agrícolas de Alvalade-Sado impedem a atribuição de uma majoração de 30 ha na Cooperativa 3 de Outubro, provando que tal decisão assentava em declarações falsas prestadas aos serviços do MAP. ■ Os trabalhadores das minas do Pejão iniciam um período de paralisações às terças, quartas e quintas de cada semana em defesa do seu caderno reivindicativo. ■ Várias iniciativas assinalam o Dia do Estudante. ■ Cento e cinquenta mulheres do Porto exigem à porta do Primeiro-Ministro a baixa dos preços do pão e do leite. ■ Reunidos em Moscovo, os ministros dos Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia pronunciam-se pela conclusão «sem demora» de um acordo URSS-EUA para a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa. ■ Uma nuvem de ácido sulfúrico vinda de uma fábrica em chamas provoca a evacuação da cidade de Nanticoke, na Pensilvânia (EUA).

É neste clima de instabilidade política que o problema da alternativa assume cruciante importância e actualidade.

As declarações de Vitor Constâncio sobre o anúncio da apresentação de uma moção de censura ao Governo pelo PRD e as suas declarações sobre a posição do PS ilustram o tipo das dificuldades que se levantam à concretização de uma alternativa democrática e ao mesmo tempo as possibilidades reais de a viabilizar no quadro actual da Assembleia da República se estes dois partidos tiverem a vontade política de superar divergências e rivalidades secundárias e forem capazes de entender-se com outras forças democráticas, nomeadamente o PCP, para um decisão de carácter fundamental, cuja urgência e sentido patriótico são incontestáveis.

As declarações de Vitor Constâncio a propósito da moção de censura anunciada pelo PRD mostram que o PS e o seu secretário-geral retomaram as velhas concepções «bipolarizantes» que tão prejudiciais foram no passado recente para a democracia.

É urgente que o PS tire as lições fundamentais de uma negativa experiência desse passado e se não proponha repetir erros cujas consequências foram para si bem pesadas e evidentes.

Diz Vitor Constâncio que «o PS tem a sua estratégia, o seu calendário, os seus objectivos próprios, não necessariamente coincidentes com os dos outros partidos da oposição».

Mas o PS, na grave conjuntura nacional actual, não tem outros objectivos coincidentes com os restantes partidos da oposição?

O PCP também tem objectivos históricos e os seus princípios de que não abdica. Mas é exactamente para além das incoincidências e das diferenças e divergências de objectivos e princípios que é imperioso encontrar pontos comuns que permitam defender o regime democrático gravemente ameaçado por um Governo minoritário de direita que é possível remover e que é possível substituir por outro e convergir numa plataforma política que rasgue novos horizontes à democracia portuguesa.

A nota da Comissão Política do CC do PCP de 24 de Março diz acerca da iniciativa dos renovadores democráticos: «o anúncio da apresentação de uma moção de censura pelo PRD traduz a colocação na ordem do dia no plano das instituições da possibilidade de dar satisfação a uma aspiração e a uma necessidade profundamente enraizada na vida social e política do País».

As forças democráticas estão diante de inadiáveis e indisfarçáveis responsabilidades. O PCP não enjota as suas e reitera a sua disponibilidade para com a urgência adequada «examinar com os outros partidos democráticos a concretização de uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD».

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28-77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 30 688

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 691

26 de Março de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Construção civil volta à luta

Greve anunciada para hoje

- Conferências sobre o emprego
- Continua convocada a greve no Ensino

Conforme está programado também para outros distritos, Aveiro nomeadamente, a União dos Sindicatos de Lisboa efectua no próximo sábado uma Conferência Regional sobre emprego/desemprego. Estas iniciativas do movimento sindical unitário vão desenvolver-se a nível nacional. Mas paralelamente a estas acções e às desenvolvidas pela CGTP e pelos sindicatos junto da Assembleia da República, aumenta e fortalece-se a luta reivindicativa em empresas e sectores. Nestes últimos, assinala-se a jornada nacional da construção civil, bem como a greve no ensino, que continuava anunciada para ter início hoje, coincidindo com a do pessoal das escolas. Nas empresas (**ver desenvolvimento nas páginas seguintes**) prosseguia a movimentação nos transportes, com relevo para a greve na CP, acções reivindicativas e de protesto dos mineiros e no sector metalúrgico, em empresas como a **Facar, Toca, Setenave, EPAL, Sorefame, Mompur** e outras empresas nacionalizadas.

O descontentamento provocado pela política do Governo é manifesto em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pelos sindicatos. Na base de reivindicações específicas, expresso ou não, está sempre o risco do desemprego, nas suas variadas formas bem visíveis hoje.

As acções de massas, ou as que objectivamente lhes dizem respeito, embora conduzidas em unidade, dentro da mais firme conduta do movimento sindical, não podem pôr de lado a direcção principal da luta: a recusa combativa de uma política ao serviço do grande capital especulador, que se manifesta no incremento do desemprego e na promoção dos baixos salários.

Assim, apesar da diversificação das acções e lutas organizadas pelo movimento sindical unitário, a acção geral conflui para a rápida substituição deste Governo e para uma política que responda, primeiro que tudo, aos problemas nacionais e aos chamados novos «desafios», cujo significado o Governo deturpa constantemente.

Reclamar uma «nova política» de emprego é reclamar a demissão do Governo Cavaco Silva. É este o primeiro ensinamento a extrair dos documentos preparatórios das **conferências regionais** promovidas pelo movimento sindical.

Como afirmava recentemente a União dos Sindicatos de Lisboa, a Conferência do próximo sábado, no Forum Picoas, será assinalada, como a da Voz do Operário, na semana passada, pela participação de «técnicos e especialistas exteriores ao movimento sindical».

Esta característica, que deve ser salientada, ao mesmo tempo que privilegia o conhecimento exacto da realidade, é também um factor de peso contra uma política que sempre tem preten-

dido desenquadrar a política de emprego da política económica de que o País tem necessidade.

A política de emprego do Governo em funções é a política de um grupo de grandes patrões da agricultura, da indústria, do comércio e serviços, representados no Conselho Permanente de Concertação Social.

Com o inestimável auxílio da UGT, é daí do CPCS que tem saído, como se sabe, a escalada mais perigosa contra o emprego, o nível dos salários e a repartição do rendimento.

Nem o salário mínimo escapa!

A CGTP viu-se obrigada recentemente a requerer a declaração de inconstitucionalidade (isto é, a não entrada em vigor) de um decreto-lei do Governo (69-A/87) que, entre outras ilegalidades, contém disposições contra o princípio constitucional de «a trabalho igual, salário igual».

Para a CGTP-IN, que especifica melhor, o Decreto 69-A/87 é «materialmente inconstitucional», porque pretende legitimar:

- A redução do salário mínimo nacional (SMN) em função do número de trabalhadores da empresa, ou dos encargos patronais (salariais e sociais) por aplicação do SMN;

- Uma concepção redutora do SMN que, constitucionalmente, é a remuneração mínima estritamente necessária à subsistência de cada um pelo facto de exercer uma actividade profissional, quando o Decreto 69-A/87 considera como integrantes do SMN praticamente todas as retribuições acessórias;

- A discriminação salarial negativa dos trabalhadores deficientes, no que respeita às retribuições mínimas, admitindo-se reduções correspondentes ao grau de desvalorização do trabalhador, se superior a 10 por cento.

Promover o baixo preço da força de trabalho, por todos os meios ao seu alcance, é um dos primeiros objectivos de um Governo que se apresenta publicamente como nadando em abundância, que não lhe cai do céu.

Essa abundância circunstancial, como também é sabido, é inclusivamente aproveitada para repartir ainda pior o rendimento nacional, para fomentar a sobre-exploração da força do trabalho, para subverter a própria legalidade constitucional.

Não pode o Governo queixar-se de falta de abertura e de propostas de diálogo e negociação da parte das organizações representativas dos trabalhadores.

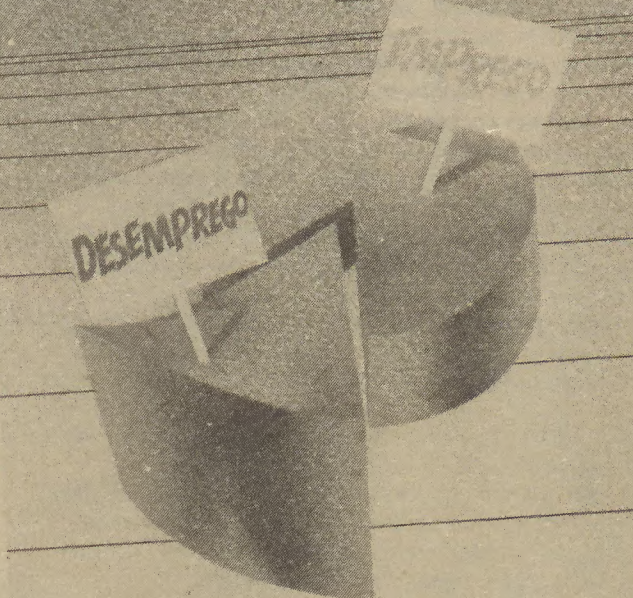
Todos os dias sem excepção, principalmente antes de desencadear qualquer acção ou forma de luta, os sindicatos, os seus dirigentes e delegados nas empresas, as comissões de trabalhadores procuram resolver os conflitos com o mínimo de desgaste para si próprios, naturalmente, para as empresas, para a economia do País e para as populações.

Mas, para este Governo, por norma, nada feito. São cada vez mais raros os casos em que as propostas dos trabalhadores e das suas organizações representativas são escutadas sem recurso à luta e ao apoio sindical.

Desacreditar os sindicatos e a generalidade dos trabalhadores organizados é um objectivo preciso e conhecido da política e do Governo Cavaco/PSD.

Como sucede por exemplo na CP, na **Sorefame** e em outras grandes empresas, o Governo em vez de dialogar com as organizações representativas e apoiadas pelos trabalhadores, empurra os conflitos laborais para becos sem saída, obrigando

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE emprego desemprego



forum picoas

do quase instintivamente à adopção de formas de luta, que a Televisão ignora para depois um membro do Conselho de Ministros ou um gestor tratem do assunto a seu modo diante da opinião pública.

Estes factos têm sido mais que denunciados. O Governo, para promover a sua política de acumulação e concentração acelerada do capital, precisa de desacreditar os sindicatos e a sua política de unidade. O recurso ao divisionismo não lhe chega. Ataca pelo lado da contratação colectiva, do trabalho precário, infantil, sem regras nem protecção.

A resposta do movimento sindical e da grande massa dos trabalhadores é o crescendo da luta, a escolha criteriosa das suas formas e a recusa de um comportamento revanchista da parte de muitos responsáveis pela vida económica do nosso país.

Construção civil efectua hoje jornada nacional

Os trabalhadores da construção civil e obras públicas paralisam hoje pela segunda vez a nível nacional durante todo o dia. Às 15 horas realizam concentrações junto do Ministério do Trabalho (e delegações nas capitais de distrito).

Em causa está a negociação do contrato colectivo de trabalho

vertical. A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore exige aumentos de 20%, redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, aumento do subsídio de alimentação, regulamentação justa das deslocações e transferências de trabalhadores de obra para obra, entre outras reivindicações.

No dia 10 de Março, véspera da primeira greve nacional deste ano no sector, o patronato e os dois sindicatos divisionistas anunciaram um aumento de 11,45%, «aviado em duas reuniões» — segundo a expressão de um dirigente da Federação unitária, a qual considera este aumento insuficiente e realça que ele «de maneira nenhuma repõe o poder de compra dos trabalhadores».

Os sindicatos que promovem a jornada nacional de hoje exigem ainda a resolução de outros graves problemas dos trabalhadores da construção civil e obras públicas, de entre os quais sobressai o **trabalho precário** — mais de 70 mil contratados a prazo e quase 160 mil recebendo à hora, ao dia, ao metro (parede, reboco), à peça (azulejos, portas, janelas).

As estruturas sindicais afirmam que há neste momento 300 mil trabalhadores em todo o sector, mas as entidades patronais declaram apenas 142 mil. Nos ilegais um grande problema é o trabalho infantil, fenómeno que já se verifica «às portas de Lisboa» — como foi denunciado em conferência de imprensa anteontem.



O Governo e um «tapume» dos mais sérios problemas do País



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO
COMUNISTA PORTUGUÊS



Censura

O Governo de Cavaco Silva é digno de todas as censuras. Não apenas por, em episódio significativo da sua atitude vassala ao imperialismo, ter conseguido escandalizar tudo e todos colocando de rastos a imagem e o prestígio do Estado e do País no tristemente célebre caso da viagem à URSS de uma delegação parlamentar. É que, com este Governo, se este caso não sucedesse, outros sucederiam. É que, ao longo de pouco mais de um ano de governação, o executivo minoritário do PSD já fez o mal que baste a Portugal e à grande maioria dos portugueses. Por mais que, em arrevezadas contas, se procure demonstrar que a economia cresceu, alinhando electronicamente quadros recheados de percentagens e de números comparativos, o que tem crescido é o desastre. E esse não há gráfico que o possa esconder da vista do cidadão, da agricultura devastada à indústria que se vai desmantelando.

Que se pergunte ao mundo do trabalho, onde o que cresce é o desemprego. Que se pergunte ao comum dos portugueses se tem melhorado a Saúde, a Educação. Que se pergunte mesmo às crianças sobre as quais se abate já a exploração desenfreada, a fome e a dureza da vida onde não há «*numerus clausus*» que as defendam.

Face à realidade, não há voltas a dar — o Governo de Cavaco é digno de todas as censuras.

Até de uma censura no parlamento. O que poderia derrubá-lo.

Minoritário como se apresentou, isolado como foi ficando, pouca gente choraria a sua queda.

Uma censura, porém, seja aquela que bastas vezes os trabalhadores e o povo lhe têm feito nas ruas do País, seja a que venha a ser aprovada na Assembleia da República — e não é certo que o seja, dadas as hesitações de alguns democratas —, não é apenas um castigo, umas orelhas de burro enfiadas num executivo ou em uma dúzia de ministros e outros secretários.

A censura popular aponta um caminho — uma alternativa democrática a uma política antidemocrática. A censura parlamentar deve ter o mesmo objectivo.

Comentando a iniciativa anunciada pelo PRD, o camarada Carlos Brito declarou que os comunistas têm defendido que «a substituição do actual Governo por um governo democrático é um imperativo nacional da maior urgência». E acrescentou: «Se a anunciada moção de censura do PRD conduzir a esse resultado será bem-vinda pela parte do PCP».

Compreende-se a coerência da afirmação.

Menos se compreende, porém, que o secretário-geral do PS manifeste ignorância quanto aos motivos de uma moção de censura a este Governo. Como se motivos não bastassem e como se os socialistas não tivessem ao longo dos meses denunciado também os malefícios de Cavaco.

Difícilmente se compreende, ainda, que o presidente do PRD quando interrogado na televisão sobre a alternativa, admitisse que, sendo este Governo mau, poderia vir a ser substituído por outro do PSD e liderado pelo mesmo primeiro-ministro.

Uma censura, repete-se, não é um castigo. Nem deve servir jogos políticos que dão mais calendário ao Governo para prosseguir na política de destruição.

Censurando o Governo de Cavaco, os portugueses democratas, os trabalhadores, o povo, querem e lutam por uma alternativa democrática.

Censurando o Governo do PSD no parlamento, os partidos democráticos devem mostrar aos eleitores que se batem a sério por essa alternativa.

Trabalhadores

Unidade sai reforçada das eleições sindicais

A unidade dos trabalhadores tem sido a chave do êxito nos momentos decisivos das lutas laborais. Tem sido também, para o movimento sindical unitário, uma linha-mestra da sua actuação em todas as frentes. Nas lutas contra despedimentos, pela viabilização de empresas, pela melhoria das condições de vida e trabalho, a unidade afirma-se, ganha raízes, cresce e reforça-se. Nas estruturas representativas dos trabalhadores, na sua organização, na sua vida interna, a unidade não é um *slogan* publicitário que se use como chamariz para a venda de um qualquer produto. A unidade é, também aqui, o mais importante instrumento dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses.

Não cai do céu, não surge por geração espontânea, é alvo de inúmeros ataques, há até quem se dedique a experimentar as mais diversas formas de a destruir. Mas ela marca pontos, para surpresa e arrelia dos que gostariam de a vergar e para bem da democracia, dos próprios trabalhadores e dos interesses nacionais.

A demonstrá-lo estão também os resultados das eleições para sindicatos, comissões de traba-

lhadores e outras estruturas. Sem a pretensão de um balanço completo de todos os actos eleitorais realizados, deixamos aqui algumas notícias da unidade que o voto dos trabalhadores torna ainda mais forte.

Em Fevereiro realizaram-se eleições para estruturas representativas dos trabalhadores de algumas grandes empresas.

Nos **Estaleiros Navais de Viana do Castelo**, nas eleições para a CT, uma lista unitária ob-

teve 1018 votos, dos 1412 expressos. Estavam inscritos 1668 trabalhadores nos cadernos eleitorais.

Na **Petrogal** a lista unitária obteve a maioria absoluta nas eleições para a comissão e subcomissões de trabalhadores, elegendo ainda o representante dos trabalhadores na comissão de fiscalização da empresa. A lista unitária preencheu 6 dos 11 lugares na CT e 40 dos 74 nas subcomissões.

Também no mês passado, na **Siderurgia Nacional**, a lista unitária venceu as eleições para a comissão e as subcomissões de trabalhadores, elegendo 22 elementos no total de 26 mandatos. Participaram nas eleições cerca de 80% dos trabalhadores da empresa.

Na **Cometna** de 613 inscritos nos cadernos eleitorais, 423 votaram na lista unitária para a estrutura sindical (sindicato dos Metalúrgicos) das fábricas da Amadora e de Famões.

Na **Centrel**, também com uma forte percentagem de votantes, a lista unitária ganhou, com 808 votos e 7 mandatos, contra 456 votos e 4 mandatos da outra lista, as eleições para a CT.

Realizaram-se ainda eleições para os corpos gerentes do **Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro**, nas quais a lista unitária teve 865 votos dos 872 expressos.

Já em Março, na **Tabaqueira**, foi eleito para a comissão de fiscalização o candidato proposto pelos trabalhadores, com mais de 700 votos de diferença em relação ao candidato da gerência.

Na **Alfândega de Lisboa e Serviços Centrais da Direcção-Geral das Alfândegas** pela primeira vez uma lista unitária venceu as eleições para a CT. Propõe-se defender «a via do diálogo em toda a sua amplitude, embora um diálogo firme na defesa da instituição e dos que nela labutam».



O movimento sindical tem organizado amplas assembleias e numerosas eleições desde o princípio do ano (foto de arquivo)

Santarém e Vila Real

Congressos sindicais

Amanhã e depois realiza o seu primeiro Congresso a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém. A USDS reúne o seu órgão máximo no Cine-Teatro S. João, no Entroncamento, com 21 sindicatos inscritos, até ao princípio desta semana, e cerca de 150 delegados em representação de 50 mil trabalhadores. A ordem de trabalhos, dividida em quatro sessões, nos dias 27 e 28, abre às 14 horas de amanhã. A saudação inicial segue-se a aprovação das regras de funcionamento do Congresso, a discussão e votação do regu-

lamento eleitoral, a apresentação do relatório do conselho distrital relativo ao triénio de 1984/86 e o início da discussão do programa de acção e do caderno reivindicativo. A sessão de 27 encerra às 19 horas. A eleição do conselho distrital decorrerá, com início às 15 horas, no dia seguinte. O encerramento do primeiro Congresso da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, estrutura intermédia da CGTP-IN, está previsto para as 17 e 30 horas de sábado, 28 do corrente.

Congresso em Vila Real

Conforme se noticiou oportunamente, a União dos Sindicatos de Vila Real efectuou, dia 21, o seu primeiro Congresso. Sob o lema «Com os trabalhadores, pelo emprego, desenvolver o distrito», uma das primeiras preocupações sindicais é o **desenvolvimento regional**.

O projecto de teses aponta, nesse capítulo, a defesa prioritária da estabilidade do

emprego, a criação de mais postos de trabalho e a instalação de indústrias transformadoras no distrito, possibilitando o aproveitamento das matérias-primas minerais e agrícolas.

A reabertura das minas encerradas e o desenvolvimento da indústria extractiva, o reforço do poder local e a urgente concretização do processo de regionalização constituem também reivindicações aprovadas pelo órgão máximo daquela estrutura intermédia da CGTP-IN.

Trabalhadores

Depois das paralisações de 11 a 16

Novas greves na CP

• Sindicatos acusam os gestores de desonestidade

Novas greves sectoriais foram decididas pelos sindicatos na CP. O pré-aviso indica o início do novo ciclo de paralisação para o próximo dia 30. No seguimento de quatro dias de idêntica forma de luta, o conselho de gerência e o Governo adoptaram perante os sindicatos a posição anterior, isto é: «não havia nenhuma evolução». A decisão de continuar com as greves rotativas foi tomada em plenário conjunto das direcções sindicais dos sindicatos ferroviários e do conselho nacional da Federação (FSTFP). Ficaram entretanto convocados plenários descentralizados de delegados sindicais, a realizar em Setúbal, Lisboa, Entroncamento, Coimbra e Porto.

O novo período de paralisações está previsto até 5 de Abril, e destina-se a reivindicar a aplicação do protocolo de carreiras assinado, mas não cumprido, pelo conselho de gerência da CP em 25 de Abril do ano passado.

O Conselho Nacional da FSTFP afirma que a agudização das formas de luta na empresa «foi clara e abertamente provocada pelo conselho de gerência, com o apoio do Governo Cavaco Silva», que se recusam a retomar as negociações do acordo de empresa e do regulamento de carreiras.

Desonestidade nas negociações

Recorde-se que o plano de investimentos para a empresa foi recentemente suspenso e que

não são claras, publicamente, as opções do Governo e do conselho de gerência diante dos chamados «desafios» da CEE. Sem dúvida que não se deve ao acaso o facto de o Ministério da tutela e demais responsáveis pela empresa pública CP quererem manter reservado o Plano de Médio Prazo (1987/91), que traça um panorama preocupante do estado da via férrea no nosso país. A par disso, os sindicatos acusam o CG (conselho de gerência) de «desonestidade» nas negociações.

É essa mesma a causa exclusiva, segundo os sindicatos, que levou os trabalhadores à greve e à agudização das formas de luta que se verifica presentemente.

O plenário conjunto de dia 18, efectuado vinte e quatro horas depois do termo das paralisações parciais, iniciadas no dia



Por que não se discute o Plano de Médio Prazo? A gerência da CP é um alarme permanente, como o Governo que a mantém. (Acidente de 5 de Maio, imagem de arquivo)

Unidade na DIALAP contra os despedimentos

«Alertamos para a demagogia contida nas cartas que estão a ser enviadas aos trabalhadores» propondo a «rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo» — afirma um comunicado da comissão de luta da DIALAP, Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes, SARL (intervencionada).

As referidas cartas vêm na sequência de uma circular, saída no final de Fevereiro após uma reunião do Conselho de Administração, sobre a «viabilização» da DIALAP à custa do despedimento de quase um terço dos seus 436 trabalhadores e da redução de direitos e regalias.

A propósito das afirmações feitas nessa circular lembrou, oportunamente o Sindicato dos Metalúrgicos (CGTP-IN) outros documentos em que a administração apontava «como solução a viabilização da empresa, a sua expansão com a criação de novos postos de trabalho e consequente aumento de angariação de divisas». «Será que, agora, a recuperação económica nacional, ao contrário de 1977, se

faz diminuindo os postos de trabalho e a entrada de divisas?» — perguntava um comunicado do Sindicato, datado de 13 de Março.

Por duas vezes foram proibidos plenários de trabalhadores dentro da empresa para discutir a resposta a estas medidas. Não existe na DIALAP comissão de trabalhadores. Recentemente, numa assembleia em que participou praticamente a

totalidade do pessoal da empresa, foi eleita por unanimidade a comissão de luta a que no início fizemos referência.

Despedimento colectivo não terá cobertura legal

A comissão, comentando o conteúdo das cartas enviadas aos trabalhadores, denuncia que «aí se pretende, sob coacção, que o trabalhador aceite o despedimento, senão sofrerá o despedimento colectivo — ameaça-se — e receberá menos do que lhe é oferecido na carta».

«Conhecerá, a sr.ª "conselheira", ou quem lhe encomendou o recado, a legislação laboral» — afirma a comissão de luta, lembrando que «o despedimento colectivo não terá enquadramento legal».

Para discutir a viabilização da DIALAP e a manutenção dos postos de trabalho foi já pedida uma entrevista ao IPE (Investimentos e Participações do Estado).

Iniciou-se entretanto o processo eleitoral para a formação de uma Comissão de Trabalhadores. Os cinco elementos da comissão de luta decidiram «apresentar-se às eleições constituindo uma lista unitária representativa de um largo consenso de sensibilidades políticas, sindicais e sectoriais existentes na DIALAP», apresentando como bases programáticas a luta pela viabilização da empresa com a manutenção dos postos de trabalho, pela «objectividade» nas promoções e pela melhoria das condições de vida e trabalho do pessoal da empresa.

11, sublinhava que «a importante decisão» de incrementar a luta se deve «exclusivamente à desonestidade posta pelo CG nas negociações com os sindicatos, assinando acordos que depois se recusa a cumprir, alegando interpretações verdadeiramente fraudulentas».

Estas acusações que estiveram na base da greve de 11/16

depois da última paralisação, o CG convocou esta Federação (FSTFP) para uma reunião às 15 horas, depois adiou-a para as 20 e acabou por chegar só às 3 e 30 da manhã, para dizer que, afinal, não havia nenhuma evolução na sua posição.

A disponibilidade da Federação para negociar mantém-se.

da fábrica de Cacia da Renault Portuguesa».

As negociações do caderno — se assim se podem chamar — decorrem há sete meses. Três sindicatos do sector (Metalúrgicos de Aveiro; Indústrias Eléctricas do Centro; e Fogueiros de Mar e Terra do Norte) acusam a empresa de violar a lei da greve, que decorreu em 16 e 17 deste



Uma multinacional bem instalada no País, que nem um caderno reivindicativo quer negociar

do corrente não mereceram qualquer comentário público, ou suficientemente conhecido, da parte da gerência da CP, quer antes, quer depois daquele período de greve.

Literalmente, o Conselho Nacional da Federação dos Ferroviários afirma:

Depois de andar desde Setembro de 1984 a «negociar» o regulamento de carreiras, o conselho de gerência, que se dá ao luxo de nem sequer cumprir os acordos que assina, utilizou as últimas paralisações como argumento para suspender a negociação, dizendo que não negociava com grevistas. Pois bem: um dia

Mas o interlocutor é que não se vê.

O novo ciclo de greves sectoriais é de duas horas por período de trabalho, de acordo com o comunicado emitido pela Federação na passada quinta-feira, 19 do corrente.

Noventa por cento de adesão à greve na Renault

A luta por um caderno reivindicativo levou também à greve «cerca de 90 por cento dos trabalhadores do sector produtivo

mês. Trabalhadores em greve foram substituídos por outros, «alguns dos quais não fazem parte do quadro da empresa». Até o médico e o enfermeiro da empresa foram postos a trabalhar no sector produtivo, afirmam os três sindicatos que reclamam, juntamente com os trabalhadores da Renault, um horário semanal de quarenta horas, o fim das discriminações salariais, o fim dos contratos a prazo, a revisão das carreiras profissionais e o reconhecimento da comissão intersindical.

A não aplicação da lei da greve foi imediatamente comunicada à delegação distrital da Inspeção do Trabalho.



DIALAP: um terço dos trabalhadores podem ser postos cá fora

Trabalhadores

Carta inédita ao ministro do Trabalho Um programa por cumprir nas multinacionais

Num trabalho distribuído recentemente sobre as multinacionais, a CGTP-IN divulga pela primeira vez uma carta dirigida ao ministro do Trabalho. Embora a carta já tenha um ano, a situação dessas empresas em Portugal não se alterou no sentido que reclamava e continua a exigir a Central unitária dos trabalhadores portugueses. Assim, é perfeitamente actual e útil, numa situação de desemprego crescente e de ameaças do Governo Cavaco à legislação favorável aos trabalhadores, divulgar o documento elaborado pela Inter acerca da **Declaração de Princípios Tripartida sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social**.

Como hoje, a CGTP reclamava em 31 de Janeiro do ano passado ao actual ministro do Trabalho a aplicação dos princípios expressos naquela Declaração da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A CGTP-IN lembrava ao ministro Mira Amaral, que, segundo a mesma Declaração, cabem aos governos «particulares responsabilidades nesta matéria». E lembrava-as porque não foram cumpridas, especialmente no período de 1983-1985 ao qual a carta faz alusão.

Essas responsabilidades governamentais, assumidas perante a OIT, de cuja organização os governos fazem parte, podem resumir-se relativamente às multinacionais, utilizando as palavras da carta ao ministro, na «**promoção de boas práticas sociais**».

Essas práticas são referidas expressamente na Declaração da OIT. Mas, na generalidade dos casos — como assinala a Inter — os governos portugueses não têm actuado assim.

Sublinha a CGTP-IN na carta a Mira Amaral que, «no período em análise (1983-85)», apesar da «frequência de situações em que as multinacionais desrespeitaram a legislação, a regulamentação e as práticas sociais no nosso país», o Governo português não actuou de acordo com os princípios expressos na Declaração.

Ao dirigir-se ao ministro e fazendo as observações a que o «Avante!» se refere aqui, a CGTP-IN afirma claramente «o seu empenhamento no sentido de dar efectivo cumprimento aos princípios enunciados na Declaração» da OIT.

nado, apesar das dificuldades da balança de pagamentos portuguesa. Gozaram ainda (as mesmas multinacionais) de condições preferenciais, mesmo em relação a empresas nacionais», como, por exemplo, no acesso ao crédito bancário.

Destaca em título aquele «Semanário», citando uma expressão da presidente do Instituto, que «este ano (1987) vai ficar marcado por grandes investimentos». É indispensável relacionar este «optimismo», como decerto o movimento sindical está a fazer, com os anteprojectos do «pacote laboral» e com «a nova legislação» que Raquel Ferreira considera «muito mais facilitante (sic) do investimento estrangeiro... Mas que «só entra em vigor, como acrescenta a presidente do Instituto, no final de Julho».

É indispensável recordar também, como faz a carta da Inter para Mira Amaral, que «um dos projectos mais importantes em Portugal, nos últimos anos, é o **projecto Renault**, associando capital estrangeiro (francês) e português, sendo este minoritário».

Foi precisamente neste projecto, ou em alguns dos seus aspectos, que — citando a mesma carta — «os compromissos entre a empresa e o Governo português não foram cumpridos».

Não foram cumpridos, por exemplo, em **Setúbal**, onde os valores de algumas produções ficaram claramente abaixo das normas contratuais.

Recorda a carta ao ministro do Trabalho que «o número de carros montados

Era entretanto anunciada para Lisboa uma **reunião internacional sobre sociedades multinacionais**. Responsável pela iniciativa, a CGTP-IN chamava à atenção para a influência cada vez maior daquele tipo de sociedades na economia mundial e a nível de cada país. No que respeita a Portugal, o debate e os seus resultados incidirão especialmente nas empresas **Philips (Grundig), Renault, Grupo Solvay (Soda Póvoa) e Beralt Tin and Wolfram** (minérios). Anunciado para um hotel de Lisboa, com a participação de algumas dezenas de sindicalistas e técnicos estrangeiros e portugueses, o debate decorre numa altura em que se regista um crescendo da luta de massas e da movimentação sindical incidindo em questões cruciais como emprego/desemprego, contratação colectiva, desenvolvimento nacional.

As multinacionais, também designadas por transnacionais ou STN's, influentes por sua vez no sector químico e farmacêutico, na alimentação e outros ramos de actividade, serão objecto, segundo o anúncio do debate, de uma análise em três pontos, aos quais o «Avante!» faz hoje uma curta referência até conhecer em pormenor os resultados da reunião. Esses três pontos de análise incidem na estratégia e comportamento daqueles sociedades, na análise da actuação do movimento sindical.

A reunião sobre as multinacionais — soube-se no início da semana passada — contava nessa altura com a presença já confirmada de organizações sindicais de Espanha, Bélgica, Grã-Bretanha, Holanda e Itália. Participariam também delegações da Confederação Mundial do Trabalho (CTM) e da Federação Sindical Mundial (FSM). O total dos participantes previstos era de quarenta, entre eles sindicalistas e especialistas ligados às multinacionais em análise, informava a CGTP-IN.

em 1984 é pouco superior a um terço do previsto (80 mil veículos) e que «os objectivos sobre o emprego também não foram cumpridos».

Em finais de 1985, «a Renault empregava menos de metade do valor previsto»; e a tendência para a redução mantinha-se.

Mas há outros casos. A carta da CGTP-IN recorda o da **DESCO**, como sendo um dos que configuram «flagrante desrespeito pela legislação e pelas decisões das autoridades portuguesas».

Esta empresa citada na carta recor-

reu, em 1985, a «forças de segurança portuguesas para impedir a aplicação de uma decisão do Governo português».

Adianta a carta, referindo-se à **DESCO**:

«Em Maio de 1985, o Governo proibiu um despedimento colectivo de 26 trabalhadores. A administração não aceitou esta decisão, recusando a entrada na empresa a estes trabalhadores. Face a uma acção de solidariedade dos restantes trabalhadores, a administração recorreu a forças de segurança».

Como a resistência continuou, o des-

pedimento não se efectuou logo. Mas — recorda a carta — «meses volvidos, a administração apresenta novo processo, actualmente (Janeiro de 1986) em curso, visando o despedimento de 55 trabalhadores, no qual inclui todos os representantes dos trabalhadores na empresa».

São situações destas que não cabem no «optimismo» da presidente do Instituto do Investimento Estrangeiro, que se recusa a falar sobre o **projecto Ford** e sobre a **metalurgia do cobre**.

Mas não sendo a presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro directamente visada na carta da CGTP-IN, que se dirige ao ministro do Trabalho, volte-se ao documento para acrescentar que a CGTP-IN, ao citar a Declaração da OIT, reconhece, naturalmente, que as suas disposições, quando não cumpridas, estão isentas de sanções jurídicas. A sua carta ao ministro é inclusivamente publicada junto ao texto da Declaração da OIT e contendo uma introdução. Nela se lê o seguinte:

«As transnacionais (ou multinacionais, como ainda são mais conhecidas) constituem um desafio permanente à própria soberania dos países. Os seus objectivos estratégicos são decididos a nível central, independentemente dos objectivos e das políticas dos países de destino. Isto significa que podem comprometer as condições para o desenvolvimento económico e social nos países onde exercem actividade.» (Isto é vulgarmente sabido, mas pouco escutado.)

Deve ter-se esta referência bem presente numa altura em que tudo são facilidades do Governo Cavaco para a banca internacional, no nosso país, e para o capital especulador.

A protecção e a defesa do emprego são indispensáveis para combater uma política de sobreexploração dos trabalhadores, que actualmente se confunde com a política das multinacionais.

Maximização dos lucros em prejuízo do emprego

Um semanário de direita, num «dosier» recente (28 de Fevereiro), embandeirado em arco com as «**empresas estrangeiras — as maiores**». A presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro, Raquel Ferreira, sublinha, no mesmo jornal, as suas esperanças de que 1987 seja um ano em que «se concretizem grandes projectos».

Ora, 1985, como a própria presidente reconhece, foi um ano de «números excepcionais» (24,5 milhões de contos, mais 18 milhões do que em 1986) no investimento estrangeiro em Portugal. Mas foi precisamente nesse ano de 85 que, segundo a carta da Inter a Mira Amaral, as multinacionais, tirando proveito da situação económica, orientaram exclusivamente a sua actividade pelo «critério da maximização dos lucros».

Acrescenta a carta:

«O **Código de Investimentos Estrangeiros** em vigor, permitiu-lhes (às multinacionais) a transferência de lucros e do valor do investimento alie-



Lisboa, paraíso estável (?) da banca internacional

6 • SEMANÁRIO / EMPRESAS ESTRANGEIRAS • 26 de Fevereiro de 1987

As expectativas criadas com a adesão do País à CEE vão ser concretizadas, a nível de investimento estrangeiro, já este ano. É a convicção da presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro, Raquel Ferreira, acredita, ainda, que países como os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul vão optar pelas «muito atraentes» condições portuguesas, como forma de conquistarem o mercado comunitário.

«Este ano vai ficar marcado por grandes investimentos»

Este suplemento faz parte integrante do n.º 172 do Semanário de 7.3.87. Não pode ser vendido separadamente. Para a edição, a distribuição é gratuita.

INFORMAÇÃO Semanário

FORMAÇÃO EM COOPERAÇÃO CIP quer mais autonomia para as empresas

A Confederação da Indústria Portuguesa vai propor ao Conselho Permanente de Concertação Social que os parceiros sociais definam uma metodologia para a revisão da Lei de Formação em Cooperação.

Neste momento, o assunto está nas mãos do Governo que elaborou um projecto que deve ser

Em matéria de legislação laboral, a **bola** está no lado dos parceiros sociais. De momento, o Governo espera para ver. Depois, o eventual consenso pode vir a ser uma arma política contra a oposição parlamentar.

Leis laborais — Governo procura consenso

Na próxima quarta-feira realiza-se um encontro entre os responsáveis da CIP e representantes de algumas organizações juvenis para se discutir a revisão das leis laborais.

De posse, no dia 16, é a vez de os membros do Conselho Nacional de Juventude se manifestarem sobre aquela matéria.

Estas reuniões integram-se no programa de contactos elaborado pelos responsáveis da Confederação do Comércio com o fim de se encontrar o «ponto de vista comum» entre os vários parceiros



Raquel Ferreira: «Uma das batalhas que travamos no Instituto é...

procurar localizações na Europa. S — E, quais são essas condições? R — Há uma proposta de lei de investimento estrangeiro, aprovada em 1986, e a nova legislação, muito mais facilitante do investimento estrangeiro, entrará em vigor no final de Julho.

terceiros, novos aspectos de colaboração, a que atribui extrema importância, entre a Universidade e os centros de investigação, em especial, para a investigação aplicada, o facto de — assim com evidente —

Este cenário é, ao que nos dizem, pouco criável.

PCP

2.ª Assembleia da célula da CM e SMAS de Vila Franca de Xira

A importância do trabalho preparatório

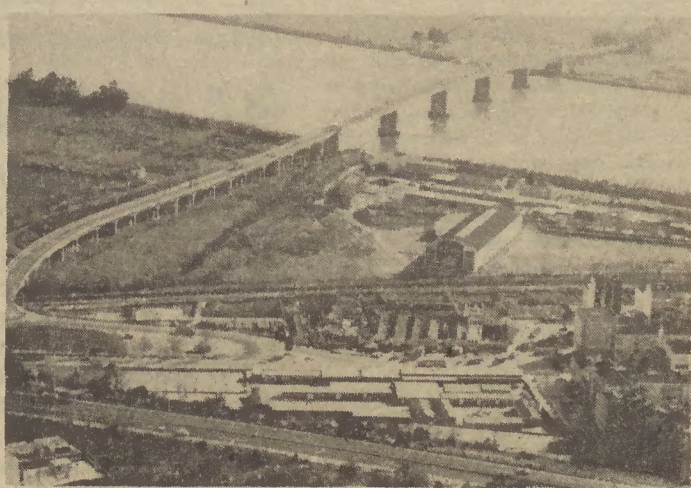
Militantes comunistas, simpatizantes e amigos do Partido, num total de cerca de uma centena de participantes, reuniram-se recentemente no salão do arquivo municipal para a 2.ª Assembleia da célula do Partido na Câmara Municipal e SMAS de Vila Franca de Xira. O ambiente, do primeiro ao último instante da reunião, foi de amizade e entusiasmo. No breve apontamento que aquele organismo do partido fez chegar à nossa redacção, salienta-se que «o êxito alcançado com a Assembleia teve origem no trabalho preparatório desenvolvido».

A célula do PCP refere a propósito:

«A organização do Partido foi toda contactada, fizeram-se reuniões de discussão do projecto de relatório com a participação de 50% dos militantes do Partido e foi elaborada uma lista de mais de 150 trabalhadores tendo por base serem trabalhadores honestos, profissionais competentes, independentemente de serem simpatizantes do Partido, os quais foram convidados para assistirem aos trabalhos da Assembleia.»

«O saldo deste trabalho mostrou-se bastante positivo. Participaram 50% dos militantes comunistas e perto de 50 simpatizantes e amigos, dos quais 4 aderiram ao partido na própria Assembleia.»

Sobre o debate realizado e o teor das conclusões e decisões da Assembleia, a célula salienta: «Dos problemas mais discutidos destacamos a necessidade de reactivação de alguns núcleos e de tornar mais transparente o Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores do Município e da "Associação dos trabalhadores" Mútua.»



«Desenvolver formas de luta em torno do Decreto Regulamentar 48/86, de forma a contribuir para a sua revogação imediata.»

«Todos os documentos em

discussão, assim como a aprovação do nosso secretariado foram votadas por unanimidade.

«O novo secretariado da célula é constituído por 14 camaradas (4 do anterior) entre os quais 3 mulheres (22%). Em relação à composição social, 6 são operários, outros 6 são empregados e 2 quadros técnicos. A média de idades é de 38 anos.»

a sua actividade mais regular e adoptando um estilo de trabalho mais colectivo e com maior responsabilidade de cada um dos membros.

● Relançar o funcionamento dos núcleos por locais de trabalho e criar comissões para os fundos e a informação e propagação.

● Discutir e promover o recrutamento de novos membros do partido (11 até Junho deste ano), orientando-o fundamentalmente para os operários, os jovens e as mulheres.

● Tomar medidas para restabelecer os contactos com camaradas desligados (10 até Junho).

● Promover uma maior venda do «Avante!» e do «Militante» (mais 15 Avantes e mais 10 Militantes até Junho).

● Dinamizar o trabalho de informação e propaganda, nomeadamente: fazer jornais de parede (pelo menos no refeitório); distribuir propaganda central nos locais de trabalho; elaborar um boletim de célula, com periodicidade bimestral; realizar iniciativas (cursos, colóquios) com vista ao desenvolvimento ideológico dos membros do partido e à discussão com outros trabalhadores não militantes.

● Continuar o processo de regularização do trabalho de fundos, nomeadamente: recuperar a quotização atrasada; actualizar o valor das quotas, para um míni-

mo de 50 escudos; promover as iniciativas centrais de fundos.

● Melhorar a ligação da célula com o organismo de autarquias, através dum contacto permanente e multiforme entre ambas as estruturas.

2. Melhorar a ligação aos trabalhadores

● Continuar a aprofundar o processo de regularização do funcionamento da Comissão de Trabalhadores da Câmara e dinamizar a formação da Comissão de Trabalhadores nos SMAS.

● Dinamizar o trabalho e a organização das Comissões Sindicais e a sua ligação aos trabalhadores.

● Encontrar os meios adequados para a regularização do funcionamento do CCD e da «Associação de trabalhadores».

● Intervir na discussão sobre a organização e o funcionamento da autarquia.

● Analisar os problemas dos trabalhadores, contribuindo para a sua unidade e luta.

● No plano geral, contribuir para a demissão do Governo Cavaco/PSD e por uma alternativa democrática que assegure a mudança desta política.

Apoiar as iniciativas da luta pela paz, pelo desarmamento e pela amizade entre os povos.



Lisboa

4.ª Assembleia da célula da CP

É já no próximo sábado, dia 28, que irá decorrer a 4.ª Assembleia da célula do PCP na CP/Zona de Lisboa. O início dos trabalhos está previsto para as 9.30 horas na cantina do Rossio.

Como assinala o actual secretariado daquela célula num dos documentos de trabalho elaborados no âmbito da actividade preparatória (este dirigido à participação dos ferroviários não comunistas na iniciativa de sábado), «a Assembleia é para qualquer organização do PCP o órgão máximo, é um local de debate aberto, vivo e participado, no qual se utiliza a crítica e a autocritica, no qual se apontam os sucessos e as debilidades, no qual se faz um balanço do trabalho efectuado, se traçam as linhas de orientação para o futuro e no qual se elegem os ferroviários comunistas que irão constituir o novo organismo de direcção da célula.»

Defendamos a CP! e CP — Que Segurança? são os temas de outros documentos elaborados pelo secretariado da célula.

Salvar a CP

Do primeiro extraímos uma breve passagem com propostas e medidas que os trabalhadores comunistas da grande empresa ferroviária consideram prioritárias para a defesa e dinamização da CP e dos serviços que presta aos portugueses:

- Terminar com os planos de ataque e desmembramento da CP, terminar de vez com os planos de fecho de linhas, ramais e estações;
- Terminar de vez com a redução de trabalhadores e admitir trabalhadores para as áreas onde há deficiências;
- Garantir um AE e Regulamento de Carreiras justos;
- Definir concretamente e com rigor, estação a estação, linha a linha, o serviço que a CP pretende prestar, quer de passageiros, quer de mercadorias;
- Elaborar então um Plano de Investimentos para dar resposta àquelas definições e à segurança ferroviária, a concretizar com carácter de urgência;
- Proceder à renovação da via, não apenas no eixo Braga-Faro e nas relações internacionais, mas de toda a rede, de modo a garantir a segurança da circulação e a melhoria do serviço, sob a responsabilidade da CP, sem recurso ao exterior;
- Elaborar um Plano de Segurança Ferroviária, com medidas concretas e de execução urgente, quantificando o seu impacto na segurança da circulação;
- Aquisição de material motor e rebocado adequado;
- Nomear as chefias de acordo com critérios de competência, trabalho e dedicação à empresa;
- Mobilizar-se, assim, ainda mais, os ferroviários para as tarefas de salvar a CP.

Plenário concelhio de fundos em Almada

A importância dos fundos para o Partido e o aprofundamento e perspectivas de actividade na frente de fundos serão os principais temas em debate no plenário concelhio de fundos marcado em Almada para o próximo sábado, dia 28, a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho concelhio.

Segundo a circular enviada pela Comissão Concelhia do Partido a todas as organizações, deverão participar neste plenário, entre outros, os membros da CC de Almada, os responsáveis pelas comissões de fundos e controlo financeiro, todos os camaradas ligados a esta frente (quotas, imprensa, comissões de

CTs, etc.). Também estará presente uma camarada da Direcção Regional de Setúbal (DORS).

Salienta a propósito a C. Concelhia do PCP:

«Neste plenário pretendemos discutir e aprofundar não só o trabalho realizado, mas também as dificuldades existentes, as debilidades, as carências, as pers-

pectivas futuras para o reforço desta frente, assim como iniciativas levadas à prática e que tenham resultado.

Para além de alguns tópicos, que iremos dar de seguida com o único sentido de servir de apoio às intervenções e para a discussão que se pretende fazer no plenário, é da máxima importância que todos os camaradas avancem com outras ideias e experiências das organizações:

● A organização e a estrutura existente e as perspectivas futuras, o controlo financeiro e as comissões de fundos e seu funcionamento;

● A quotização e as formas de recebimento normal, os contactos com os camaradas atrasados, o contacto com todos para que aumentem as suas quotas, as medidas que estão a ser tomadas;

● A venda e divulgação da imprensa do Partido, a sua importância na formação ideológica dos militantes, as experiências havidas, as medidas tomadas ou a tomar, qual a discussão havida em toda a organização;

● As bancas, os materiais existentes e formas de os expor, as iniciativas para aumentar as vendas;

● Locais de convívio, os preços, a higiene e a limpeza, a qualidade dos materiais, as iniciativas e o controlo dos preços;

● O controlo dos gastos e a defesa dos bens do Partido, contenção dos gastos injustificados, a falta de cuidado com certos materiais, os desperdícios, os cuidados no controlo da água, luz e telefone;

● A prestação de contas, as dívidas ao Partido, a discussão havida na organização, quais as causas, as responsabilidades colectivas e individuais, formas do seu pagamento;

● As abordagens, qual a discussão havida no seio da organização, quem vamos abordar, quem vai abordar, programação e lista de pessoas a abordar;

● As iniciativas centrais, rifas, cartões, lotaria, a preparação e programação das Festas da Amizade e do Avante, etc.;

Célula da Saúde

Está marcada para 4 de Abril próximo a 1.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas da Saúde, de Almada. Na nota que fez chegar à nossa Redacção, o secretariado provisório da célula refere a dado passo:

«Nesta nossa Assembleia pretendemos não só apresentar o trabalho realizado, e a eleição do Organismo de Direcção — o secretariado —, mas também é o nosso desejo que haja um amplo debate nos objectivos para o ano de 1987, e sobre as diversas questões e problemas que se colocam à nossa organização.»

«Por isso pensamos que será de fundamental importância a participação de todos os camaradas, não só com a sua presença no dia da Assembleia, mas também na sua divulgação e preparação.»

A Assembleia decorrerá no CT concelhio (sala 44), a partir das 15 horas.

Camaradas Falecidos

Augusto António Rina

Com 72 anos, faleceu o nosso camarada Augusto António Rina. Dedicado militante do PCP, era natural do Barreiro e fez parte do movimento de reformados, comissão de moradores e do secretariado da célula do PCP no Bairro 4 (Palmeiras). O funeral realizou-se da Igreja de Santa Maria para o cemitério de Vila Chã.

Joaquim Moreira Pereira

Motorista da Câmara Municipal de Valongo, no distrito do Porto, faleceu o camarada Joaquim Luis Moreira Pereira, de 44 anos. Membro do PCP desde 1974, pertencia

à organização de freguesia de Valongo.

Antónia Rosa Condenças

Faleceu recentemente a militante comunista Antónia Rosa Neves Tirapicos Azevedo Condenças, natural de Aguiar, Évora. A camarada integrava a organização local de Quatro Caminhos, em S. Sebastião, Setúbal.

António Vales Júnior

Natural de Alhos Vedros, faleceu o nosso camarada António Vales Júnior, de 81 anos. Era um velho militante do Partido, conhecido no concelho da Moita.

Manuel António Correia

Faleceu recentemente o camarada Manuel António Correia (Barreira), de 82 anos, membro da Organização de Freguesia de Carvalhais (Mirandela), de cuja Comissão de Freguesia fez parte a seguir ao 25 de Abril.

Camarada muito estimado na freguesia e concelho, no seu funeral estiveram presentes algumas centenas de pessoas, entre as quais representantes concelhios dos partidos democráticos.

Aos familiares, companheiros e amigos dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta as suas sentidas condolências.

PCP

Madeira

A intervenção dos comunistas

A recente reunião da DORAM, a conferência de Imprensa realizada no passado dia 19 para divulgar a posição do Partido sobre vários aspectos da actualidade política e económica regional, as iniciativas tomadas pelo deputado do PCP na Assembleia Regional (como por exemplo o requerimento sobre a abertura da estrada que liga o sítio da **Chamorra** ao dos **Três Paus**, parada há mais de 4 anos) e a 2.ª Assembleia da Organização do PCP na freguesia de **São Pedro**, realizada no passado dia 20 no Centro de Trabalho do Funchal, são alguns dos muitos temas que chegaram ao conhecimento da redacção do «Avante!» e que mereceriam, naturalmente, uma referência pormenorizada.

Na impossibilidade de corresponder a esse objectivo, aqui deixamos dois breves apontamentos: um sobre o projecto de resolução apresentado na Assembleia Regional pelo camarada Mário Aguiar sobre consequências dos temporais na **Ribeira Brava**, e outro sobre a realização da referida Assembleia do Partido.

Ribeira Brava

O temporal dos dias 26 e 27 de Fevereiro causou profundos estragos na Vila da Ribeira Brava que se fizeram sentir em boa parte dos estabelecimentos comerciais e ainda em repartições e serviços públicos, residências particulares e Igreja Paroquial verificando-se a destruição praticamente total de uma esplanada

e prejuízos de grande monta em toda a área afectada, de tal forma que os órgãos de informação qualificaram esta situação como a pior tragédia ocorrida na Ribeira Brava.

Parecendo evidente que a Câmara Municipal da Ribeira Brava não terá capacidade para reparar todos os danos em equipamentos e que é inviável a recuperação em tempo útil quer do normal movimento comercial, quer dos danos em habitações e serviços, o deputado do PCP, ao abrigo do artigo 16.º alínea f) do Regimento propõe a esta Assembleia a aprovação duma resolução dirigida ao Governo Regional para que a Vila da Ribeira Brava seja declarada em situação de calamidade pública, tornando-se as adequadas medi-

S. Pedro: 2.ª Assembleia do PCP

Na Assembleia foi apreciada a actividade da C. Freguesia nestes últimos anos, onde se destacaram, por exemplo, as deficiências da organização, e demonstrada a preocupação pela estagnação e envelhecimento das nossas fileiras, na Freguesia.

Também foi salientado o papel positivo que a C. Freguesia desenvolveu no que toca à informação e propagação e a importância de cada vez mais reforçar esta frente de trabalho. Também os objectivos traçados e aprovados por unanimidade mereceram a melhor atenção de todos os camaradas presentes, com destaque para a necessidade de uma maior intervenção a nível social de forma a alargar toda a influência do nosso partido, bem como o reforço da organização e

a criação de núcleos nos principais bairros.

A constituição da nova Comissão de Freguesia, composta por 7 camaradas, dois dos quais reeleitos, foi aprovada por unanimidade.

No final o camarada **António Casmarrinha**, responsável pela DORAM e membro do Comité Central, fez a análise da situação política e social, destacando os problemas regionais, nomeadamente a questão da autonomia; da situação financeira regional e do agravamento das condições de vida e de trabalho na região.

A realização desta assembleia, inserida no período da campanha organizativa, assume especial importância pela contribuição que pode dar a um melhor funcionamento orgânico do Partido, a uma maior dinamização da sua actividade, a uma maior intervenção para a solução dos problemas do povo e do País.

Barreiro

6.ª Assembleia da célula da Quimigal

Reforçar o PCP, defender a Quimigal, retomar Abril é o lema que presidirá aos trabalhos da 6.ª Assembleia da célula do PCP da Quimigal/Barreiro, a realizar no próximo sábado, dia 28, nas instalações da Casa da Cultura dos Trabalhadores daquela empresa pública. A Assembleia começará às 10 horas e entre os seus participantes estará o camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC. No Centro de Trabalho concelhio, no Barreiro, têm decorrido várias reuniões preparatórias da Assembleia.

O boletim «Informação» da célula do Partido na Quimigal/Barreiro, edição deste mês de Março, dedica uma atenção especial à realização da Assembleia, integrando-a no esforço de melhoramento da organização e na evolução sentida na empresa desde a última Assembleia desta célula, realizada há 40 meses atrás.

Além de se ter dado passo: «As mudanças no tecido orgânico da empresa, que estão em marcha no complexo industrial, com a desmobilização de pessoal e cujos efeitos são sentidos em todas as áreas da produção e serviços; e as consequências da ruína gestão imposta à Quimigal com vista ao seu desmantelamento, cujos efeitos nas unidades de produção Kowa-Seiko, Fibras de Vidro, PVC, Contacto VII e outras são bem conhecidas, — têm colocado à Célula as necessidades da defesa dos postos de trabalho e dos direitos socioprofissionais dos trabalhadores.»

Responder à campanha organizativa

«A Assembleia da Célula vai realizar-se num momento em que a luta do nosso povo por uma alternativa democrática à política revanchista do Governo antidemocrático de Cavaco Silva exige o reforço do PCP, como força dirigente das classes trabalhadoras. É também com vista a esse reforço, apontado no lema da 6.ª Assembleia como o primeiro dos seus objectivos, que os trabalhos irão reflectir as propostas que a Célula irá apresentar para responder à campanha organizativa decidida pelo Comité Central do nosso partido em 16 de Janeiro.

«De facto, a necessidade de fazer frente na Quimigal/EP às iniciativas programadas pelo Governo antidemocrático de Cavaco Silva e o seu Conselho de Gerência, que ameaçam não só a garantia de emprego como os

fundamentos económicos da empresa, — visando à destruição da democracia — impõe que se faça a reavaliação das nossas forças, as façamos crescer recrutando novos militantes sem sectarismos e sem os conceitos que prejudicam a aproximação e posterior inscrição de novos militantes, particularmente entre os trabalhadores mais jovens, ao mesmo tempo que terão que ser reajustados os organismos de direcção (os secretariados) às exigências de maior aproximação e ligação aos trabalhadores.

«Para que a resposta da Célula à campanha organizativa do partido possa atingir o seu objectivo na empresa é importante aprofundar o seu debate, enquadrar as acções de luta com o estudo e reformulação da organização, desenvolver e intensificar a mobilização e unidade dos trabalhadores em torno das suas reivindicações e em defesa dos seus direitos ofendidos.

«Retomar Abril é um objectivo da 6.ª Assembleia da Célula da Quimigal que aponta a exigência do desenvolvimento do trabalho ideológico do nosso Partido.

Há que esclarecer os trabalhadores que não entendem bem as propostas do PCP para a resolução da crise gerada pela política de restauração dos monopólios.»

Novo Centro de Trabalho será inaugurado em breve

Já aqui foi tema de reportagem e em breve também o será para uma notícia mais desenvolvida. Falamos do novo Centro de Trabalho do PCP em Portalegre, onde decorrem os últimos retoques de decoração, já a pensar, naturalmente, na jornada festiva de inauguração, prevista para breve, segundo nos informam os camaradas de Portalegre.

A obra está concluída e o novo CT, localizado na Rua do Comércio, mesmo no coração da cidade, já funciona. Dizem-nos que «se nota uma grande curiosidade entre os amigos do Partido e em todos aqueles que aqui passam, para saber como ficou a obra e como vai funcionar a nova casa do partido» no Alto Alentejo.

Considerado como «um contributo importante para o reforço de toda a actividade do PCP, não só na cidade e no concelho como no distrito», o novo CT foi possível pelo empenhamento e a dedicação dos comunistas e a solidariedade de muitos outros alentejanos. Ainda no princípio do ano, e correspondendo ao apelo da Comissão Distrital do Partido, uma jornada de trabalho voluntário com comunistas e outros democratas da zona de **Montargil** (Ponte de Sor) envolveu 208 trabalhadores, homens e mulheres, que apanharam 8740 quilos de azeitona, no valor de 121 360\$00.

E já que falamos de Portalegre é de salientar que as recentes comemorações do 66.º aniversário do partido mobilizaram largas centenas de pessoas em vários pontos do distrito. Assim aconteceu, por exemplo, na Cooperativa Operária, em Portalegre; em Benavita, no Cano, na Casa do Povo de Montargil, em Aldeia Velha e em Campo Maior. Camaradas da Comissão Distrital e das Comissões Concelhias e os camaradas do Comité Central **Dinis Miranda**, membro da Comissão Política, e **Diamantino Dias**, também participaram nesse conjunto de acções.

Actividade autárquica em balanço

Realizou-se no passado dia 15, em Alter do Chão, um plenário de eleitos, comunistas e outros democratas, nos órgãos autárquicos do distrito de Portalegre, com 53 presenças.

Analisou-se a situação nas autarquias do distrito, onde a APU detém 3 câmaras por maioria absoluta, vereadores em mais 9 e a presidência de 29 juntas de freguesia. Fez-se o balanço dos 15 meses decorridos deste mandato, nos seus aspectos positivos e das insuficiências verificadas. Salientou-se a existência dum trabalho muito positivo das câmaras APU: no que toca à descentralização para as juntas de freguesia; e pela forma séria de interligação dos eleitos com os trabalhadores aquando da reorganização dos serviços.

Debruçando-se sobre as insuficiências, os participantes neste plenário sublinham a falta de informação às populações e alguma subvalorização do trabalho em minoria. De salientar ainda a falta de informação e funcionamento colectivo que se verifica na vereação da Câmara Municipal de Sousel, onde nem as actas são distribuídas aos vereadores. Isto é tanto mais grave quando se trata da Câmara que é presidida por **Artur Torres Pereira**, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Os trabalhos foram encerrados pelo camarada **Dinis Miranda**, membro da Comissão Política do Comité Central, que se referiu ao trabalho autárquico no distrito, ao importante papel que os eleitos comunistas têm nesta frente de actividade e ainda à situação política actual.

Plenário de professores

No próximo sábado a partir das 14,30 h, realiza-se o 1.º Plenário Distrital de Professores Comunistas de Portalegre. Da ordem de trabalhos constam os seguintes temas: — organização do sector; e preparação do Seminário Sobre Sucesso Escolar (iniciativa do partido que terá lugar em Lisboa, no próximo mês de Maio).

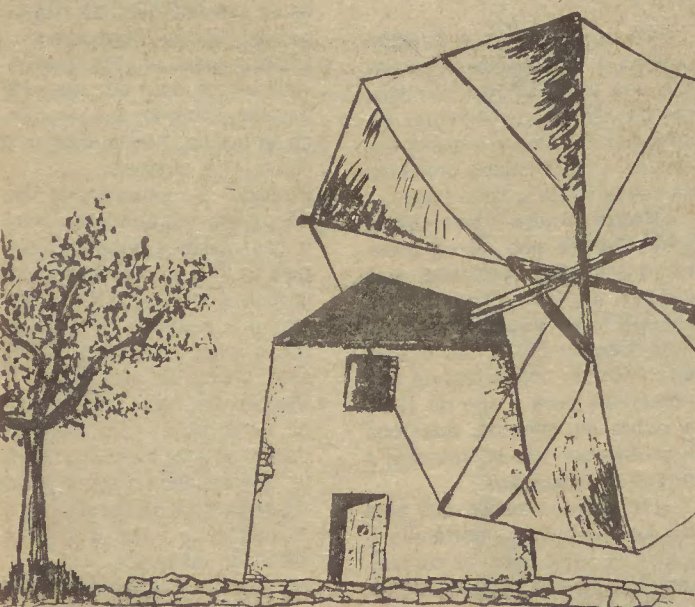
Participa neste Plenário o camarada **Diamantino Dias**, membro do Comité Central.

4.ª Assembleia em Campo Maior

No âmbito da campanha organizativa, a Comissão Concelhia de Campo Maior prepara a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia, que terá lugar no próximo domingo (29 de Março), nas instalações da Cooperativa Agro-Campo Maior. Os trabalhos terão início às 10 horas, sob o lema «**Reforçar a Organização! Fortalecer o Partido.**»

Participará na Assembleia um membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

ALCABIDECHÉ



Paralelamente à campanha do **Vitória**, que, como temos salientado, tem âmbito distrital, os comunistas da freguesia de **Alcabideche**, no concelho de **Cascais**, estão empenhados noutra campanha de recolha de fundos, esta destinada ao novo Centro de Trabalho da organização naquela localidade

Lisboa vai ao Alentejo no dia 5

É isso mesmo: no próximo dia 5 de Abril o distrito de Lisboa vai à Reforma Agrária. Trata-se, como já referimos na última semana, de uma viagem de solidariedade integrada na campanha dos 30 mil contos para as obras do **Vitória**.

Com diferentes pontos de partida e de chegada, a viagem tem um preço único de 800 escudos por pessoa, funcionando as inscrições nos Centros de Trabalho do Partido em todo o distrito. Já se registaram largas centenas de marcações, prevenindo-se encher mais de meia centena de autocarros.

Só em Lisboa foram preparadas excursões no Sector Sindical, Transportes, Saúde, F. Pública, OLL, S. Público, sectores intelectuais e SIP/DORL. A caminho da Reforma Agrária, na manhã do dia 5, vão-se lançar à estrada em ambiente de amizade e camaradagem outras excursões, como as de **Oelras, Cascais, Sintra, Queluz, Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agra-**

ço, Alenquer, Azambuja, Vila Franca de Xira, Loures ocidental e oriental. E em vários casos há mais do que um autocarro!

Serão visitados os cinco distritos da Reforma Agrária: **Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora e Beja.** Conhecidas UCP's/Cooperativas, como a **Estrela Vermelha** (Santiago do Cacém), 1.º de **Maio** (Avis), **Volta do Vale** (Couches), **Vitória do Sado** (Alcácer do Sal), **Esquerda Vencerá** (Pias), **Cravo Vermelho** (Montemor), e **Agular** (Évora) abrirão as suas portas para jornadas de solidariedade, convívio e amizade, reunindo gente do distrito de Lisboa com os trabalhadores agrícolas que defendem com coragem, a histórica conquista de Abril.

Para além das visitas pormenorizadas às instalações e terras das UCP's/Cooperativas, a viagem de dia 5 proporcionará programas de animação cultural e de contacto com as realidades locais, como sucederá, por exemplo, em **Montemor-o-Novo**, com a recepção prevista na Câmara Municipal e a visita a obras municipais; em **Évora**, com a visita à cidade e ao seu valioso património; ou em **Alcácer do Sal**, onde decorrerá uma visita às piscinas e ao complexo desportivo local.

Outros cenários para um convívio inesquecível são também possíveis, como ocorrerá em **Pias**, durante o pic-nic junto ao Guadiana. E já que se fala de fome, é de lembrar que todos os camaradas e amigos que participem nas viagens do próximo dia 5 não devem esquecer a merenda. Mas como nem só de pão vive o homem, não esquecer também as guitarras ou as harmonicas, porque a malta que



Na pág. 10 mais informação sobre a campanha dos 30 mil contos para obras no **Vitória**

canta e toca vai ser mesmo solicitada...

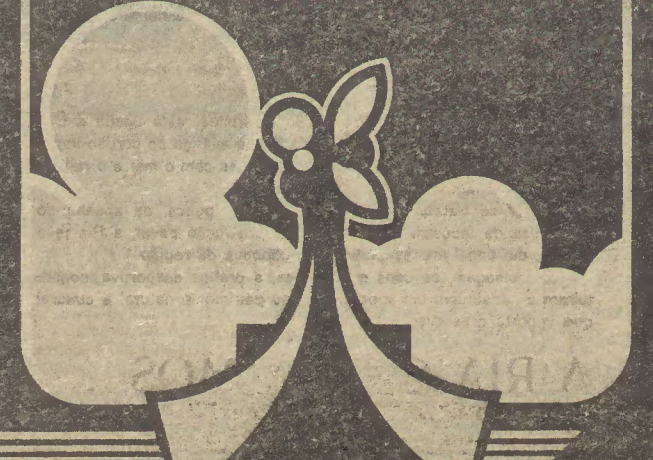
Recorde-se que esta iniciativa está a ser coordenada por uma comissão específica da campanha do **Vitória**, existindo em

cada organização um responsável pelas questões da excursão. Os elementos que deixámos neste breve apontamento foram-nos facultados pelo camarada **Hipólito Santos**, da DORL.

RIA DE AVEIRO

A QUE TINHAMOS!
A QUE TEMOS!
A QUE QUEREMOS!

debate



28/MARÇO
SALÃO CULTURAL DA CÂMARA
DE AVEIRO
C.D.A. PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Tal como já havíamos salientado na nossa última edição, realiza-se no próximo sábado, dia 28, por iniciativa da Comissão Distrital do PCP, o debate subordinado ao tema «**Ria de Aveiro — a que tínhamos, a que temos, a que queremos.**» Os trabalhos decorrerão no salão cultural da Câmara Municipal, a partir das 15 horas.

Como nós referem os camaradas de Aveiro, esta iniciativa assumirá a característica de **debate aberto** a todos os que nele queiram participar e contará com a presença de **Zita Seabra**, deputada, e **Vidal Pinto**, ambos membros suplentes da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O documento-base do debate tem sido objecto de análise das organizações do Partido no distrito e de vários democratas da região, entre os quais especialistas nas diversas áreas que tocam os problemas da ria de Aveiro.

Impacto e consequências da CEE

Outra iniciativa que suscita especial interesse em Aveiro é a primeira série de debates também promovidos pela Comissão Distrital do PCP sobre as consequências da adesão à CEE, «procurando avaliar o impacto

da adesão em importantes sectores da actividade económica do distrito e seus reflexos na situação social das populações».

O deputado no Parlamento Europeu **Joaquim Miranda** participará nesse primeiro ciclo de debates, já no fim-de-semana de 4 e 5 de Abril próximo, na cidade de Aveiro. Para além de questões gerais, serão analisados em particular os problemas da **produção leiteira** e das **pescas**, isto de acordo com o calendário que se segue: **dia 4** — às 15 horas, no salão da biblioteca da Escola Secundária N.º 2 (produção leiteira); **dia 4** — às 21,30 h no salão cultural da CM de Aveiro (questões gerais, reflexos para o País, os meandros da CEE, a importância da presença dos comunistas); **dia 5** — às 15 horas, no salão cultural da CM de Aveiro (pescas).

Estes debates terão continuidade com outras séries a anunciar oportunamente, previstas para diferentes localidades do distrito de Aveiro.

Açores

Agir para mudar

• DORAA esteve reunida em Ponta Delgada

Agir para transformar; a degradação do exercício do poder político; uma crise económica profunda; a hipocrisia da política social do Governo Regional; uma política de equipamento social incorrecta e mal executada; uma política má feita por um péssimo Governo; 25 de Abril e 1.º de Maio — jornadas de afirmação e luta. Estes os tópicos desenvolvidos no documento divulgado pela DORAA do PCP, que esteve reunida em Ponta Delgada no fim-de-semana de 14 e 15 deste mês de Março para apreciar «a evolução da situação económica, social e política regional à luz dos mais recentes factos, acontecimentos e situações concretas».

Pela sua actualidade e importância as conclusões desta reunião do organismo de direcção do Partido no arquipélago dos Açores serão devidamente tratadas e divulgadas nas colunas da próxima edição do «Avante!».

Como sublinha a DORAA do PCP, «no presente ano de 1987 não só é necessário como possível darem-se importantes passos no sentido de ser intensificada toda a acção política e social que visa a introdução de sérias modificações na realidade política dos Açores».

No documento, «a par da denúncia de diversas situações inaceitáveis, a DORAA concentra um conjunto de orientações e define as linhas de acção que nortearão a actividade da Organização Regional do PCP no presente quadro político regional».



SETÚBAL — No auditório do CT concelhio do Barreiro realizou-se no último sábado o 2.º Encontro distrital de professores comunistas da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP.

Em análise esteve o problema do «sucesso escolar», tendo o encontro sido aberto também a professores não comunistas, autarcas, membros de associações de pais e ou-

tra directamente envolvidas na resolução daquele grave problema. O encontro, que contou com sete dezenas de participantes, dinamizou também a intervenção da ORS no seminário nacional sobre o sucesso escolar, a realizar em Lisboa no próximo mês de Maio por iniciativa do Partido.

Uma síntese da discussão efectuada, uma resolução e uma moção sobre o ensino e aprendizagem do Português foram os documentos aprovados no encontro. Nos dois primeiros aponta-se a relação existente entre a grave situação social do País, a degradação acelerada do sistema de ensino, o insucesso escolar e a necessidade de lutar pela democratização da escola como passo fundamental na construção de uma escola de sucesso. O camarada **Carlos Ramilhes**, suplente da C. Política do PCP, interveio no debate.

Assembleia da República

Parlamento põe a nu malefícios da política económica e social do Governo

Concluída ontem, após dois dias de debate, a interpelação suscitada pelo PCP sobre a situação laboral, designadamente sobre os problemas do desemprego, dos salários em atraso, do trabalho precário e do trabalho infantil, duas grandes conclusões emergem do diagnóstico à situação económica e social efectuada com rigor e objectividade pelos partidos da oposição e em especial pela bancada interpelante: a primeira, aponta para o rotundo fracasso, na perspectiva dos interesses nacionais, da política económica e social desenvolvida por este Governo, política responsável pelo nosso atraso e pelas gravíssimas situações de injustiça, precaridade e pobreza; a segunda, refere-se à necessidade urgente de encontrar uma alternativa política que possa implementar uma política alternativa orientada de facto para o desenvolvimento, pondo assim cobro às actuais opções governativas apostadas em servir exclusivamente os interesses do grande capital nacional e estrangeiro.

Mais do que uma análise sectorial da política do Executivo, a interpelação agora efectuada acabou por constituir com efeito um verdadeiro julgamento da sua acção global, constituindo o veredicto mais uma severa e implacável condenação da conduta que, como ficou provado, desbarata os recursos que uma conjuntura externa pôs à disposição do País, degrada a estrutura produtiva e a produção nacional, agrava estruturalmente as contas externas e a independência nacional, aumenta a injustiça na distribuição do rendimento nacional, faz alastrar o desemprego, o trabalho precário, a exploração da mão-de-obra infantil e a pobreza.

Fuga às questões

Em três desenvolvidas e bem documentadas intervenções que iniciaram a interpelação, os deputados comunistas Jerónimo de Sousa, Octávio Teixeira e Odete Santos escarpelizaram em todas as suas vertentes os problemas

em debate, chamando particularmente a atenção com numerosos dados e factos para os aspectos mais graves quer da situação social quer da política económica.

Bem diversa foi a actuação dos representantes do Governo e designadamente do ministro do Trabalho. Num longo discurso, cheio de números, numa linguagem tecnocrática que não escondeu o tom vago e indefinido de algumas ideias, falou-se muito de modernidade e projectos para o futuro, mas pouco se disse sobre as questões concretas ali abordadas.

Mesmo os números de que o ministro se socorreu pouco tinham a ver com as questões em debate, incidindo quase exclusivamente em dados de 1986 referente à macro-economia. No meio das suas frequentes e vagas incursões ao futuro o ministro ainda teve tempo, no entanto, para ameaçar com o agravamento da situação dos trabalhadores, afirmando nomeadamente que o Governo se prepara para fazer «incidir as medidas da política de redução dos custos unitários

mais sobre o factor trabalho do que sobre os outros factores de produção».

Sem resposta, ficaram assim as numerosas acusações levantadas pela bancada comunista como sejam a inexistência de uma política de emprego, a responsabilidade do Governo nos despedimentos em massa e na proliferação dos contratos a prazo, na violação e restrição da liberdade nas negociações da contratação colectiva, na existência dos salários em atraso, no incentivo à repressão patronal, no aumento da pobreza, no ressurgimento do trabalho infantil.

Trabalho infantil

Esta realidade instituída em centenas de empresas de várias regiões do País, constituiu aliás um dos aspectos mais severamente censurados pela bancada comunista, sendo divulgados variadíssimos exemplos de crianças com 9, 10, 11, 12 e 13 anos sujeitas a longas jornadas de trabalho, numa inqualificável exploração, em sectores como os das confecções, de calçado, construção civil ou alimentação.

Acusando o Governo de pouco se importar com o facto de existirem entre as vítimas de acidentes de trabalho crianças dos 10 aos 14 anos e de fechar os olhos ao facto de as crianças serem usadas como forma de barateamento da mão-de-obra adulta, Odete Santos deixou em comoventes palavras, perante o hemiciclo, os casos de crianças como o Alberto Quintela, de Lagares (Felgueiras), de 12 anos, que ganham oito contos por mês, trabalhando muitas vezes até à meia noite; ou como o Rui, de 11 anos, que gostava de estudar mas não pode porque tem muitos irmãos; ou como a Maria dos Anjos, de 10 anos, que sofre a doença do pai com o seu

trabalho na fábrica de confecções».

Denunciando a manipulação dos números e as distorções e silêncios da monumental máquina de propaganda do Governo, Jerónimo de Sousa citou por seu turno numerosos casos que atestam a profundidade e dimensão da grave crise social e laboral existente, lembrando por exemplo que **25 por cento** da população activa está desempregada ou tem um emprego precário, remunerado em atraso ou clandestino; cerca de **42 por**

(apesar de haver 23 mil vagas por preencher) ou ainda a existência de empresas alugadores de mão-de-obra cujos trabalhadores sofrem uma exploração sem limites e são privados de todos os direitos. A chaga dos salários em atraso, a repressão patronal, a liberalização dos horários de trabalho, constituem outras tantas peças desta política em que, aos olhos do Governo, o que está mal não são as descaradas violações à lei e aos direitos dos trabalhadores mas sim, como referiu Jerónimo de

como a análise da envolvente externa, da balança comercial e da inflação) coube por sua vez a Octávio Teixeira que acabaria por concluir que a política económica e social de Cavaco Silva se saldou por um «rotundo e gravoso fracasso», facto que se deve, em sua opinião, à incapacidade de aproveitar as condições extremamente favoráveis da conjuntura económica externa capazes de combater as «causas estruturais do défice comercial, fortalecer e desenvolver as capacidades produtivas do País, proceder à recuperação de sectores e empresas em situação mais degradada, aumentar o emprego, melhorar os rendimentos salariais e atacar decididamente o trabalho precário e a pobreza».

Defendendo uma alternativa política, Octávio Teixeira enunciou entretanto algumas das grandes linhas que nesta área, no entender do PCP, devem presidir a uma política alternativa que ponha cobro aos ataques ao emprego e aos salários, política esta que tem sido a causa primeira, segundo disse, para o nosso atraso económico, para as situações de pobreza, de precariedade na vida e da injustiça social.

De acordo com as suas palavras, a inversão do actual quadro em que vivemos passa assim por uma política que ponha fim à destruição dos meios de produção, que favoreça os esforços produtivos das empresas e penalize o desperdício de recursos. Na opinião dos comunistas, essa política deve integrar ainda como elemento necessário a participação activa e criadora dos trabalhadores no desenvolvimento do País, sendo ainda imprescindível que uma tal política reconheça (e retire ilações) que o «crescimento acentuado dos lucros durante os últimos anos não conduziu à melhoria da economia nacional e que a degradação salarial deprime a actividade económica».

Uma política alternativa, em resumo, que assente a eficácia dos investimentos no alargamento da produção, no desenvolvimento e conquista do mercado interno, na redução dos custos materiais e financeiros, devendo ainda assumir claramente que «a real e eficaz modernização da estrutura produtiva nacional é inseparável do necessário aumento do emprego e nunca se lhe poderá opor».

Os factos

Durante a interpelação o Grupo Parlamentar do PCP distribuiu aos órgãos de comunicação social um *dossier* detalhado sobre situações como salários em atraso, empresas encerradas e paralisadas, despedimentos, contratos a prazo, trabalho precário, repressão e inoperância da Inspeção Geral de Trabalho.

Dessa documentação — de que daremos notícia mais detalhada no próximo número — retirámos alguns dados significativos:

- No distrito de Lisboa havia em Janeiro **163** empresas com remunerações em atraso; deviam mais de **3 milhões de contos a 17 142 trabalhadores**;
- só no sector metalúrgico do distrito de Setúbal há **7723** trabalhadores a quem são devidos **3 213 800 contos**;
- é de **3 433 636 contos** o valor da dívida de **104 empresas** do distrito do Porto a **18 848 trabalhadores**;
- os trabalhadores da estação de tratamento de lixo de Beiraal não recebem salários desde **1 de Janeiro de 1983**;
- do 2.º trimestre de 1985 para o 2.º trimestre de 1986 os contratos a prazo aumentaram **21%** (de **377 300** para **456 800**), segundo o INE, e sem ter em conta o emprego clandestino e o seu significativo acréscimo;
- a empresa **Monteiro & Irmão, Lda.**, de Felgueiras, tem **35** trabalhadores efectivos e **600** a trabalharem em casa;
- não foi ainda atendido nenhum dos cerca de **700** pedidos de intervenção feitos à IGT apenas pelas organizações sindicais do sector químico e farmacêutico.

cento da população desempregada anda à procura do primeiro emprego e mais de **40 por cento** dos desempregados já se encontram nesta situação há mais de um ano.

Sousa, «os direitos, liberdades e garantias, o seu exercício pelos trabalhadores e a sua cobertura constitucional e legal».

Política alternativa

A desmontagem minuciosa da política económica do Governo (nomeadamente no plano do emprego e dos salários, na agricultura e pescas, na indústria extractiva e na indústria produtora de bens de investimento bem

Sacralização do lucro

Mas não é apenas sobre os níveis de desemprego que incidem os custos de uma política que em nome da modernização e das novas tecnologias tenta fazer recuar as relações laborais para esquemas do século passado. Os contratos a prazo, a precariedade no emprego, o trabalho por empreitada, à peça, à tarefa, ao dia, à hora, são hoje uma realidade que atinge dezenas de milhares de trabalhadores, funcionando como um instrumento fulcral de repressão e chantagem sobre a legislação laboral progressista.

Como afirmou Jerónimo Sousa a sacralização do lucro em desfavor da justiça social está presente em todos os actos do Governo, facto que explica, por exemplo, afirmações tão graves como a do ministro do Trabalho de que as «oito horas de trabalho, o emprego certo e seguro com um estatuto e garantias sociais já passaram à história».

A luz destes conceitos, justifica o Governo o encerramento de empresas, a venda a troco de magras indemnizações de milhares de postos de trabalho a existência de situações escandalosas como as que se verificam com os seis mil contratados a prazo no Ministério da Educação ou os 12 mil trabalhadores com vínculo precário no Ministério da Saúde

Em defesa da qualidade de vida

Atenções viradas para o ambiente a árvore, o consumidor

A preservação e a melhoria da qualidade de vida das populações e do meio ambiente foram os grandes temas que de uma assentada estiveram em foco na Assembleia faz hoje oito dias, sendo objecto de três votos que mereceram a aprovação unânime do plenário. A servir de pretexto estiveram a passagem do **Dia Mundial dos Direitos do Consumidor** (15 de Março), o **Dia Nacional da Árvore** (21 de Março) e o início das comemorações do nosso país do **Ano Europeu do Ambiente**.

Apresentado pela bancada do PRD, o voto relativo ao Ano Europeu do Ambiente formula o desejo dos deputados de que esta iniciativa «mantenha para sempre na memória e na actividade do povo, o respeito por algo que nos rodeia, protege e permite a nossa vida com dignidade». Congratulando-se com a existência da data, **Anselmo Aníbal**, do PCP, em declaração de voto, salientou a sua importância como factor de «sensibilização» para os grandes problemas que grandes massas popu-

lacionais vivem e sentem, exprimindo ainda a opinião de que é urgente e necessária uma «**leitura integrada da problemática do ambiente**», ultrapassando a mera «**identificação das disfunções mais gritantes**».

O Dia Internacional da Floresta e o Dia Nacional da Árvore foram assinalados, por seu turno, num texto proposto pelo PCP no qual se alerta para a necessidade de «**definir uma correcta política florestal que tenha em conta o País real que temos, as riquezas florestais que possuímos**». Considerando indispensável que essa definição promova a exploração da floresta «**como fonte de protecção e renovação dos nossos recursos naturais sem submissão a interesses**» exclusivamente económicos, o voto do PCP defende ainda como medida urgente a implementação de um «**programa de prevenção e detecção de incêndios em florestas que preserve o nosso património**».

Para marcar a passagem do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor concorreram dois textos:

um, do PRD, aprovado por unanimidade; outro, do PCP, que só não mereceu a concordância do PSD, que se absteve.

Na sua declaração de voto, **Ilda Figueiredo**, em nome do grupo parlamentar comunista, manifestou o desejo de que a Assembleia contribua para a aplicação em Portugal da Carta dos Direitos do Consumidor, aprovada pela ONU em 1985, e assinala e saúda as iniciativas que as associações de consumidores têm vindo a promover em defesa dos interesses dos consumidores.

Dando a conhecer as preocupações da sua bancada pelas distorções que decorrem da não aplicação e regulamentação da Lei de Defesa do Consumidor, a deputada comunista considerou necessária a adopção de medidas que ponham cobro à «**proliferação de formas de publicidade dolosa, oculta ou enganosa**», defendendo ainda a inclusão nos planos de estudo do ensino de matérias relativas à protecção do consumidor.

Assembleia da República

Despacho sobre reprovação a Português PS impede a revogação

Apesar da existência de uma maioria parlamentar que rejeita frontalmente o despacho governamental que impõe como condição obrigatória para a passagem de ano dos alunos do ciclo preparatório e do curso geral unificado a obtenção de nível positivo na disciplina de Português, não fez vencimento na Assembleia uma iniciativa do PCP requerendo urgência para um projecto da sua autoria contendo medidas de emergência para o ensino-aprendizagem do Português, através do qual se pretendia pôr cobro à situação desastrosa gerada pelo referido despacho.

Correspondendo a um generalizado sentimento de repúdio manifestado pelas mais variadíssimas entidades (conselhos pedagógicos, associações de estudantes e de pais, sindicatos, etc.), esta iniciativa da bancada comunista visando ao mesmo tempo dignificar e valorizar o ensino do Português só não, passou (votaram favoravelmente o PRD, PCP e MDP; contra, o PSD e o CDS) por força da abstenção do PS, partido que apesar de reconhecer a gravidade da situação entendeu ser preferível aguardar que seja o ministro da Educação a revogar o seu próprio diploma.

Enquanto dura o compasso de espera, em vigor continua pois um despacho do Governo (n.º 32/EBS/86) que um parecer da própria Comissão de Educação, Ciência e Cultura considera uma

atitude precipitada, anti-pedagógica e prejudicial para o normal funcionamento do Sistema Educativo, tendo na ocasião recomendado ao Executivo a sua revogação.

Assim o não entendeu o ministro João de Deus Pinheiro que nunca reagiu à deliberação parlamentar, nem o PSD e o CDS que sempre se opuseram, em sede de comissão, posição que acabaria por prevalecer no Plenário com a «ajuda» do PS (ficou-se por pias declarações de intenção), sob a alegação de que se trataria de uma intromissão na esfera de competência do Governo.

Este argumento seria aliás desmontado pelo deputado comunista António Osório que não poupou críticas nem aos que com «rematada hipocrisia impedem na prática a resolução

de um problema grave, nem ao Governo que «recorre sistematicamente a despachos como fuga a legislar por decreto-lei, precisamente para se furtar à fiscalização da Assembleia da República».

Defendendo a competência legislativa e fiscalizadora da Assembleia, António Osório sustentou não ser aceitável o argumento de que este órgão de soberania «não deve alterar por lei um regime criado por despacho», lembrando ainda que no caso concreto tal argumento só serve para justificar aqueles que querem impedir a adopção de medidas que «inviabilizem a brutal injustiça» decorrente da aplicação do diploma em causa.

Depois de situar a iniciativa do Partido no quadro dos «nossos direitos constitucionais» e de a explicar pela vontade de «varrer da ordem jurídica uma aberração pedagógica e social», António Osório reafirmou a disponibilidade da bancada comunista para se continuar a bater para que a AR «aprove em tempo útil as medidas necessárias para evitar a situação de flagrante injustiça que se criaria se o despacho governamental fosse aplicado».

Nacional

Estudantes de Letras no 24 de Março A LUTA NO PRESENTE

Na semana em que se comemora o 25.º aniversário do 24 de Março, a luta dos estudantes de Letras de todo o País fica marcada por um recuo claro do ministro João de Deus Pinheiro ao aceder a reunir com os estudantes através das suas direcções associativas. Esta posição agora assumida, segue-se à recusa reiterada por diversas vezes por parte do ministro da Educação em ouvir as razões e as propostas dos estudantes para a resolução dos graves problemas com que se debatem aquelas escolas.

Ainda que não vá de encontro, em completo, às exigências estudantis — João de Deus Pinheiro recusa-se, por ora, a receber a Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras, organismo que tem dirigido toda a luta a nível nacional — este facto não pode deixar de ser considerado, no actual momento, como uma importante vitória da luta estudantil. A este propósito e em conferência de imprensa, Luís Silva da DAE de Lisboa alertava para o facto de João de Deus Pinheiro poder utilizar estas reuniões para criar divisões entre os estudantes.

No início desta semana realizaram-se já reuniões sectoriais entre João de Deus Pinheiro e as direcções associativas do Porto e Coimbra. A reestruturação dos cursos de Letras e a di-

versificação das saídas profissionais dos licenciados por aquelas escolas, foram os assuntos naturalmente em foco nestas reuniões. No final da reunião realizada no Porto, Manuel Loff, da Direcção da Associação de Estudantes da FLUP, afirmaria que o ministro «torneou as questões que lhe foram apresentadas», acusando simultaneamente João de Deus Pinheiro de refugiar-se no slogan da autonomia universitária para se demitir das suas responsabilidades na matéria.

Acompanhando todo este processo de reuniões com o ministro tiveram lugar na segunda e terça-feira Reuniões Gerais de Alunos no Porto, em Coimbra e em Lisboa. Na FCSH os estudantes exigem, entretanto, que o ministro aceda a receber igualmente a sua associação de estu-

dantes já que, pelo menos até ao momento em que redigimos esta notícia, não tinha sido ainda marcado qualquer encontro, facto tanto mais de estranhar quanto esta escola está envolvida na luta praticamente desde o seu início.

Manifestações nas três academias

Entretanto, com o objectivo de assinalar a passagem do vigésimo quinto aniversário do 24 de Março e de reafirmar a sua disponibilidade para a luta, os estudantes das Faculdades de Letras mais a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (FCSH) realizaram na passada terça-feira nas três academias concentrações de protesto, com distribuição de documentos informativos à população.

Participaram ainda nestas concentrações representações de outras escolas neste momento em luta como Farmácia, Ciências, Belas Artes, ISEF, ISEL, etc. Assinalar o aniversário a pensar na luta presente é o mote das iniciativas estudantis no 24 de Março de 1987.

Governo insiste em criar conflitos com o Parlamento

Mostrando nada ter aprendido com recentes acontecimentos que puseram em evidência a inequívoca vontade da Assembleia da República de não renunciar ao livre exercício das suas competências e atribuições, ainda mal refeito de estrondosas e sucessivas derrotas que traduzem uma enorme desconfiança na sua conduta e revelam o seu crescente isolamento, o Governo continua a dar mostras de não se adaptar ao normal funcionamento institucional com outros órgãos de soberania, e designadamente com o Parlamento, com o qual procura a uma cadência preocupante criar situações de conflito e de confronto permanente.

Desta feita foi a publicação no «Diário da República», na semana passada, de uma resolução que designou por «grandes linhas norteadoras da acção governativa», documento que corresponde nem mais nem menos do que às Grandes Opções do Plano para 87/89 as quais, recorde-se, acabariam por ser retiradas em Dezembro último da Assembleia face à iminente e previsível derrota que então as esperava.

Colhendo de surpresa deputados de vários grupos parlamentares, esta resolução governativa é considerada de nula validade quer sob o ponto de vista jurídico quer constitucional pelo que o seu aparecimento tem apenas como pano de fundo razões de ordem política, ou seja, só pode ser interpretada como mais uma tentativa para desafiar a ordem jurídico-constitucional e afrontar a Assembleia da República.

As reacções não se fizeram esperar e a bancada comunista, por exemplo, pela voz de José Manuel Mendes, considerou «intolerável» esta tentativa de «reinjectar nos circuitos políticos» através de uma resolu-

ção as GOP's um documento que «abortou à nascença», disse — procedimento incorrecto destinado apenas a furtar-se à intervenção parlamentar.

Com efeito, recorrendo à via resolutiva, em matérias de enorme relevância, como lembrou o deputado comunista, o Governo procura obstar a que os deputados possam sindicá-lo (como fariam se colocados diante de um decreto-lei) os actos normativos polémicos que vai produzindo.

«Será esta uma postura adequada, uma maneira sadia de cooperar com a entidade definidora das linhas nevrálgicas da orientação política», interrogou José Manuel Mendes. «É claro que não. O Governo prefere sonegar elementos informativos, chantagear, almentar-se de invenções e diversões ideológicas, distribuir favores por clientelas, submeter-se aos ditames obscuros», concluiu.

Bases militares

Notícias entretanto vindas a público sobre o eventual aumento de facilidades concedidas a países estrangeiros em bases militares do território do nosso

país — hipótese que tem gerado legítimas preocupações na opinião pública — foram objecto de uma breve intervenção do deputado comunista José Cruz. Em causa estão declarações do ministro da Defesa de Itália no decorrer de uma recente visita aos EUA sobre a eventual transferência para o nosso país de bases situadas em Espanha. Tal facto levou José Cruz a interrogar-se sobre que tipo de negociações foram feitas em Washington pelo ministro italiano ou «que tipo de informações ali recebeu que lhe permitiram, tão peremptoriamente, sugerir em clara ingerência, o território de Portugal para a recepção e acolhimento deste autêntico presente envenenado».

Exigindo um completo esclarecimento do assunto e designadamente sobre se houve ou não algum comprometimento de Cavaço Silva aquando das conversações secretas que manteve nos EUA, José Cruz lembrou que a experiência dos povos demonstra que «as facilidades militares a países estrangeiros acabam por se transformar em alienações de parcelas da nossa soberania» e que as bases «tendem a permanecer como uma mancha insultante mesmo quando já não são desejadas».

Depois de sucessivos adiamentos foi finalmente concluída a apreciação de um projecto de lei subscrito pelo PCP, PRD, PSD e PS que determina a extinção da enfiteuse ou aforamento.

O diploma agora aprovado vem ao encontro de uma velha e legítima aspiração dos foreiros de Salvaterra de Magos.

Suicultores do Baixo Mondego contra despacho do Governo

Promovida pelo MARN-Beiras em colaboração com a Federação das Uniões e Ligas de Agri-

cultores do Baixo Mondego, realizou-se na passada segunda-feira, em Coimbra, junto à Direcção

Regional de Agricultura, uma concentração de cerca de 70 suicultores do distrito acompanhados por uma delegação de produtores de Leiria. Nesta concentração, que contou ainda com a presença de uma representação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os suicultores exigiram o pagamento das indemnizações devidas pelos danos causados pelo surto de peste suína africana.

Segundo um despacho governamental, apenas os agricultores cujos animais foram abatidos por um veterinário da zona e que fizeram um registo prévio dos mesmos têm direito ao referido subsídio. Consideram os produtores de gado suíno que tal medida é injusta, já que cerca de oitenta por cento dos suicultores foram forçados a enterrar de imediato os animais, sem tempo para consultar qualquer veterinário, e desconhecendo os papéis que deveriam preencher. Nesta medida ronda os milhares de contos o montante dos prejuízos suportados pelos produtores afectados.

As organizações de agricultores que promoveram esta iniciativa, enviaram um ofício e um telex ao ministro da Agricultura exigindo «uma explicação e uma resposta» para esta situação. Entretanto, segundo informações vindas a público na imprensa, os agricultores do Baixo Mondego e do distrito de Leiria terão acordado na realização de uma acção conjunta, numa das cidades da região, exigindo uma solução justa para este problema que tão gravemente os afecta.

Olá Primavera! dizem os Pioneiros

Comemorar o Dia Nacional do Pioneiro e assinalar simultaneamente a entrada na Primavera, eis o objectivo que reuniu no domingo, junto à Torre de Belém, cerca de 200 pioneiros e mais cerca de 150 crianças no VII Encontro Distrital dos Pioneiros de Lisboa.

Com os novos ares da Primavera, o dia começou com desporto. Exibições de judo, ginástica e ginástica rítmica a cargo de colectividades do Cacém e de Carnide e uma gincana, para além de outras mais diversas brincadeiras ocuparam a manhã. À tarde e durante o indispensável almoço, as crianças aprovaram uma saudação à Primavera — «gostávamos de poder brincar em paz e termos tudo aquilo a que temos direito», afirmam. O dia terminou com uma visita ao Planetário e ao Museu da Marinha.

Carlos Brito sobre moção de censura

A propósito da anunciada moção de censura do PRD ao Governo, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP, teceu para os órgãos de comunicação social o seguinte comentário:

O PCP considera desde há muito que a política do Governo PSD/Cavaco Silva lesa gravemente os interesses do nosso povo e do nosso país e constitui um sério perigo para a democracia portuguesa.

Por isso mesmo, o PCP tem defendido que a demissão e a substituição do actual Governo por um governo democrático é um imperativo nacional da maior urgência.

Se a anunciada moção de censura do PRD conduzir a esse resultado será bem vinda pela parte do PCP.

Poder Local

Valongo

«Limpar melhor, servir a população»

Valongo é um concelho do grande Porto constituído por cinco freguesias que se estendem por uma vasta área. Transformado em mais um dormitório da cidade do Porto, particularmente a freguesia de Ermesinde, onde residem cerca de 48% dos eleitores do concelho, Valongo cresceu descontroladamente nos últimos dez anos e ultrapassa neste momento 80 mil habitantes.

A propósito da aprovação recente do Plano de Actividades e o Orçamento para 1987 na Câmara Municipal de Valongo, falámos com a camarada Eduarda Ferreira, vereadora do Pelouro da Higiene e Limpeza que sintetizou para o «Avante!» as perspectivas que tem para as áreas de que é responsável no município.

P. — Mantendo-se os três vectores fundamentais da actividade já cobrados no ano passado, e cumpridos com êxito, gostaríamos que nos dissesse, em relação ao primeiro, melhoria dos serviços de recolha e manutenção da limpeza, o que pensa avançar de novo.

R. — Em primeiro lugar interessa referir que o Plano de Actividades do Pelouro para 1987 é produto de um conjunto de reuniões com as forças vivas do concelho, com os presidentes de junta e outras entidades, procurando sempre corresponder às propostas que nos vêm dos vários sectores e dos municípios. Para além da criação de mais áreas de varredura e o alargamento dos circuitos de recolha

(só não se cobre, neste momento, as ruas estreitas e de mais difícil acesso), vamos continuar com a implantação de mais cem paleiras (em 1986 foram instaladas 160) e cinco pares de vias, cobrindo as zonas de mais movimento. Penso que dentro de dois anos atingiremos a cobertura total do concelho. Ainda dentro do âmbito do Pelouro está prevista a construção de três lavadouros públicos: um em Sobrado e dois em Alfena, com projectos adaptados aos locais em que se inserem. A adjudicação das obras de alargamento do cemitério de Campo, a iniciar dentro de quinze dias, e o projecto de alargamento do cemitério de Sobrado, obra de grande necessidade uma vez que está superlotado o cemitério

existente, são mais dois pontos do Plano já em execução.

Para salientar apenas mais um aspecto, desde o ano passado que nos empenhamos na criação de condições para iniciar a recolha nocturna de resíduos domésticos. Continua a ser uma das nossas apostas neste ano de 1987. Temos o esquema todo estudado, apenas nos falta o pessoal para agarrar esta nova área de actividade.

P. — A propósito da necessidade de entrada de mais pessoal, como pensa pôr em prática a outra direcção de trabalho do teu Plano, a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores da limpeza?

R. — Já no ano passado houve uma melhoria radical das condições de trabalho dos 28 homens e 3 mulheres que actuam no meu sector. Não tinham nada, nem galochas, nem luvas, não tinham fardas e os fatos de chuva não chegavam para todos. Por acção do Pelouro da Higiene e Limpeza os trabalhadores têm, em quantidade e qualidade, todo o material de que necessitam para desenvolver bem a sua tarefa. E têm-no feito apesar de serem, de facto, poucos para tão grande responsabilidade, houve um aumento de recolha do lixo de 15 toneladas por semana. Este ano vamos instalar cacifos

para guardar a roupa, correspondendo a uma proposta dos próprios trabalhadores e, em acção combinada com a Delegação de Saúde, iniciaremos o rastreio anual de prevenção da doença. Continuaremos as reuniões regulares com todos os trabalhadores, pois têm-se mostrado muito frutíferas para conhecimento do Pelouro dos problemas existentes.

Entretanto, é outro objectivo do Pelouro conseguir este ano alargar o quadro de pessoal de limpeza, de forma a concretizarem-se objectivos directamente dependentes desta medida.

Para terminar, gostaria de referir que a nossa actividade não se limita ao Pelouro. Problemas como loteamentos clandestinos, habitação, despejos, as tarifas de energia eléctrica e outros, têm merecido a nossa atenção. Tomadas de posição sobre decretos-lei do Governo, caso da CIFA, e sobre acontecimentos como o atropelamento de uma criança aluna da Escola Secundária da Formiga, em que é responsabilizado o Governo por não ter ainda encerrado aquelas velhas instalações da escola, quando há uma escola nova já a funcionar em Ermesinde, são parte integrante da nossa actividade e das nossas preocupações em Valongo.



Praça da Liberdade

Tarifas de energia: Governo despoleta alta tensão!

Uma verdadeira afronta ao Poder Local Democrático e, uma vez mais, a tentativa de imposição de aumentos brutais das tarifas de energia eléctrica na região do Porto — é o que numa primeira leitura se pode retirar da Portaria n.º 130/87, que o Governo Cavaco Silva fez publicar no «Diário da República», recentemente. Num momento em que decorriam negociações das Câmaras Municipais interessadas com o Poder Central, porque esta celeridade em decidir a «integração» dos Serviços Municipalizados na EDP?

Porquê a «preocupação» do Governo com as dívidas das autarquias, procurando apresentá-las como a razão de todos os males da EDP, esquecendo as vultuosas dívidas do sector privado e do próprio Estado e a gestão ruinosa da empresa da responsabilidade dos governos de direita?

A energia eléctrica é a única fonte de energia disponível para os consumos domésticos na região do Porto. Anos e anos de incentivo para o seu uso a preços reduzidos e os moradores organizaram a sua vida em função do uso daquele tipo de energia. E é justo que seja reconhecida esta situação específica. Numa luta que se prolonga há vários anos a população da região tem conseguido impedir a concretização dos brutais aumentos, várias vezes postos na mesa como da «máxima urgência». Têm levado a que os órgãos autárquicos da região — com excepção da Câmara de Matosinhos e do seu presidente Narciso Miranda e, mais recentemente, da Câmara da Maia e do seu presidente Vieira de Carvalho — se tenham juntado na justa reivindicação de reclamarem junto do Poder Central que a igualização das tarifas com o tarifário nacional fosse feita num prazo de, pelo menos, 10 anos. Os comunistas têm apoiado desde a primeira hora a luta das populações e tudo têm feito para que as autarquias se ponham do lado dos moradores, para que se encontre com a EDP e o Governo uma solução negociada, para que se estudem novas formas de energia alternativas, nomeadamente, com o abastecimento de gás de cidade à região.

Os objectivos do Governo são claros. As suas resoluções recentes inserem-se na política que vem sendo seguida há vários anos de destruição da EDP. Procura-se por todos os meios o desmembramento da empresa e a introdução do capital privado na exploração das actividades mais rentáveis da empresa.

A Portaria n.º 130/87 é injusta e antidemocrática, põe em causa os legítimos direitos das populações da região do Porto. E os moradores do Porto não vão ficar parados...

PCP

Montijo

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Montijo do PCP, realizou-se no passado sábado, na Santa Casa da Misericórdia de Canha, um debate sobre as consequências da adesão de Portugal à CEE, as quais naquela região fortemente agrícola, se traduzem na paralisação da empresa de concentrado de tomate «Tocan» e em importantes prejuízos dos agricultores da região.

O deputado comunista Rogério de Brito fez uma longa explanação sobre as condições desastrosas em que os governos portugueses trataram da adesão, e muito em particular as que mais directamente se ligam à agricultura, mas referiu ainda a

CEE à vista na Tocan

total incapacidade do Governo de Cavaco Silva para reduzir os efeitos negativos dos acordos firmados, preferindo enveredar por uma escandalosa campanha de demagogia que esconde o futuro negro que aguarda os pequenos e médios agricultores, caso não se inverta de política, tanto agrícola como noutros sectores.

No debate, muitos dos presentes, trabalhadores da «Tocan» — única unidade fabril de grande vulto daquela zona, e da qual dependem cerca de 3000 pessoas — expuseram de viva voz o drama para o qual foram lançados o que veio relembrar a actualidade do comunicado da Comissão Concelhia de Montijo

do PCP datado de 18 de Fevereiro, e que recordamos aqui:

«Com efeito, atendendo à gula de interesses privados a que não é estranha a orla de familiares do partido do Governo, a administração da «Tocan» deve 60 mil contos aos trabalhadores, repartidos em retroactivos, subsídios de férias e de Natal de 1986 e, para já, o salário de Janeiro e Fevereiro de 1987.

Para cúmulo, face às dívidas que a empresa contraiu junto da EDP, esta não encontrou melhor solução senão o corte de energia eléctrica à unidade fabril, impondo-lhe a paralisação da produção e, autêntico escândalo social, privando a escola primária local da obtenção de água.

Tratar-se-á — prossegue o comunicado — de uma nova «filosofia da vida», que entende que à fome dos filhos daqueles que não recebem salários não é demais juntar-lhe a falta de meios que permitam a higiene e a saúde assim como o normal exercício dos professores na escola?

«Mas a prova cabal de que não se trata de um problema de mera gestão financeira é o facto de que a administração tudo tem tentado para impedir a entrada dos trabalhadores na fábrica, recorrendo inclusive aos serviços exteriores de uma agência de segurança cuja prestação de serviços custará, segundo informações emanadas do local, 5 mil contos quinzenais.

«Paralelamente, os agentes do Governo em exercício na empresa procuram não cumprir a lei dos salários em atraso, na mira de convencer os trabalhadores eles próprios a optar pela rescisão do contrato e assim mais facilmente lançá-los no desemprego com menores custos.

«Tal como o PCP previu e preveniu, a adesão de Portugal à CEE e os acordos firmados no seu âmbito trazem para o povo português mais dificuldades e sofrimento. No caso concreto da «Tocan», estão à vista os reflexos de uma política económica e uma política agrícola antipatrióticas, que combatem e destroem as reais capacidades e possibilidades do País e dos portugueses.

«Não fosse o dramatismo que ronda mais lares e famílias — desta vez, em Canha — e bem poderíamos convidar o cortejo de ministros e seus serventários (os tais que todos os dias desfilam pela televisão apregoando que a crise acabou e tudo vai bem) a vir refinar o seu paladar na sopa da Tocan».

Murça

A romagem à campa de Militão Ribeiro no último domingo e o convívio de comemoração do 66.º aniversário do Partido, da iniciativa da Comissão Concelhia de Murça do PCP, constituíram dois actos intimamente ligados no seu significado.

Militão Bessa Ribeiro, assassinado com requintes de crueldade pela Pide na Penitenciária de Lisboa, é um nome inscrito na história do PCP, um herói da classe operária portuguesa que deu a vida pela luta do seu povo e do seu partido.

Murça, uma terra de tradições democráticas onde a direita mais reacçãoária implantou o terror nos anos do «Verão quente», homenageou singelamente a memória do seu heróico conterrâneo e evocou aquele que à limitada dedicação ao seu país e ao seu partido juntou o amor profundo à sua terra transmontana.

Evocar Militão Ribeiro



Murça: durante a romagem à campa de Militão Ribeiro

Família, amigos, camaradas e conterrâneos de Militão juntaram-se no cemitério de Murça e num local de convívio realizando uma iniciativa eminentemente democrática da organização lo-

cal do PCP, em que participou, em nome do Comité Central, a camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do nosso jornal.

Vitória

• Atingidos os 12,5% da meta



3 761 846\$00, o que representa 12,5 por cento da meta, é o saldo da campanha dos 30 mil contos para as obras do Vitória, segundo o controlo do passado dia 20. Ao nível das organizações concelhias é de salientar os 36,6 por cento a que já chegaram os comunistas da Amadora.

Mas quem vai à frente é o núcleo do próprio Vitória: já ultrapassou os 76% da respectiva meta. A SIP/DORL aproxima-se dos 30%, enquanto os bancários chegaram aos 20%. Com mais de 10%, o controlo de dia 20 registava as seguintes organizações: Cascais (13,2), Intelectuais (13,1), OLL (13,0), Seguros (11,3), S. Público (11,2), Saúde (10,5). Oeiras aproxima-se dos 10% (9,5), enquanto a meta conjunta dos concelhos do Norte se aproxima dos 20 por cento do total previsto. Quem está pior é Queluz, Sintra, Vila Franca de Xira e Loures Oriental.

Internacional

Hyden, «greve da fome até à morte» para que a vida seja possível

«O período de vida na terra que me cabe reduz-se em cada dia que passa. Há quem diga que por medo da morte não levarei a minha greve até ao fim. Tal problema só a mim diz respeito. Não temo a morte porque não posso renunciar a mim próprio.» São palavras de Charles Hyder. Astrofísico norte-americano em greve de fome há seis meses, diante de uma Casa Branca indiferente, apenas empenhada de facto no processo da corrida aos armamentos. Charles Hyder que conhece «demasiado» bem o que seriam as consequências — suicidárias — de uma guerra nuclear. E por isso mesmo empenhou literalmente a sua vida, e a sua morte, numa forma terrível de chamar a atenção e esclarecer, em particular o povo norte-americano, sobre a questão central da luta pela sobrevivência da humanidade.

Charles Hyder está convicto de que da sua luta resultarão frutos. A «livre» e «democrática» informação nos EUA e em geral as agências informativas do capital, empenham-se antes em silenciar o seu apelo. Da forma mais simples: calando-a.

Com que grau de eficácia, depende de todos nós.

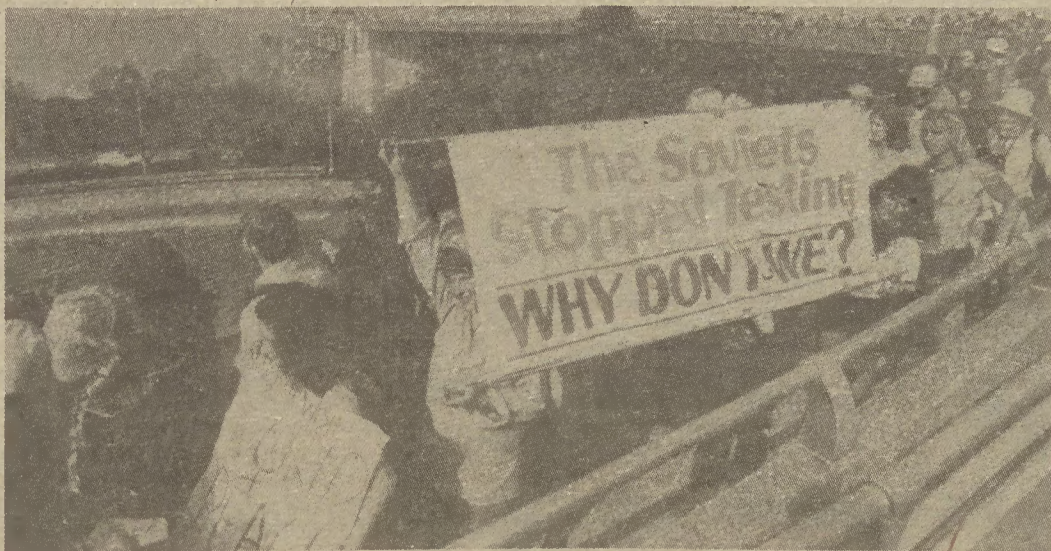
Quem é Charles Hyder?

Nasceu em 18 de Abril de 1930 em Albuquerque (Estado do Novo México).

Combateu na Coreia.

Em 1958 terminou o curso na Universidade do Estado do Novo México, onde, dois anos depois, recebeu o título de doutor em Ciências Físicas. Em 1964, sustenta tese de doutoramento em Astrofísica na Universidade do

Colorado. No seu activo conta com mais de vinte trabalhos científicos.



É pai de 5 filhos adultos.

Toma parte activa no movimento antinuclear nos Estados Unidos desde o início dos anos 70. Segundo as suas próprias palavras, o bombardeamento de povoações libanesas pelo «New Jersey» provocou uma alteração decisiva na sua vida.

Em 23 de Setembro de 1986 declara uma «greve de fome até à morte», exigindo do governo dos Estados Unidos que se empenhe na concretização de medidas para a liquidação do armamento nuclear até ao ano 2000 e renuncie à política de intervenções militares por todo o mundo.

Ao longo deste período de luta, Hyder tem contado com a solidariedade activa dos que pela paz se batem nos EUA, e também no plano internacional, da Associação Internacional de Juristas Democratas ao secretário do comité Hiroshima-Nagasaki. Na União Soviética existe mesmo uma comissão de solidariedade com Hyder.

Mikhail Gorbatchov enviou a Hyder uma mensagem de apreço pela sua luta e pedindo simultaneamente a suspensão da greve da fome, em que sublinha: «as vossas forças morais são necessárias para continuar a luta pela prevenção de uma catástrofe nuclear».

O porquê de uma luta

«Se constatamos que alguém aceita morrer pelos seus princípios, é-se levado a pensar no sentido e no alcance de tais princípios, no seu objectivo. Estou empenhado em impulsionar este processo. Exijo que até ao ano 2000 todas as potências liquidem a arma nuclear e não a substituam por outra. Exijo que os Estados Unidos sigam o exemplo da União Soviética que propôs um programa de desarmamento nuclear. Exijo que o governo americano não organize nem apoie operações militares fora dos Estados Unidos.»

Um combatente isolado numa batalha comum? Não. Hyder tem como preocupação central esclarecer e sensibilizar. Embora à custa da sua própria vida.

Na resposta dirigida a Gorbachov pela sua mensagem, diz-nos Hyder: «Ainda temos muito caminho a percorrer. Uma tal acção só pode levar as pessoas a agir se estiverem informadas. Continuo a basear todas as minhas esperanças na greve da fome (...) Os nossos "media" impedem a nossa voz de chegar ao povo americano. Entretanto existem nos Estados Unidos emissores-receptores que funcionam em frequências que toda a gente pode utilizar e que são



particularmente populares entre os condutores de automóveis. Assim podemos esperar que sobre todo o território dos Estados Unidos se irão acender os faróis cuja luz dissipará as trevas do silêncio de que os "medias" rodeiam a nossa acção.

«Penso que é na informação da opinião pública americana que é preciso basear a nossa principal esperança de ver o mundo liberto do perigo de uma guerra devastadora.»

Há razões para esta esperança? Sem dúvida. Basta referir que de acordo com os resultados de uma sondagem à opinião pública do Instituto Gallup, 80 por cento dos norte-americanos manifesta-se a favor da conclusão de acordos com a União Soviética para o controlo dos armamentos.

Mas ainda há «muito caminho a percorrer» para que as exigências de Hyder — que são as de todos nós — assumidas pelas mais amplas massas, se tornem numa força irresistível que finalmente imponha a paz. E o futuro.

O medo da Paz

«— Porquê, na sua opinião, a administração Reagan recusa liquidar as armas nucleares?

«— Porque, antes do mais, essa gente pensa de acordo com velhas categorias. Eles temem que, em perdendo a arma nuclear, perderão também o controlo do seu povo, e ainda de outros povos, sendo que o principal para eles é conservar o poder e os lugares-chave na sociedade. É por isso que tentam esconder do seu próprio povo a informação sobre as iniciativas soviéticas. Isto significa que espezinham a tal famosa «democracia», que acusam de faltar na URSS.»

O diálogo decorre bem perto da Casa Branca, entre o jornalista do «Notícias de Moscovo» e o astrofísico Charles Hyder, em greve de fome pelo fim das armas nucleares.

E leva-nos direitos ao fulcro do processo que hoje se desenvolve em torno da proposta soviética para acabar com os mísseis nucleares de médio alcance na Europa.

Dois factos ressaltam.

● Um primeiro — se o imperialismo, os sectores militaristas do capital, vão ainda aceitando algumas limitações na corrida aos armamentos (para as pôr mesmo posteriormente em causa, quando se erguer como obstáculo sério aos seus planos), não querem, de forma alguma, desarmar. Ora hoje é de desarmar que se trata. E não já apenas de pôr limites à corrida aos armamentos.

E o imperialismo não quer desarmar exactamente porque sem todo o seu poderio militar não poderá continuar a impôr o seu domínio a muitos povos e países. Não poderá continuar a roubar-lhes impunemente, ou a condicionar a sua evolução política.

Tão pouco restarão «argumentos» de «guerra-fria» também favoráveis à desinformação e mesmo à repressão a nível interno, como à «justificação» das múltiplas componentes das crises do imperialismo.

● Um segundo facto, não menos importante: o imperialismo, e os sectores ligados ao capital mais reaccionários, não podem afirmar preto no branco que não querem desarmar. Face à ofensiva soviética de paz, de uma clareza de objectivos que não deixa dúvidas a ninguém, os seus propagandistas e políticos metem os pés pelas mãos.

Tudo vale. Fala-se da necessidade de ligar o processo de liquidação dos mísseis de médio alcance ao do de mísseis de curto alcance, para depois avançar a hipótese de transformação dos Pershing em mísseis de curto alcance. Invoca-se um pretenso desequilíbrio em matéria de armas convencionais, escamotean-

do as propostas para a sua redução avançadas em Budapeste pelo Tratado de Varsóvia. Refere-se o problema das armas químicas, calando que são os Estados Unidos que estão a incrementar uma nova geração destas armas — as binárias —, particularmente perigosas, também porque bem mais difícil se torna o seu controlo.

Resumidamente se cai no ridículo de afirmar que sem Pershing a «Europa» ficará desarmada, face a uma União Soviética sem SS-20! (situação demagogicamente proposta, em 83, por Reagan...).

Do governo francês ao PS português

Aqui e agora a existência das «independentes» e «nacionais» forças nucleares francesas e britânicas, ganha a real dimensão que em 83 se pretendeu escamotear. François Léotard, ministro francês da Cultura e da Comunicação (!) avança mesmo uma proposta directa, no caso de um acordo sobre o desmantelamento dos «euromísseis»: «a construção de uma defesa europeia» tendo, como núcleo central, as forças nucleares francesas e britânicas.

No mesmo sentido vão no fundo declarações de Vítor Constâncio, em Milão, que referindo-se à possibilidade de um acordo para liquidação dos «euromísseis», afirma a necessidade de «reforçar o pilar europeu no quadro da indispensável aliança com os americanos».

A conclusão é clara — a ofensiva soviética de paz assusta —



é o termo — todos os que apostam no militarismo como terreno favorável à sua política.

Mas,

Os tempos não vão fáceis para os defensores das armas

A grande batalha de massas pelo desarmamento, que agrega os mais diversos sectores, e que hoje incorpora muitos trabalhadores científicos, pela consciência acrescida que têm das tremendas consequências que hoje adviriam mesmo de um simples acaso — pesa de forma significativa. Não é por acaso este embaraço de justificações e procura de saídas pelos que continuam a apostar na corrida aos armamentos.

Simultaneamente com este movimento de massas, o alargado esclarecimento do significado, hoje, da escalada armamentista, gera interrogações e posições diferenciadas, mesmo entre sectores e governos do capital.

Uma realidade viva e diferenciada de onde brotam posições distintas. E temos a Bélgica a manifestar um parecer desfavorável à realização de uma reunião dos responsáveis da CEE

consagrada aos problemas de Defesa. Ou o chanceler alemão-federal, Helmut Kohl a saudar as propostas de Gorbachov, dizendo mesmo que se tais propostas «contêm possibilidades para uma maior compreensão, mais cooperação e, acima de tudo, resultados concretos no desarmamento e controlo de armas, então vamos aceitá-las». Claro que entre as declarações e a prática concreta há um passo grande a transpor. E aqui pesarão também razões económicas. Mas nem por isso posições como esta perdem a sua importância.

Em significativas declarações

ao jornal soviético «Komsomolskaja Pravda», o ex-presidente norte-americano Carter afirmou há dias que a «guerra das estrelas», «nada tem de comum com o sistema de defesa anti-míssil, é uma arma ofensiva e apenas ofensiva». Razão porque a ela se opõe.

E assim regressamos à questão de poder. Porque é de uma questão de poder que se trata. Como nos diz Hyder. E é assim que hoje, ao arripio da vontade dos povos, e das simples realidades da nossa época, o imperialismo continua a apostar na corrida aos armamentos. Com crescentes dificuldades. Mas sem que até agora tenha sido possível, às forças da paz, impôr o primeiro passo rumo ao desarmamento.

Hyder dá a vida pela paz. Como outros na batalha pela liberdade. A homens e mulheres convictos das suas ideias, é dado oferecer a sua própria vida para que o futuro seja melhor, e possível. Mas para a Humanidade só a vida é perspectiva.

Seminário na URSS

A convite da Academia das Ciências da URSS, deslocou-se a Moscovo, de 17 a 22 de Março, o camarada Carlos Carvalhas, para participar no Seminário Internacional sobre as «Especificidades da Crise do Capitalismo».

O Seminário, que foi aberto com as intervenções de Boris Ponomaref, Zagladine, e Primakov, teve lugar no Instituto de Economia Internacional, com a presença de especialistas de várias universidades da URSS e de vários países da Europa, América Latina, África e Ásia, desenrolou-se em três secções.

O camarada Carlos Carvalhas produziu uma intervenção na primeira secção sobre as particularidades da crise da economia portuguesa no quadro das crises da economia capitalista.

Internacional

«Complot» dos EUA contra Angola

Os EUA desenvolvem desde meados do ano passado uma intricada teia conspirativa contra os povos da África Austral, e em particular contra a República Popular de Angola, com o objectivo de impedir a consolidação da independência e inviabilizar o desenvolvimento dos países africanos que optaram pela via do socialismo.

O «complot» norte-americano tem vindo a ser divulgado com crescente insistência na grande imprensa internacional, com uma abundância de pormenores sobre os planos militares em desenvolvimento que não pode deixar de preocupar as autoridades dos países visados.

O governo angolano, concretamente, manifestou já a sua apreensão com as iniciativas norte-americanas em curso, que não deixam dúvidas de que se está a criar condições para viabilizar e facilitar o acesso militar dos EUA na África Austral e Central, sem o tradicional recurso à África do Sul, cuja imagem perante a opinião pública está cada vez mais degradada.

Segundo um comentário da Angop sobre o assunto, a magnitude da conspiração começou a ganhar corpo quando os EUA manifestaram um inusitado interesse por uma base aérea na África Central que de há muito se encontrava inactiva. Os projectos de modernização da referida base, cuja localização não é revelada, foram divulgados em primeira mão pelo «New York Times», bem como a sua utilização como escala no transporte de armamento norte-americano para os bandidos da Unita. De acordo com a Angop, o jornalista que redigiu aquela notícia, James Brook, chegou a ser detido pelas autoridades norte-americanas e ameaçado com sanções caso voltasse a tratar do assunto.

Acontece no entanto que um outro jornal, desta vez o britânico «The Guardian», voltou ao tema da dita base aérea, revelando que o Pentágono pretende transformá-la numa espécie de plataforma para uma força de intervenção rápida na África Austral e

Central. Segundo outras informações, a base estaria de resto a ser já dirigida por um coronel norte-americano. Entretanto, diversos testemunhos deram conta de que uma companhia aérea

da companhia, propriedade de um indivíduo conotado com o escândalo do «Irangate».

A gravidade da situação torna-se mais evidente quando se tem em conta, como adverte a Angop, que a partir da referida base um moderno caça pode atingir em menos de uma hora as ilhas britânicas de Santa Helena, na costa atlântica angolana, entre o paralelo 14 e 16, mais ou menos junto à província do Namibe.

Fica assim claro, faz notar a Agência Noticiosa Angolana, que estando os EUA na posse da base de Diego Garcia e contando com uma base aérea no coração da África Central, a África Austral estará tecnicamente cer-

da pela ex-embaixadora norte-americana na ONU, bem conhecida pelo seu reaccionarismo e anticomunismo primários. No documento, a República Popular de Angola é apontada como alvo principal, bem como Moçambique, da actividade conspirativa a desenvolver.

De assinalar igualmente a descoberta da intensa movimentação de fundos por parte da CIA, em todo o mundo, que se veio confirmar serem destinados aos contra-revolucionários angolanos, nicaraguenses e afegãos, bem como a organizações de carácter anticomunista de que é patrocinadora a importante organização extremista «Heritage Foundation», uma das mais im-

as duas últimas visitas do subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, à África Austral e Central.

Na ocasião, Crocker ter-se-ia encarregue pessoalmente de acertar os detalhes da operação de transporte de armas, através da África Central, para os bandidos da Unita, na tentativa de procurar esbater a imagem de extrema dependência destes em relação ao regime racista sul-africano. Por uma curiosa «coincidência» foi mais ou menos por essa altura que os terroristas da Unita desencadearam na imprensa ocidental uma campanha publicitária sobre o alargamento das suas capacidades de penetração em território angolano sem ser a partir dos quartéis sul-africanos na Namíbia ocupada.

Em toda esta trama é ainda de reter o facto de os EUA terem conseguido a cumplicidade de alguns países, como a Arábia Saudita e o Bornei, para servirem de depósito dos fundos da conspiração anti-angolana, bem como a colaboração (denunciada pela publicação britânica «Southscan») de instrutores militares israelitas no treino dos bandidos da Unita.

São demasiados dados a convergir num mesmo sentido para que se possa pôr em causa a existência real de um «complot» contra Angola. E um mínimo conhecimento da realidade na África Austral obriga à conclusão de que, visando em particular a República Popular de Angola, os EUA almejam asfixiar a luta dos povos da região pela consolidação das suas independências.

Está-se pois, como o comentário da Angop a que nos vimos reportando sublinha, perante um aberto desafio a toda a África, que na última cimeira da Organização da Unidade Africana foi clara ao considerar uma agressão ao continente africano toda a conjura contra a República Popular de Angola.



efectuou voos para aquela base, com cargas que despertaram as suspeitas dos habitantes da região; pelo menos em duas ocasiões foram avistados aparelhos da «Santa Lúcia Airways» na zona, de onde se efectuaram descargas de armamento. A descoberta desta factos levou inclusive o primeiro-ministro de Santa Lúcia, pequena ilha das Caraíbas, a ordenar a retirada da bandeira nacional dos aviões daque-

cada por forças norte-americanas.

Um desafio à África

É de registar que estes factos vêm a lume algum tempo depois de concluído o chamado «Relatório Kirkpatrick», encomendado pelas altas esferas do poder dos EUA a uma comissão encabeça-

portantes peças na criação do «fenómeno Reagan».

De acordo com documentos vindos a público nas vésperas da abordagem pelo Congresso dos EUA da ajuda aos terroristas anti-angolanos, a CIA pusera já em marcha, à revelia daquela instância de poder, um plano conspirativo contra a República Popular de Angola.

É neste âmbito conspirativo que de resto parecem inserir-se

Chile

O 100.º número de «Unidade e Luta»

«Unidad y Luta», órgão central do Partido Socialista do Chile, publicou recentemente o seu 100.º número, acontecimento sem precedentes na história do partido e facto da maior importância e significado nas duras condições de clandestinidade impostas aos democratas chilenos que se batem contra a ditadura do general Pinochet.

O primeiro número do periódico clandestino surgiu em Fevereiro de 1975, quinze meses depois da instauração da ditadura militar. Com este 100.º número, «Unidad y Luta» cumpre doze anos de existência, o maior período de duração entre os periódicos editados pelo Partido Socialista do Chile nos seus quase 57 anos de vida. Como se assinala no próprio jornal, **com números em cento e quarenta e quatro meses representam uma importante vitória para um partido dizimado pela alavanca fascista, reconstruído na mais absoluta clandestini-**

dade e perseguido sem piedade.

Cem números a partir dos quais se pode reconstituir a própria história do Chile e a luta heróica do seu povo no caminho que se identifica com o nome do periódico militante, Unidade e Luta.

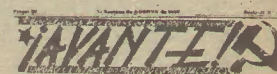
Unidade que, por seu lado, os comunistas chilenos voltaram uma vez mais a propor a todas as forças da oposição, apelando ao início imediato de conversações com vista a ultrapassar as divergências existentes e a elaborar uma estratégia e tática geral de luta contra a tirania.

Em conferência de imprensa realizada recentemente em Buenos Aires, Luis Guastavino, membro do Comité Central do Partido Comunista do Chile, sublinhou que a mais importante e premente tarefa dos patriotas chilenos, hoje, é o derrube da ditadura, e afirmou que o PCC apoia o apelo dos líderes da oposição antifascista que se manifestam pela mobilização do povo para a luta por eleições livres no Chile.

Salientando a necessidade de empreender acções decisivas de modo a fazer gorar as manobras de Pinochet no sentido de «legalizar» o seu regime, o dirigente comunista exortou as forças da oposição a boicotarem o chamado programa de «legalização» dos partidos «não-marxistas» e o recenseamento dos cidadãos que deverão participar em 1989 nas «eleições» do ditador para o cargo de chefe de Estado.

«A unidade da classe operária é a base fundamental na luta pela melhoria das condições de vida. Mas a unidade não se forja apenas com boas vontades ou por se falar muitas vezes nela. A unidade forja-se na luta diária dos trabalhadores por melhores salários, jornas e vencimentos, pela melhoria das condições de trabalho, por reivindicações sindicais e políticas, nas manifestações de rua e na criação de uma poderosa organização.» (...)

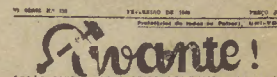
(«A unidade forja-se na luta!» — «Avante!», VI série, n.º 339, Março de 1964)



«Pela luta insistente na empresa os operários da Tudor (Castanheira do Ribatejo) conquistaram um aumento de salários de 10\$00. Na Louça de Sacavém, após as lutas reivindicativas levadas a cabo, os trabalhadores receberam aumentos de 5\$00 e 8\$00 diários.

Temendo o desenvolvimento da luta dos operários, os grandes capitalistas da Siderurgia Nacional (Seixal) adoptaram o sistema de conceder ínfimos aumentos, que são uma gota de água na miséria dos trabalhadores. Assim, o último foi apenas de 4\$00.»

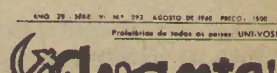
(«Os trabalhadores conquistam melhores salários» — «Avante!», VI série, n.º 376, Março de 1967)



«Após uma importante luta, os empregados bancários conseguiram impor a revisão do seu Contrato Colectivo. Em duas assembleias gerais com mais de mil associados em cada uma delas e com delegados do Porto e Coimbra, os empregados bancários, pela firmeza e unidade que puseram na luta, fizeram fracassar as manobras do Grémio e das entidades patronais, que queriam que os aumentos pedidos fossem compensados pela intensificação dos ritmos de trabalho, assim como não consentiram na divisão que os patrões pretendiam criar entre os trabalhadores de Lisboa e da província.

Os empregados bancários, no fim desta poderosa luta, viram satisfeitas as suas principais reivindicações, alcançando com isso uma importante vitória.» (...)

(«Vitória dos bancários» — «Avante!», VI série, n.º 339, Março de 1964)



«O fascismo manobra, age de maneira premeditada para dividir as forças democráticas, para reduzir os efeitos da crise que o atormenta e das contradições que o minam. Age para evitar a luta e unidade da classe operária e das massas populares, porque sabe que nelas reside o factor da sua derrota.

(...)

Entretanto há democratas que se deixam seduzir pelas manobras de prestidigitado do inimigo. Aguardam que o fascismo se reforme, recue e se desorganize por um processo de geração espontânea. (...)

A via para o derrubamento do fascismo é a via da luta popular de massas e das forças democráticas, é a via de uma verdadeira unidade combativa das forças antifascistas, que se dispõem a conquistar a democracia.

(...)

(«Acção unitária em vez de imobilismo político» — «Avante!», VI série, n.º 376, Março de 1967)

■ Henrique Custódio

Ministério da Saúde O monopólio da doença



O Ministério da Saúde do Governo de Cavaco Silva está a destruir meticulosamente o Serviço Nacional de Saúde. Fã-lo à vista de toda a gente, como se ninguém desse por isso, indiferente aos protestos, denúncias e lutas desencadeados pelos profissionais directamente atingidos — médicos, enfermeiros e trabalhadores da Função Pública do sector — e desprezando liminarmente os grandes lesados pela operação — o público utente, o povo português, afinal todos nós.

A drástica redução dos recursos financeiros (o Ministério da Saúde dispõe actualmente do pior orçamento de sempre — 9,2% do Orçamento de Estado) levou a uma progressiva degradação dos serviços hospitalares e a gravíssimas deficiências nos ritmos de atendimento e realização de exames complementares de diagnóstico. Simultaneamente verifica-se uma política de redução de quadros e contenção de despesas de pessoal que veio agravar extraordinariamente a já precária situação existente: são despedidos médicos em massa, para logo

serem readmitidos na sua maioria, (mas com contratos a prazo), tal é a falta destes profissionais, ludibriam-se as expectativas dos enfermeiros não se resolvendo o problema das carreiras nem abrindo um quadro altamente deficitário e imobilizado há 30 anos, bloqueia-se a criação de novos serviços (só no Distrito de Lisboa seriam precisos mais de 31 centros de saúde!) e encerram-se outros, entregam-se hospitais — sustentados, equipados, subsidiados e há muito pagos pelo Estado — às Misericórdias, numa acção de desmantelamento de estruturas públicas de Saúde que, por um lado, proporciona a desvinculação da Função Pública dos trabalhadores da Saúde que aí trabalham e, por outro, a criação de novos «feudos» entregues a caciques de direita, e etc., etc., etc.

É evidente que tudo isto está

sendo executado com objectivos precisos que apontam claramente para — a destruição dos sectores públicos da Saúde, de modo a entregar-se os sectores rentáveis da Medicina às grandes multinacionais do sector — que, de resto, se estão a instalar firmemente no nosso país, começando já a impor as suas regras.

O Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP analisou aprofundadamente a grave crise vivida nesta área quando, recentemente, realizou a sua IV Assembleia de Organização. Pela importância dos temas abordados e do levantamento dos problemas então feito, desenvolvemos nesta edição alguns aspectos dos trabalhos desta iniciativa, entrevistando, o camarada João Camilo, médico e membro da ORL do PCP, que nos

falou da gravosa política governamental para o sector da Saúde e a enquadrando na grave crise com que, no fim de contas, todos nos debatemos face aos serviços de Saúde que temos.

Entretanto, para introduzir a questão, recordemos a breve apreciação feita no relatório de actividade da IV Assembleia da Organização do Sector da Saúde da ORL do PCP à actividade governativa da ministra Leonor Beleza nestes dois anos de actividade. É elucidativo:

Leonor Beleza ataca as carreiras médicas, transformando o internato geral em estágio remunerado, despede 1500 internos, voltando depois a contratar grande parte deles, não cumpre as carreiras de Enfermagem e intensifica a campanha contra os

trabalhadores da Saúde, culpando-os de todos os males dos serviços, na tentativa de com isso ganhar votos para o seu partido. Altera a Lei de Gestão Hospitalar, em clara afronta à Assembleia da República, que a chama à ratificação e a chumba. Reintroduz as taxas moderadoras, dificulta o acesso dos doentes a determinados serviços, como a Fisioterapia e os TAC, permite mais aumento do preço dos medicamentos e tudo faz para o desenvolvimento do seguro de doença. Podemos dizer que esta ministra tenta duma só cajadada matar dois coelhos: fazer a campanha eleitoral do Governo PSD, granjeando a simpatia da população pelo seu pretenso empenhamento no combate à anarquia, cuja responsabilidade «seria» dos dos trabalhadores da Saúde (aos quais, entretanto, pagou em 1986 menos 5,7 milhões de contos que o previsto no Orçamento); promover a medicina privada, nomeadamente a instalação de grandes empresas de capital estrangeiro e das seguradoras. ■



Ministério da Saúde

Um zero à esquerda... e à direita!

João Camilo é médico e o responsável pelo Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP, o que lhe circunstancia um profundo conhecimento das questões deste sector. Na sua intervenção na IV Assembleia da Organização afirmava, a dado passo, que «vivemos, nestes últimos anos, trabalhadores e utentes, uma situação muito difícil no que à Saúde diz respeito» porque «sucessivos Governos de direita têm traduzido neste campo a sua política mais geral que visa a destruição das conquistas de Abril e a liquidação do regime democrático».

Começámos a nossa entrevista por aí.

«Avante!» — Será que, como referias nas tua intervenção na Assembleia de Organização, não há mesmo diferença nenhuma entre as sucessivas políticas governamentais para a Saúde, nos últimos anos?

João Camilo — Se as há, não as vislumbramos, quer se fale de políticas para a Saúde executadas por ministros PPD, PS ou CDS. O que há — e bem constatável! — é uma continuidade e persistente «semelhança» nos actos com que sucessivos ministros têm procurado destruir o Serviço Nacional de Saúde e, concomitantemente, entregar ao sector privado todas as áreas da medicina que se afigurem rentáveis. É que, para esta gente, a Saúde não passa de um negócio em que o doente é a mercadoria e a doença — cuidadosamente acarinhada — a fonte de mais valia para encher os bolsos de interesses monopolistas que se movem no sector.

Av. — Em que assenta essa destruição do Serviço Nacional de Saúde?

JC — Em várias coisas, mas podemos, para já, alinhar o bolcote à legislação regulamentadora complementar, o encerramento ou inviabilização de serviços, a redução do número de trabalhadores ou o impedimento da sua admissão, o que cria desmotivação e desconfiança nas Instituições públicas.

Av. — Entretanto o Governo de Cavaco Silva, e neste caso, concreto, o Ministério da Saúde de Leonor Beleza, têm garantido que nunca a Saúde andou tão bem...

JC — Resta saber a saúde de quem... Na verdade com o Governo de Cavaco Silva, toda esta orientação se reforçou e acentuou. A ministra Beleza, intérprete fiel da «voz do dono», tem, de todas as formas, tentado a destruição das estruturas públicas de Saúde e a promoção do sector privado, particularmente do ligado às multinacionais da indústria e comércio farmacêuticos e dos equipamentos.

Av. — Ora aí entramos numa área onde os exemplos, sendo «mais que muitos», têm de ser abordados com alguma parcimónia, ou não haverá jornal que chegue para os mostrar. Pedimos-te que pegues em alguns particularmente significativos...

JC — Bom, nesse caso temos em primeiro lugar o Orçamento da Saúde, o mais baixo dos últimos dez anos em termos de percentagem do OE (9,2%), o que por si só é um claro indicador do desprezo deste Governo pela qualidade de vida dos portugueses.

Numa situação destas — sem meios financeiros, não chegando as verbas, por vezes, para o pagamento aos trabalhadores ou a simples ges-

tão corrente — é claro que tudo se degrada, se torna insuficiente, a «rebetar pelas costuras». Na decorrência temos um caudal de acções governamentais onde avultam alguns casos verdadeiramente escandalosos.

Desmantelar, desmantelar!

Av. — Penso que, nesse avultar de escândalos, têm lugar certo os recentes problemas das urgências, o despedimento de 1500 policlínicos e a entrega de Hospitais às Misericórdias.

JC — Sem dúvida — e podemos referi-los pela ordem que avançaste. Primeiro, o problema das «urgências», que (importa recordá-lo) a ministra prometeu resolver em dois meses, na altura da sua tomada de posse e que, dois anos passados, atingiram o caos. É conhecida a situação que se tem vivido nos «Bancos» dos Hospitais Centrais, mas não é demais sublinhar o dramático espectáculo dos doentes, quase sempre em estado grave, acumulados como gado nos corredores, sem assistência, por ruptura completa dos meios técnicos e humanos.

É esta a «qualidade» de assistência social preconizada pelo Governo de Cavaco Silva. Depois temos o despedimento de 1500 jovens médicos (na sua maior parte já contratados entretanto como tarefeiros pelos próprios serviços que os despediram), que se insere na ofensiva contra os trabalhadores da Função Pública, no intuito de «diminuir» (como diz o Governo) o «peso da máquina do Estado», mas realmente destinado a criar mão-de-obra barata e piorar drasticamente os serviços. Quando à entrega de Hospitais (sustentados, equipados, subsidiados e há muito pagos pelo Estado) às Misericórdias, deve entender-se como uma forma de desmantelamento de estruturas públicas de Saúde, que proporciona, por um lado, a desvinculação da Função Pública dos trabalhadores da Saúde que aí trabalham e por outro lado, a criação de mais «quintais», entregues a caciques locais de direita. Mas os escândalos não se esgotam aqui. A denúncia, pelo Ministério, das convenções de cirurgia e de fisioterapia, apresentada (e até por alguns saudada) como medida progressista e de «esquerda», não passa de uma forma de, prejudicando os utentes, ajudar à concentração nas mãos de alguns grupos económicos do negócio, nestas

áreas da Saúde. Medidas já anunciadas em relação às análises e radiologia, visam claramente o mesmo objectivo.

Pois, pois...

Av. — Voltando um pouco atrás, à não resolvida questão das urgências, há um pormenor interessante na demagogia desenvolvida por Leonor Beleza. Referimo-nos ao tão falado hospital do Restelo que, segundo a ministra, iria resolver o problema das urgências mas que, até agora, não só nada resolveu como trás às costas algo muito parecido com um «negócio» escuro...

JC — O «negócio» da Clínica do Restelo — apressadamente apresentada e baptizada, antes de pronta, de «Hospital de S. Francisco Xavier» — faz parte das iniciativas demagógicas e de propaganda da ministra, já tendo, de facto, sido por ela apresentado como a solução da urgência em Lisboa. Parece-nos de todo inconveniente que o patrono das Índias tenha sido envolvido neste negócio da China, em que já se dispenderam perto de três milhões de contos e se conta certamente no rol dos favores que a Beleza procura fazer aos ex-monopolistas e neste caso particular ao grupo dos Mello.

Av. — Do grupo dos Mello?!

JC — Nem mais. Nesta matéria recordo-te o que foi dito na conferência de imprensa que demos após a Assembleia, onde se sublinhava que a clínica do Restelo não é mais que um negócio de milhões para ajudar a Companhia de Seguros Império a promover várias empresas do «holding» Lisnave. No fundo é mais um serviço aos que pretendem restaurar o antigo grupo monopolista dos Mello, sem constituir qualquer solução para os problemas da urgência em Lisboa. E é tanto assim que nem a própria ministra sabe exactamente quem e o quê vai ficar neste hospital!

Av. — Pois acontece que a ministra Leonor Beleza já esteve ligada à Companhia de Seguros Império na sua qualidade de jurista...

JC — Pois. Pois pois.

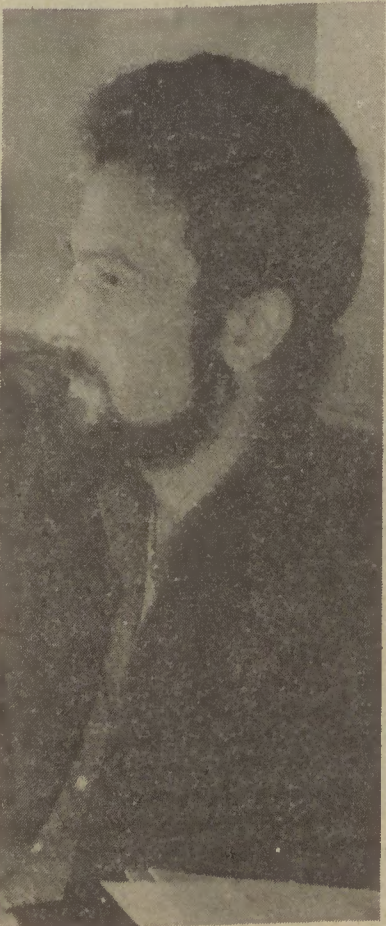
Números simples

Av. — Outra questão: os cuidados primários de saúde. Na conferência de imprensa que referiste há pouco foi recordado que se substituíram as direcções das ARS — até aí compostas por técnicos competentes — por elementos de confiança política do Governo mas totalmente inaptos. Sublinhou-se igualmente que diminuíram de forma

brutal as facilidades dadas aos utentes, quer reintroduzindo as taxas moderadoras, quer encerrando serviços, quer bloqueando a criação de novos, o que votou a ostensivo desprezo a medicina preventiva e a promoção de saúde...

JC — A nível dos cuidados primários (mas haverá ainda cuidados primários?), regressou-se ao figurino das «Caixas», só que mais ineficiente e desarticulado, mais desumanizado e sem resposta. A perseguição a tudo o que cheira a Saúde Pública até já tem «brilhante» tradução nas estatísticas nosológicas, com o aparecimento, o ano passado, de um surto de sarampo e a ocorrência, já este ano, de vários casos de poliomielite. Continua igualmente a verificar-se a proliferação de doenças infecto-contagiosas e a fome torna-se de diagnóstico diário nos serviços de atendimento. Entretanto, incapaz de levar a uma discussão pública, nacional, o problema da classificação, articulação e hierarquização dos hospitais e portanto, da Carta Hospitalar que há tanto reclamamos, a ministra tem feito sair pela sorrelha, hoje uma, amanhã outra, a classificação avulsa de hospitais, impedindo o esclarecimento e participação de populações e autarquias e criando factos consumados à medida dos seus estreitos interesses político-partidários.

Av. — O recente caso do hospital de Torres Novas parece ser um bom exemplo disso.



João Camilo: «Para esta gente, a Saúde não passa de um negócio em que o doente é a mercadoria»

JC — Nem mais. Querem baixá-lo (como a outros) de classificação, por isso já despediram 12 policlínicos mas tiveram de readmitir de imediato três, o que não salvou a situação de ruptura. Mas o que está na mira é a «desclassificação» arbitrária, sem atender a qualquer tipo de apreciação das necessidades ou carências.

Av. — Claro. O que é preciso é acabar com o sistema de Serviço Nacional de Saúde...

JC — Sim. Para teres números simples que ilustrem esse empenhadosíssimo esforço de destruição do Serviço Nacional de Saúde por parte do Governo, recordo-te que neste momento há milhares de trabalhadores contratados a prazo na Função Pública do sector, que há 3000 enfermeiros tarefeiros ao serviço quando há 6000 vagas nos quadros e que dos 1500 médicos policlínicos recentemente despedidos porque «estavam a mais», há já 800 a trabalhar exactamente nos mesmos locais só que... contratados a prazo.

Negar que isto é uma operação deliberada de destruição dos serviços públicos de Saúde, é uma irrationalidade que não merece comentário. Mas há algo a dizer: o desrespeito e desprezo manifestado pela ministra para com os trabalhadores da Saúde (que a referida senhora pretende ver transformados em «bodes expiatórios» da sua política) e a ostensiva recusa de receber as organizações sindicais representativas, são, sob a forma de autoritarismo e arrogância, a maior confissão de insegurança e de medo, de ignorância e de incompetência da ministra Beleza e do Governo que representa.

Só as multinacionais...

Av. — Parece óbvio que a ministra da Saúde foi «aprender a cartilha» aos EUA, onde imperam as grandes multinacionais de exploração dos cuidados médicos. A filosofia é, neste caso, a de que «quem quer saúde paga-a» através dos famigerados seguros de doença, o que implica a destruição do Serviço Nacional de Saúde. Isto, curiosamente, quando na generalidade dos países da CEE se procura reforçar a Saúde Pública e os cuidados primários de Saúde, através de uma eficaz prevenção da doença...

JC — Precisamente. A subserviência do Ministério da Saúde do Governo de Cavaco Silva perante os interesses das multinacionais, é absoluto. E volto a recordar o que já foi dito na sequência da Assembleia de Organização: desiludam-se os médicos mais ingénios que pensam que a medicina convencional é o verdadeiro objectivo da política deste Governo. Os esquemas de seguro-doença com pré-pagamento serão claramente o objec-

tivo da actual ministra e, obviamente, do actual Governo. E esses esquemas levam à destruição daquilo que podemos chamar, por analogia, a «pequena e média burguesia médica», transformando-os nos «proletários» dos futuros grandes industriais da medicina. Neste momento, e só como exemplo, a hemodiálise no nosso país já está dominada por uma multinacional norte-americana, enquanto o Governo, ao mesmo tempo que aliena o sector público (que deixa, assim, progressivamente de poder dar resposta às necessidades, sobretudo nos grandes sectores de ponta da medicina), exige, para a eventual criação de «alternativas» privadas, meios técnicos tão complexos e dispendiosos que ninguém está em condições de lhe chegar. A não ser as... multinacionais.

A «unidade»

Av — Já que estamos a falar de multinacionais, abordemos uma última questão: a dos medicamentos e sua comercialização.

JC — Sim, aí há algo a dizer também, tanto mais que a comercialização dos medicamentos é o único sector que as multinacionais ainda não dominam, no nosso país (já têm na mão a produção, importação de matérias-primas, fixação de preços, etc.)...

Av — As tão faladas «unidades» — explicadas pelo Governo como uma «moralização» no gasto imoderado de medicamentos — têm alguma coisa a ver com os interesses das multinacionais?

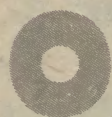
JC — ...Sem dúvida. Falsamente anunciada como a «introdução da unidade», a imposição aos doentes de mini-embalagens de medicamentos, mostrou ser um ótimo negócio para as multinacionais das drogas, aliás também amplamente beneficiadas pelo novo decreto de formação de preços da ministra, que permite ainda mais rápidos e escandalosos aumentos de preços (em 5 anos já constatamos aumentos superiores a 1000%) em várias especialidades farmacêuticas... Mas voltando à questão da comercialização. Recentemente e por via de um «homem de mão» do seu Grupo Parlamentar, foi levada à Assembleia da República uma iniciativa legislativa do Governo, que se pretendia fazer passar rápida e discretamente, sobre a propriedade da farmácia. Com o pretexto de se fazer justiça aos herdeiros de farmacêuticos, «que podem perder a farmácia familiar», mais não se pretende que entregar às multinacionais da indústria farmacêutica (que, como disseste, já dominam todo o circuito do medicamento, desde a importação e fabricação de matéria-prima) o sector da distribuição, que ainda não controlam completamente.

Em suma: pode-se dizer com verdade, desta ministra, que ela é um zero à esquerda pelo que diz respeito aos trabalhadores da Saúde e dos utentes dos serviços e um zero à direita para os grandes interesses financeiros que proliferam à custa do sofrimento e da miséria da esmagadora maioria dos portugueses. ■



Comunistas no Parlamento Europeu

Acção insubstituível



PCP é o Partido que está em melhores condições de garantir a defesa dos interesses nacionais nas relações com a CEE, afirmaram recentemente, no decorrer de uma conferência de imprensa, em Lisboa, os três deputados comunistas membros do Parlamento Europeu.

Fundamentando a sua afirmação, explicaram que ao contrário de outras forças políticas o PCP não está hipotecado à decisão que conduziu à nossa entrada naquela organização supranacional (recorde-se que foi o único partido que se opôs firmemente à integração), facto este que todavia não lhe retira o direito e o dever de intervir em tudo quanto diga respeito às relações de Portugal com a CEE e às consequências do Tratado de Adesão.

Acresce ainda, conforme foi salientado aos jornalistas, que o PCP estudou «a fundo as condições e consequências da adesão», alertando em devido tempo para o seu impacto negativo sobre os variadíssimos sectores da nossa economia e sobre a própria independência do País, posição que como o leitor certamente estará lembrado foi diversa da assumida pelas outras forças partidárias.

Voz respeitada

Coerente com as suas posições e princípios, nada mais natural, pois, que a acção do PCP, por intermédio dos seus deputados no Parlamento Europeu, seja pautada por critérios orientados exclusivamente para a garantia e defesa dos interesses nacionais.

Beneficiando de completa autonomia dentro do seu Grupo Político, os deputados comunistas portugueses elegeram deste modo como questão central da sua actividade a defesa dos interesses nacionais, desenvolvendo para o efeito uma intensa actividade (sem paralelo no conjunto dos deputados portugueses) sempre norteada pela preocupação de reduzir os efeitos negativos da adesão, aproveitar ao máximo os apoios provenientes da Comunidade e pela salvaguarda de um desenvolvimento independente.

Mais de 60 intervenções em plenário (só neste ano de 1986) e número idêntico de perguntas escritas e orais (requerimentos e interpelações), para

além de dezenas de propostas de alteração, dão uma ideia aproximada dessa intensa actividade dos deputados do PCP fundamentalmente dirigida para as questões nacionais, com a qual souberam granjear o respeito não apenas no seio do seu grupo político como das restantes bancadas do Parlamento Europeu.

Dando a conhecer o balanço da sua actividade no ano de 1986 e parte de 1987 os deputados comunistas Joaquim Miranda da Silva, José Barros Moura e José Brito Apolónia dividiram-no em seis grandes áreas que definiram como o eixo do seu trabalho e que poderíamos resumir na **Intervenção em Estrasburgo, nas perguntas escritas e orais, na participação nas Comissões e delegações, em iniciativas diversas e na ligação permanente a Portugal.**

Intensa actividade

Assim, no âmbito das 60 intervenções produzidas nas sessões plenárias realizadas em 1986, os deputados comunistas pronunciaram-se sobre questões tão importantes como os **orçamentos da Comunidade Europeia** para 86 e 87, votando contra e defendendo maiores apoios financeiros para Portugal; sobre as alterações às **estruturas agrícolas portuguesas**, designadamente as vitivinícolas, em defesa dos agricultores e da nossa produção, de preços agrícolas justos e de subsídios às zonas devastadas por incêndios flo-

na defesa dos interesses nacionais

restais; sobre a nossa **frota pesqueira**, levantando-se contra as decisões comunitárias que diminuam quotas de captação e a redução da ZEE portuguesa.

Nas intervenções dos nossos camaradas estiveram ainda em foco ques-

questões internacionais da actualidade como sejam o desarmamento, a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, as agressões do imperialismo norte-americano na Nicarágua e na Líbia, a situação na África Austral, o *apartheid* e as agressões a An-

ção nas sessões plenárias em Estrasburgo.

Saldo positivo

A facilidade regimental de colocar perguntas escritas e orais ao Conselho



Os deputados do PCP no Parlamento Europeu Joaquim Miranda da Silva, (na foto, à esquerda), José Barros Moura e José Brito Apolónia

tões como a **indústria portuguesa** (defesa de programas viáveis de desenvolvimento); o elevado **desemprego na CEE** e a não existência de uma política social justa, as **Regiões**, designadamente as assimetrias existentes e a necessidade de planos de desenvolvimento e de maiores verbas para os fundos estruturais; o **Acto Único** e as suas implicações para as economias mais fracas, nomeadamente a portuguesa e consequente enfraquecimento da soberania nacional; e ainda grandes

gola e Moçambique, em defesa de Timor Leste, contra a ditadura de Pinochet.

Largas dezenas de alterações propostas e subscritas e relatórios em discussão, muitas delas com carácter de urgência (temporais nos Açores, Timor Leste e ajuda alimentar a Moçambique) simultaneamente com propostas tendentes a dignificar a resistência nacional ao fascismo, foram outras tantas acções levadas a cabo pelos deputados comunistas no âmbito da sua interven-

e à Comissão no intuito de esclarecer aspectos relevantes para o nosso país, da política comunitária, tem sido por outro lado plenamente utilizada pelos deputados comunistas portugueses como o demonstram a cerca de meia centena de perguntas efectuadas em 1986, incidindo sobre matérias de interesse e actualidade como a **renegociação do acordo multifibras**, as **transferências financeiras para Portugal**, as **exportações agrícolas portuguesas**, os pro-

Pôr cobro aos abusos do Governo

A inexistência de um regime que enquadre as diferentes competências dos órgãos de soberania nas relações com a CEE levou a que o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República apresentasse um projecto de lei no qual se definem as normas tendentes a salvaguardar e garantir o pleno exercício das competências da Assembleia da República no tocante às questões decorrentes da adesão à CEE.

Essas competências decorrem da Constituição e dos princípios de separação e interdependência nela consagrados, normas que, no entanto, têm sido ignoradas pelo Governo que, ao seu arripio, tem vindo a legislar abusivamente em matérias que são da exclusiva competência do Parlamento. A resolução do Conselho de Ministros que aprovou o regime de acesso aos fundos comunitários (FEDER) e que inclui matérias sobre as autarquias locais é disso um significativo exemplo pelo que é de prever que, caso o diploma do PCP seja aprovado, situações anómalas como a referida deixem de ter lugar no futuro. ■

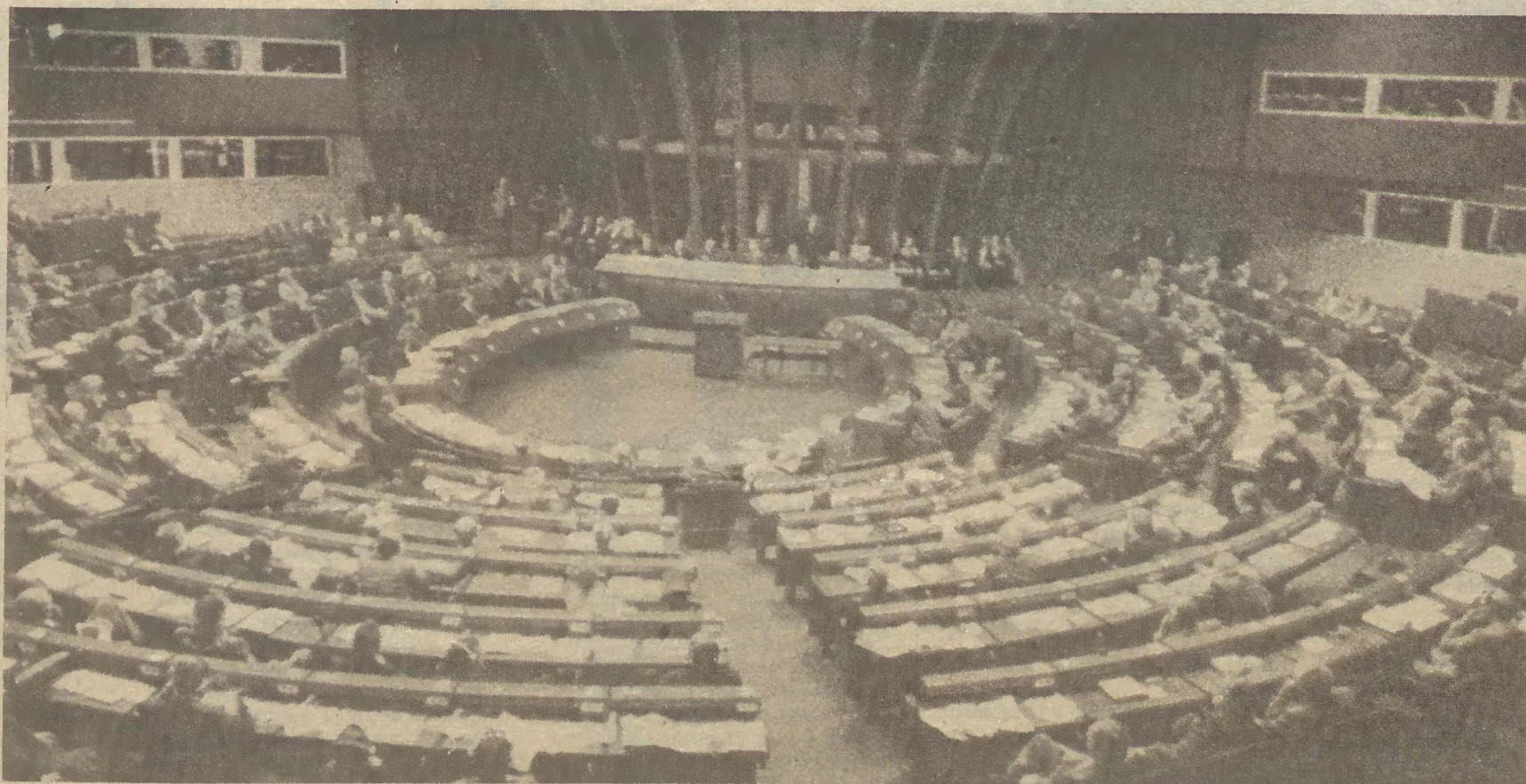
Intensa actividade

Ao abrigo do art.º 47 do Regimento do Parlamento Europeu os deputados comunistas portugueses, presentes neste órgão supranacional, apresentaram recentemente algumas propostas de resolução incidindo sobre matérias tão diversas e importantes como sejam os **direitos dos nossos compatriotas emigrantes**, o **desenvolvimento da indústria portuguesa**, a **aplicação do Acto Único**, a **pesca artesanal em Portugal** a **recuperação económica e**

as medidas de promoção do emprego produtivo nas regiões industriais em declínio no nosso país.

No que diz respeito à aplicação do Acto Único e às reformas do financiamento dos fundos estruturais e da política agrícola comum, os deputados do PCP reafirmam ser «inaceitável a abertura do «mercado interno» sem a prévia realização efectiva da coesão económica e social» e sustentam que no fu-

turo seja consagrada a garantia de que em nenhum caso os novos estados sejam responsabilizados pelo custo dos excedentes agrícolas, defendendo ainda o reforço financeiro dos fundos e uma melhoria da sua aplicação e coordenação por forma a «potenciar o desenvolvimento, sem prejuízos das políticas nacionais de desenvolvimento económico». ■



jectos de investimento na frota pesqueira, entre outras.

No entender dos três deputados comunistas a sua participação nas Comissões e Delegações, constitui por seu turno uma outra vertente do trabalho que desenvolvem no Parlamento Europeu, apresentando-se francamente positivo o saldo da sua participação nas sete comissões durante 1986, período durante o qual tiveram ensejo de intervir com frequência particularmente em favor dos interesses de Portugal.

As diligências efectuadas (nomeadamente junto do Secretário-Geral do PE) com vista a solucionar a falta de jornais portugueses e de outros produtos para o português, interpretação para o português nos locais de reuniões e trabalho e reclamação pelo atraso nas admissões de funcionários portugueses nos serviços comunitários), constituem ainda outro capítulo da intensa e desdobrada actividade dos deputados comunistas portugueses.

Ligação a Portugal

Particular realce merece ainda no breve balanço de actividade apresentado aos órgãos de comunicação social, a sua ligação permanente a Portugal traduzida numa presença regular em mais de meia centena de iniciativas, encontros e reuniões. São disso exemplo os seminários sobre o Baixo Mondego, o Poder Local e a CEE, a Cova da Beira, os Jovens e a CEE; as reuniões com comissões de trabalhadores como as da TAP ou da Quimigal; as reuniões com emigrantes no Luxemburgo, RFA ou França; a presença em inúmeras iniciativas partidárias e unitárias.

Um destaque ainda, como fizeram questão de sublinhar, para o seu papel de esclarecimento e denúncia em casos como a operação Savimbi junto do PE e para a sua participação em iniciativas pela paz e pela justiça social como são os casos da conferência na RFA contra as interdições políticas do «Berufs Verboten», a iniciativa contra a ocupação e repressão indonésias em Timor Leste ou a Conferência Mundial da Paz realizada em Copenhaga.

Está-se em presença, pois, de uma intervenção, quer em quantidade quer em qualidade, fundamentalmente dirigida para as questões nacionais sem esquecer todavia os grandes debates e problemas que percorrem a humanidade. Um valioso testemunho de como em qualquer instância ou momento ao PCP cabe um papel insubstituível na defesa dos interesses nacionais. ■

DATA	FEITA AO/A	ESCRITA ORAL	ASSUNTO
	Comissão	Oral com debate	O caso MICHELIN e a necessidade de pôr em prática um código europeu aplicável às empresas multinacionais.
	Comissão	Oral com debate	Situações das empresas e dos trabalhadores ligados aos grupos transnacionais.
25-05-86	Comissão	Escrita	Transferências financeiras entre Portugal e a CEE.
28-05-86	Comissão	Escrita	Vinhos verdes de Portugal.
25-05-86	Comissão	Escrita	Regras de origem entre Portugal e Espanha.
28-05-86	Comissão	Escrita	Plano de reestruturação da Siderurgia Nacional (Portugal).
29-05-86	Comissão	Escrita	Ajuda Comunitária à produção de azeite.
15-06-86	Comissão	Escrita	Regime aplicável às prestações familiares de trabalhadores portugueses sujeitos à legislação financeira, cujos familiares residam em Portugal.
16-06-86	Comissão	Oral	Sobre a pesca de atum nas águas da ZEE portuguesas, por barcos espanhóis.
20-06-86 02-07-86	Conselho	Oral	Representação dos agricultores e cooperativas agrícolas de Portugal no Comité Económico e Social.
23-06-86	Comissão	Escrita	Admissões de funcionários portugueses nas Instituições da Comunidade.
23-06-86	Comissão	Escrita	Tradução e interpretação portuguesas nas diversas instituições comunitárias.
23-06-86	Comissão	Escrita	Imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas.
30-06-86	Comissão	Oral	Restrições dos EUA à importação de produtos provenientes da CEE a pretexto do seu alargamento a Portugal e Espanha e suas consequências para Portugal.
07-10-86	Comissão	Escrita	Apoio da Comunidade aos países afectados pelos incêndios florestais.
07-10-86	Conselho	Escrita	Transportes Aéreos.
19-09-86	Comissão		Despedimentos e desemprego em consequência da «reestruturação» da siderurgia portuguesa.
25-09-86	Comissão	Oral	Situação em Timor/Leste e reunião ministerial CEE-ASEAN.
16-10-86	Comissão	Escrita	«Reestruturação» da siderurgia portuguesa.
04-11-86	Conselho	Escrita	Incidências da «política mediterrânica» sobre as exportações de produtos agrícolas e industriais portuguesas para a Comunidade.
04-11-86	Comissão	Escrita	Projectos de investimento na frota pesqueira portuguesa, em particular nos atuneiros.
04-11-86	Comissão	Escrita	Saldo líquido das transferências financeiras entre Portugal e a CEE.
04-11-86	Comissão	Escrita	Programa de abates e imobilizações temporárias. Pesca do bacalhau.
04-11-86	Comissão	Escrita	Projectos de investimento na indústria transformadora de produtos da pesca, em Portugal, em particular nas conservas de peixe.
04-11-86	Comissão	Escrita	Programa de experiência de pesca.
04-11-86	Comissão	Escrita	Programa plurianual para a agricultura em Portugal.

DATA	FEITA AO/A	ESCRITA ORAL	ASSUNTO
10-11-86	Comissão	Oral	Representação dos trabalhadores portugueses em diversos organismos da Comunidade.
10-11-86	Comissão Conselho	Período de perguntas	Representação dos trabalhadores portugueses no Comité Consultivo do Fundo Social Europeu.
10-11-86	Comissão Conselho	Período de perguntas	Representação dos trabalhadores portugueses em diversos organismos da Comunidade.
11-11-86	Comissão	Escrita	Diminuição das exportações de têxteis portugueses para certos países da CEE.
25-11-86	MNE cooperação política	Período de perguntas	Situação em Timor-Leste e reunião ministerial CEE-ASEAN.
25-11-86	Comissão	Escrita	Contribuições financeiras de Portugal em 1986.
25-11-86	Comissão	Escrita	Previsão sobre a contribuição financeira de Portugal em 1987.
21-01-87	Comissão	Escrita	Chefe do serviço de informação da Comissão da CEE no Brasil.
21-01-87	Comissão	Escrita	Chefe do Serviço de Informação da Comissão da CEE em Lisboa.
21-01-87	Comissão	Escrita	Flexibilização de horários de trabalho.
18-02-87	Comissão	Oral com debate	Aplicação da directiva 77/486 sobre a escolarização dos filhos dos trabalhadores emigrantes.
26-02-87	Comissão	Escrita	Novas medidas proteccionistas dos EUA relativamente aos têxteis portugueses.
26-02-87	Comissão	Escrita	Operação Integrada de Desenvolvimento Regional de Setúbal.
26-02-87	Comissão	Escrita	Problemas socioeconómicos, decorrentes da crise da siderurgia e da construção naval, na região de Setúbal – Portugal.
29-05-86	Comissão		Sanções económicas norte-americanas, com incidência no Turismo.
10.11.86	Comissão		Representação dos trabalhadores portugueses no Comité Consultivo do Fundo Social Europeu.
	Comissão	Escrita	Ajuda Comunitária à produção de azeite.
	Comissão	Escrita	Renegociação do Acordo de multifibras.
10-11-86	Comissão	Escrita	Transferência de fundos entre Portugal e a Comunidade.
	Comissão	Escrita	Plano de reestruturação da siderurgia nacional portuguesa.
	Comissão	Escrita	Vinhos verdes portugueses.
	Comissão	Escrita	Regras de origem entre Portugal e Espanha.
27-11-86	Ministros N. Est.	Oral	Situação em Timor-Leste e reunião ministerial CEE-ASEAN.
	Comissão	Escrita	Pesca de atum na ZEE portuguesa por navios espanhóis.
10-11-86	Comissão	Escrita	Representação dos trabalhadores portugueses em diversos organismos da Comunidade.
	Comissão	Escrita	Diminuição das exportações de produtos têxteis portugueses com destino a certos Estados membros da CEE.
	Comissão	Escrita	Ajuda à indústria portuguesa.

■ Eloy Rodrigues

Há 25 anos, os estudantes contra o fascismo ①

A crise de 62

Completam-se vinte e cinco anos sobre o início de uma das maiores lutas estudantis sob o fascismo. Iniciada a 24 de Março, a «crise académica» de 1962 constituiu uma poderosa afirmação da força e vitalidade do movimento estudantil, bem como das suas tradições democráticas e antifascistas.

A causa próxima do desencadear da luta foi a proibição pelo governo fascista das comemorações do Dia do Estudante, previstas para 24, 25 e 26 de Março de 1962. Logo na manhã de 24 de Março, enquanto que os estudantes de Coimbra e Porto que vinham participar nas comemorações eram interceptados na Amadora, a polícia de choque carregava sobre centenas de estudantes na Cidade Universitária. Nesse mesmo dia registaram-se mais duas cargas policiais, no Estádio Universitário (onde se encon-

travam 5000 estudantes) e no Campo Grande.

A resposta estudantil à brutalidade fascista foi imediata. Na noite do dia 24 os estudantes de Coimbra, em As-

sembleia Magna decretam o luto (greve) académico. No dia 25 é a vez dos estudantes de Lisboa, reunidos em Plenário, tomarem idêntica decisão. A greve foi cumprida praticamente a 100% em Lisboa, enquanto que em plenários do Porto e Coimbra os estudantes se solidarizavam com os seus colegas da capital.

Faço à unidade e amplitude da luta o governo foi forçado a um recuo táctico. No dia 27 o ministro promete aos dirigentes estudantis a realização do «Dia do Estudante» e a libertação dos colegas presos, o que leva os estudantes a suspenderem o luto nesse mesmo dia.

Mas tais promessas não passavam de manobras e, no dia 5 de Abril, o ministro volta a proibir a realização do «Dia do Estudante». Perante a

nova proibição cresceu a indignação estudantil. No dia seguinte os estudantes de Lisboa e Coimbra decretam o luto académico, que se iria manter até 10 de Abril. O governo de Salazar ensaia nova manobra: diz aceitar «dialogar» se os estudantes levantarem o luto. Os dirigentes estudantis decidem suspender o luto, mas cedo se aperceberam que o objectivo do governo era o «(...) protelar de uma solução que visava com a aproximação das férias a divisão e a confusão (...)» (1), pelo que o luto foi retomado no dia 12.

No período das férias da Páscoa (14 a 29 de Abril), para pressionar e dividir os estudantes o poder fascista adopta um conjunto de medidas repressivas, utilizando ao mesmo tempo os órgãos de comunicação social para denegrir a sua luta ou para apelar ao «bom senso».

No reinício das aulas um plenário de estudantes aprova o levantamento do luto académico. No dia seguinte, muitas centenas de estudantes participam na grandiosa manifestação do 1.º de Maio realizado em Lisboa.

Enquanto os dirigentes estudantis estabeleciam contactos com os professores (que se mostraram, no geral, compreensivos e solidários) o governo salazarista decide avançar na escalada repressiva. No dia 7 de Maio são suspensos pelo Ministério os corpos gerentes e a Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra. Reunida nessa noite, a Académia de Coimbra decide efectuar uma concentração junto ao Governo Civil no dia 8, ao passo que a Assembleia de Gralados decidia não realizar nesse ano a tradicional Queima das Fitas. A concentração, apesar da presença intimidatória da polícia de choque, reuniu cerca de 4000 pessoas.

No dia 9 em Lisboa, num plenário com cerca de 7000 presenças, é aprovada por unanimidade uma proposta de retomar o luto académico com ausência às aulas, frequências e exames. Um grupo de dirigentes anuncia na mesma altura o início de uma greve de fome, dirigindo-se para a cantina onde, no dia seguinte, receberam manifestações de solidariedade de estudantes e professores.

Na madrugada do dia 11, enquanto estudantes do grupo fascista «Movimento Jovem Portugal» se concentravam no Campo Grande, agentes da PIDE tomavam posições na Cidade Universitária. Às 15.30 h centenas de agentes da polícia de choque cercaram as instalações da cantina e intimaram os estudantes a abandoná-las. Os mais de 1000 jovens que lá se encontravam foram presos e levados para o Quartel da Polícia Móvel, Forte de Cascais e Governo Civil.

A luta iria ainda durar cerca de um mês. Um dos objectivos principais era agora o fim da escalada repressiva que se acentuava com as cargas da polícia de choque contra dois mil estudantes em Coimbra (dia 19), o assalto à AAC e a prisão de 180 estudantes, as prisões de José Bernardino e Eurico Figueiredo (30 e 31), a invasão da Faculdade de Medicina e a carga sobre 500 estudantes, de que resultou também o espancamento do prof. Lindley Cintra (dia 4 de Junho).



Finalmente, tendo conseguido um acordo com os professores que garantia a relevação das faltas e a realização de exames, um plenário efectuado em 14 de Junho decide levantar o luto académico e continuar a luta pela libertação dos dirigentes presos.

Estes são alguns dos factos principais da «crise académica» de 1962. Mas, mais do que conhecê-los, importa perceber as circunstâncias que lhes deram origem, e significado e consequências que tiveram.

O fascismo e os estudantes

«Para um regime fascista que conta mais de três dezenas e meia de anos (...) a existência de Associações de Estudantes é como que um espírito cravado na carne (...)» (2). De facto desde a sua instauração, o fascismo sempre procurou limitar e eliminar a organização associativa, democrática e autónoma dos estudantes portugueses.

Em 1928, pouco depois da entrada de Salazar para o governo a sede da AAC é encerrada. Em 1932 é promulgada legislação anti-associativa limitando a autonomia das AAEE, proibindo a existência de órgãos federativos, etc. Em 1934 é criada a Acção Escolar de Vanguarda, organização fascista percursora da Mocidade Portuguesa. Ao abrigo da legislação publicada o governo consegue encerrar ou no-

nam em 1948 o «Tratado de Amizade e de Aliança», que criou o Conselho de Repúblicas, organismo com larga participação na vida associativa, alguns anos depois. Em Lisboa formase a Comissão Inter-Associações de Estudantes (1949), a que sucedeu a RIA (Reunião Inter Associações). As AAEE criam secções sociais estreitando a ligação dos estudantes às estruturas associativas, ao mesmo tempo que dão os primeiros passos (após a década de 1930) no estabelecimento e estruturação de relações inter-associativas a nível nacional. Por outro lado, com o surgimento de novas tendências e perspectivas nos sectores católicos e a ultrapassagem de algum sectarismo por parte dos estudantes democratas, alarga-se a cooperação e unidade estudantil, especialmente após 1956.

O desenvolvimento associativo preocupava seriamente o governo salazarista que, face ao falhanço da Mocidade Portuguesa, lança em 1956 o decreto 40 900. A ser aprovado, tal decreto liquidaria, na prática, a existência das AAEE tal como tradicionalmente funcionavam. Os estudantes desencadeiam uma vasta luta contra o decreto. Efectuam-se reuniões massivas em múltiplas escolas e, em Coimbra uma manifestação com mais de 2000 universitários. Mais tarde, em Janeiro de 1957, realiza-se uma grande manifestação junto da Assembleia Nacional, tendo a polícia espancado dezenas de estudantes. A luta desenvolvida conduz a uma importante vitória: pela primeira vez desde 1926 a Assembleia rejeitou um decreto do governo.

A vitória gera um clima de confiança e acentua-se o dinamismo da actividade associativa. Em 1957 a RIA reforça a sua estrutura, são criados o Orfeão Universitário de Lisboa e o Club Universitário de Jazz, o CDUL passa a estar ligado às AAEE, o Cine-Clube Universitário ganha novo dinamismo, aparecem novos títulos de imprensa estudantil, etc., etc. Ao mesmo tempo, as comemorações a nível nacional do «Dia do Estudante» (iniciadas em 1951 em Coimbra e a partir de 1956 realizadas em Lisboa) vão ganhando raízes, adquirindo cada vez mais um carácter de massas (em 1961 participam mais de 3000 estudantes) e contribuindo para o convívio, aproximação e solidariedade entre os estudantes das três academias.

Em Coimbra, mercê da actividade do Conselho de Repúblicas, os sectores estudantis democráticos e mais marcadamente associativos, recuperam a direcção da AAC em 1960. No Porto registava-se um grande atraso, existindo apenas uma AE. Mas o desenvolvimento de organismos como o TUP e o Orfeão, que desempenharam um papel activo nos contactos nacionais, prenunciavam o reforço do associativismo registado nos anos 60. ■

(Conclui no próximo número)

(1) - Comunicado n.º 14 das AAEE de Lisboa, Lisboa 11 de Abril de 1962.
(2) - «Sobre a luta dos Estudantes Universitários», in O Militante, III série, n.º 119, Outubro de 1962.
(3) - Sobre as lutas em 1947 ver Melo (Octávio Pato), sobre o movimento da juventude, (Intervenção do camarada Melo no V Congresso do PCP em 1957), in O PCP e a Juventude, Lisboa, Edições «Avante!», 1975, p. 66.



CCUL

março - abril
1961**cinema português
e espanhol**

ENCONTRO NACIONAL IMPrensa ESTUDANTIL 2.ª PARTE LISBOA

I SESSÃO PARCIAL

17 de Março

Associação Académica
Faculdade de Direito
Sábado
15 Horas

A IMPrensa ESTUDANTIL E O ESTUDANTE

1. A Imprensa Estudantil e os Problemas Sociais do Estudante.
2. A Imprensa Estudantil e o Ensino
3. A Imprensa Estudantil e a Formação Cultural do Estudante.

II SESSÃO PARCIAL

Sábado
18 Horas

Problemas específicos das Publicações Estudantis.

SESSÃO PLENÁRIA

18 de Março

Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico.
Domingo
14,30 Horas

1. A Imprensa Estudantil e o Movimento Associativo.
2. A Imprensa Estudantil e a censura.
3. Aprovação das resoluções tomadas nas Sessões Parciais.
4. Directrizes para a actividade futura.

TODOS OS ESTUDANTES PODEM PARTICIPAR NOS DEBATES.

TIPOGRAFIA FREITAS BRITO L. 95 - RUA DO FERRAGIAL, 32 A - 3000 EV. - 13-5-62

via latina N.º 137 - 31-5-62

SOBRE O 40 900

Entrevista com o Professor Doutor Gervásio Monteiro

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE COIMBRA 9 A 11 DE MARÇO

PROGRAMA

Sábado, dia 9 - Abertura às 10 h no hall do teatro. Sessão dia 10 - Manhã, 10 horas - Saúde - Coimbras. Tarde, 15 horas - Politécnico - Cooperativa - Transportes. Noite, 19.30 horas - Rota de Rádio, Interactiva, Regulação. Domingo, 11 - Manhã, 10 horas - Alentejo - Habitação. Tarde, 15 horas - Assembleia Plena para aprovação e votação das propostas elaboradas ao longo do ano lectivo.

1.ª - Na sessão a tarde e a noite serão discutidos os temas: a existência de uma rede de estudantes em Coimbra e a existência de uma rede de estudantes em Coimbra e a existência de uma rede de estudantes em Coimbra.

2.ª - Durante toda a noite de sábado realizaram-se reuniões de trabalho de grupos de estudantes em Coimbra e a existência de uma rede de estudantes em Coimbra.

■ **Anabela Fino**

Sharpeville

A memória de um massacre feita símbolo de luta contra o apartheid

Sharpeville, África do Sul, 21 de Março de 1960: vinte mil pessoas organizam uma manifestação pacífica em frente da esquadra da polícia para protestar contra as leis dos passes, impostas pelo governo racista para o total controlo da população negra. Sem qualquer razão, a polícia abriu fogo sobre os manifestantes, matando 70 pessoas e ferindo 186, entre os quais quarenta mulheres e oito crianças. Mais de oitenta por cento dessas pessoas foram baleadas pelas costas. O Massacre de Sharpeville, como ficou conhecido desde então, passou a ser assinalado internacionalmente como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

A data, que dá também início à Semana de Solidariedade com os Povos em Luta contra a Racismo e a Discriminação Racial, tem para a população negra da África do Sul um significado muito particular. É um marco importante de um longo caminho que continua a ser aberto dia a dia à custa dos maiores sacrifícios. Um símbolo da firme determinação de um povo, a quem tem sido negada a própria dignidade humana, em conquistar o direito de existir e de decidir do seu próprio destino.

Vinte e sete anos depois de Sharpeville o regime de *apartheid* continua a cometer os crimes mais horrorosos, mas a luta contra ele nunca foi tão intensa. E são cada vez mais os sul-africanos que afirmam como Winnie Mandela, militante anti-*apartheid* mulher do dirigente do ANC, Nelson Mandela, condenado a prisão perpétua pelos racistas de Pretória:

Sabemos o que queremos. (...) Não estamos a pedir o governo da maioria: é nosso direito, havemos de o obter a qualquer custo. Estamos conscientes de que o caminho à nossa frente é íngreme, mas lutaremos pela justiça até ao fim.

A justiça que não há

O *apartheid*, que em Afrikaans significa separação, é um regime de brutal discriminação racial e de exploração institucionalizadas, que as Nações Unidas condenaram há muito como um crime contra a humanidade.

Nos quase quarenta anos de exercício de poder a minoria branca da África do Sul, através do seu Partido Nacional, nunca deixou de violar os mais elementares direitos humanos, que de resto nem sequer reconhece à população negra.

As recentes declarações feitas pela comissão europeia de juristas que se deslocou à África do Sul vieram confirmá-lo uma vez mais: o regime de Pretória viola grosseira e constantemente os direitos humanos e não tem a mínima intenção de abandonar o seu poder absoluto.

Denunciando alguns aspectos da «terrível ditadura a coberto do legalismo» do regime racista de Pretória, os juristas declararam que desde a entrada em vigor do estado de emergência foram presas cerca de 900 crianças, incluindo menores com idade inferior a dez anos, e muitas delas sujeitas a torturas.

Num primeiro documento sobre a situação na África do Sul (um relatório mais circunstanciado será elaborado

até ao Verão), os referidos juristas afirmam que com base na lei sobre o estado de emergência decretado em meados do ano passado a polícia dispõe de poderes praticamente ilimitados, que lhes permite praticar, sem temer punição, todo o tipo de abusos, mesmo os mais clamorosos. Exemplo disso é a prisão e tortura de crianças. Segundo disseram, a polícia espanca-as com chicotes com pontas de ferro ou com fios eléctricos, lança-lhes em cima água a ferver ou pasta de plástico ardente...

A conclusão da comissão de juristas não podia ser mais taxativa: para além das próprias leis do *apartheid*, que são já por si uma violência, regista-se na África do Sul uma situação de violência e repressão sobre a população negra, desenvolvida pelo governo, à margem da legislação existente, que confirma, como tantas vezes tem sido denunciado, que as chamadas reformas levadas a cabo pelo regime de Pretória não tiveram influência alguma sobre a situação existente no que respeita aos direitos humanos.

Demasiado tarde, demasiado pouco

Assinalando nas Nações Unidas o 27.º aniversário do Massacre de Sharpeville, o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar definiu de forma clara a situação sul-africana, fazendo notar que as medidas tardias e equivocadas tomadas pelo governo sul-africano para introduzir mudanças e reformas tiveram repercussões inadequadas.

Agora — salientou — que a futilidade e os perigos de uma política de dar demasiado pouco demasiado tarde são mais do que evidentes, o único caminho sensato para o governo sul-africano seria escutar as vozes da razão que lhe chegam tanto do exterior como de dentro do país.

Acontece no entanto que a sensatez nunca foi apanágio do regime de minoria branca sul-africana; nem poderá sê-lo alguma vez numa sociedade onde menos de trinta por cento da população (os brancos) dominam mais de setenta por cento (negros), forçando a imensa maioria a viver em escassos 13,5 por cento do território; ou enquanto a minoria continuar a dispor de 60 por cento do rendimento nacional; ou enquanto a repressão continuar a ser o único «argumento» a opor às legítimas aspirações da imensa maioria negra.





Nos últimos três anos, a par-das pretensas «reformas» introduzidas pelo governo de Pretória, na tentativa desesperada de contrariar a crescente condenação internacional do *apartheid*, a repressão não parou de crescer na África do Sul. Em 1985, as vítimas mortais resultantes dos confrontos sociais ascenderam a 879; em 1986 esse número quase duplicou, chegando o número de mortos a ser de cinco por dia.

Com as novas leis impostas ao abrigo de estado de emergência, o número de prisões aumentou em flecha (entre dez mil a vinte mil no fim do ano), bem como o número de mortos, feridos e «desaparecidos»; a censura é praticamente total; as medidas repressivas contra a oposição não poupam já sequer as organizações brancas mais moderadas.

E é neste contexto que se anunciam «eleições» para o próximo mês de Maio, como se pudessem ter algum significado num país onde mais de 70 por cento da população não tem direito de voto!

Como afirmou a propósito a Conferência Episcopal da África do Sul, **uma eleição não pode ser justa se o sistema que serve é injusto. E muito menos quando apenas se destinam à perpetuação e consolidação da política injusta e perversa do *apartheid*.**

Por tudo isto, a comunidade internacional não pode deixar de dar o devido apoio às iniciativas das Nações Unidas em curso, que se integram no âmbito mais vasto da segunda década de combate ao racismo e discriminação racial (1983/1993), proclamada após a constatação de que a primeira (de 1973 a 1983) não atingira, apesar dos esforços desenvolvidos, os seus principais objectivos e que milhões de seres humanos continuavam a ser vítimas do racismo e da discriminação racial.

É preciso mais e mais depressa

A responsabilidade que cabe à comunidade internacional na manutenção do racismo e da discriminação racial, em primeiro lugar na África do Sul, não pode ser subestimada.

A convivência de inúmeros governos capitalistas com o regime de Pretória, a recusa das principais potências imperialistas em adoptar sanções globais obrigatórias contra a racista África do Sul, o apoio (aberto ou encapado) à política belicista sul-africana na África Austral, são factores determinantes para a manutenção de um sistema que em si mesmo é uma afronta a toda a humanidade e que

«... toda a doutrina de superioridade baseada na diferenciação racial é cientificamente falsa, moralmente condenável e socialmente injusta e perigosa e... que nada em teoria ou em prática permite justificar, em nenhum lado, a discriminação racial».

constitui cada vez mais um perigo sério para a paz mundial.

Se ao povo sul-africano cabe a terrível tarefa de sacrificar até a vida pela liquidação do *apartheid*, à comunidade internacional exige-se uma solidariedade activa com uma luta que todos reconhecem ser justa.

Os povos de todos os países têm de fazer mais e mais depressa nesta luta que não pode ter tréguas, forçando os respectivos governos a tomar posição efectiva contra o *apartheid*, na certeza de que a defesa de um mundo melhor, mais justo e em paz passa pela erradicação completa de todas as formas de discriminação, seja onde for que se registem. ■

Para um mundo sem racismo

Numa manhã de Janeiro de 1970, 18 especialistas de todo o mundo juntaram-se numa sala de reuniões da sede das Nações Unidas em Nova Iorque para levar a cabo uma importante actividade em apoio dos continuados esforços da Organização para defender os direitos de todos os seres humanos.

A Carta das Nações Unidas, aprovada em 1945, previu esta iniciativa reafirmando a fé nos direitos humanos

Geral das Nações Unidas aprovou em 1965 a Convenção, que entrou em vigor em 1969.

A Convenção estabelece, entre outras, as seguintes medidas:

- Declarar como acto punível a difusão de ideias baseadas na superioridade ou no ódio racial, a incitação à discriminação e o apoio a actividades racistas, incluindo o seu financiamento;

- Declarar ilegais e proibir as organizações e as actividades de propaganda que promovam a discriminação racial ou incitem a ela, e reconhecer que a participação em tais organizações ou actividades constitui um delito punido pela lei;

- Não permitir que as autoridades nem as instituições públicas promovam a discriminação racial ou incitem a ela.

A Convenção contém uma ampla lista de direitos e liberdades que estabelecem que, para o exercício desses direitos, se proibirá e eliminará a discriminação racial garantindo assim a igualdade perante a lei. A lista inclui todos os direitos civis e políticos, assim como os direitos económicos, sociais e culturais enunciados na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, tais como o direito a circular livremente e a residir no território de um Estado; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; o direito à liberdade de opinião e de expressão; o direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições

equitativas e satisfatórias de trabalho, à protecção contra o desemprego, a igual salário por trabalho igual e a uma remuneração equitativa e satisfatória; o direito a fundar sindicatos e a sindicalizar-se; o direito à habitação; o direito à saúde pública, à assistência médica, à segurança social e aos serviços sociais; o direito à educação e à formação profissional. A Convenção refere-se ainda a alguns outros direitos não mencionados expressamente na Declaração, entre os quais o direito de acesso a todos os lugares e serviços destinados a uso público, tais como os meios de transporte, hotéis, restaurantes, cafés, espectáculos e parques.

Nos casos em que ocorram actos de discriminação racial, os Estados signatários estão obrigados a assegurar a todas as pessoas que se encontrem sob a sua jurisdição, protecção e recursos efectivos perante os tribunais competentes e outras instituições do Estado.

Para combater os malefícios a que conduz a discriminação racial e para promover o entendimento, a tolerância e a amizade, os Estados partes (signatários) devem adoptar medidas imediatas e eficazes, especialmente nas esferas do ensino, da educação, da cultura e da informação, assim como para difundir os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos e da Convenção Internacional ■

(«Para um Mundo sem Racismo»/ONU)

■ **Manuela Batalha****Ainda o forum de Moscovo****Trave mestra na construção da Paz**

Voltamos hoje aqui nas páginas do «Avante!» a falar do Forum «Por um mundo desnuclearizado, pela sobrevivência da Humanidade», realizado em Moscovo, de 14 a 16 de Fevereiro passado. Pensamos que tal acontecimento o justifica. Porque esta foi sem dúvida a maior iniciativa sobre o problema da guerra e da paz realizada desde a cimeira de Reykjavik e que, pelas suas características, constitui um marco importante na luta pela paz e certamente um elemento de influência em muitos acontecimentos futuros.

As cerca de mil personalidades, que se juntaram aos quinhentos participantes soviéticos, oriundas de quase 80 países dos vários continentes (cientistas, médicos, artistas, religiosos, políticos, homens de negócios), de diversas tendências políticas e ideológicas, mas unidos pelo desejo de continuar a viver e acreditando ser possível coexistir em paz, debateram durante esses dias problemas candentes que se colocam à Humanidade.

A heterogeneidade dos participantes marcou profundamente a iniciativa. Os debates, em forma de mesa-redonda ou seminários, não tiveram à partida temas definidos, decorreram «à porta fechada» por desejo de alguns participantes e era expressa a intenção de não haver comunicados finais em qualquer das seis secções que funcionaram — ciências, religião, médicas, arte e cultura, comerciais e questões políticas.

Mas foi exactamente a heterogeneidade e a diversidade de opiniões em

debate que conferiu a esta iniciativa a importância que assumiu e a convicção de que cada vez mais largos sectores da opinião pública mundial se manifestam contra a corrida aos armamentos.

Apesar dos debates terem decorrido «à porta fechada» o Forum não teve um carácter de secretismo pois, para além dos encontros previstos com os órgãos de comunicação social nos intervalos e no fim das sessões, os participantes não se escusavam de fazer declarações e dar entrevistas durante o tempo disponível.

A fluidez dos temas, que eram escolhidos pelos próprios participantes, não impediu que algumas questões fossem abordadas no concreto, nomeadamente, a redução radical dos armamentos nucleares como primeiro passo para a sua liquidação total, o desarmamento nuclear, a segurança europeia, a IDE, a manutenção do tratado DAM e a proibição das explosões nucleares.

A intenção manifestada desde o início de não haver comunicados conjun-



tos, o que não surpreende, não diminuiu em nada a importância dos resultados e das conclusões tiradas.

Apesar do ceticismo inicial com que muitos homens da cultura chegaram a esta iniciativa, no final dos trabalhos acabaram por concluir que «devem fazer tudo para que a sua obra consolide a compreensão mútua, a confiança e contribua para erradicar a desconfiança, o medo e o ódio», e Graham Green, escritor britânico, no seu discurso no Kremlin, confessaria que ele tinha sido um dos cépticos, mas que era obrigado a reconhecer que lhe era difícil em breves palavras, depois de tantas intervenções brilhantes como as que tinha ouvido responder à pergunta «porque estou eu aqui?» feita por todos os repórteres ocidentais. Mas respondeu o seguinte: «há quase cem anos que existem certas suspeitas e até inimizade entre a igreja católica romana e o comunismo, situação que existe também hoje. Nos últimos 15 anos visitei várias vezes a América Latina. Tenho o prazer de vos informar que ali aquelas suspeitas já foram esquecidas e sepultadas. Na América Latina os católicos lutam ombro a ombro com os comunistas. O meu sonho é que a cooperação entre os marxistas e os católicos abranja a Europa, o Leste e o Oeste.»

Os médicos, unânimes em considerar que um conflito nuclear destruiria todo o planeta, sublinharam a necessidade de formação de uma nova mentalidade política na base da renúncia à «imagem do inimigo», a favor da «imagem do parceiro», da passagem da confrontação à cooperação. Na opinião do professor catedrático norte-americano Sidney Wozner, a «imagem do inimigo», contamina a opinião pública e desempenha um papel destrutivo, os conceitos falsos contribuem para o incremento do militarismo, impedindo o alcance de acordos e o abrandamento da tensão nas relações EUA-URSS.

Os canhões calam as musas

«Quando os canhões começam a falar, as musas calam-se», o presidente da câmara checoslovaca do Comércio e Indústria, Jaroslav Jakubec, serviu-se desta imagem para concluir que o co-

mércio, no caso de um conflito nuclear, também se calaria. Hans Bandisch, co-proprietário da companhia electrónica oeste-alemã «Fel-Funk Elektronik Labor», empresa que participou com a URSS nos projectos espaciais Vega-1 e Vega-2, diria por seu lado que o progresso técnico não precisa de «estimuladores» perigosos, análogos à «iniciativa de defesa estratégica» norte-americana e que a tecnologia avançada não deve ser obrigatoriamente agressiva e a cooperação internacional no espaço deve dar frutos pacíficos. Foi com esta ideia que os homens de negócios vieram a Moscovo tendo concluído no final dos debates que o desenvolvimento da cooperação económico-comercial mutuamente vantajosa e equitativa entre o Leste e o Oeste é um caminho para a paz e o desanuviamento internacional, que o comércio pode e deve desempenhar um importante papel na melhoria das relações políticas entre os Estados.

A maioria dos participantes na mesa-redonda dos políticos, moderada pelo académico Evgueni Primakov, concluíram que o estacionamento de armas no espaço constitui o principal obstáculo para se alcançar um acordo sobre o desarmamento e em unanimidade salientaram a necessidade de todos os participantes nas conversações sobre desarmamento possuírem uma nova mentalidade.

Este grupo de trabalho, pelas suas características e pelos temas abordados — como aproveitar os resultados alcançados em Reykjavik, a iniciativa de defesa estratégica dos EUA e a segurança europeia, como alcançar a estabilidade estratégica no mundo, entre outros — esteve longe da unanimidade. Não deixou no entanto de haver uma ampla troca de opiniões, com diferentes pontos de vista e críticas recíprocas, mas também foram determinadas as posições em relação às quais há convergência de opiniões, concluindo ainda de que é possível alcançar acordos se forem solucionadas as questões fulcrais relacionadas em primeiro lugar com a corrida aos armamentos, e não as questões particulares, e para isso poderão contribuir não só os EUA e a URSS mas também outros países com a sua contribuição na luta pela paz.

William Germann, editor do jornal «San Francisco Chronicle», diria no fi-

nal do Forum que «por vezes somos obrigados a viver com vizinhos por quem não temos simpatias, mas podemos viver normalmente se estivermos convictos de que eles não nos atirarão pedras à nossa janela», para significar que há países que vivem com medo uns dos outros e que «se a parte soviética acreditasse que a IDE é um autêntico escudo defensivo, seria aberto o caminho para o alcance de importantes acordos; porém, as características reais da IDE criam razões para que a parte soviética desconfie dos verdadeiros objectivos de Washington».

Conjugar esforços

Para surpresa de todos, os religiosos reunidos no Forum, aprovaram um Apelo final a acções conjuntas, dirigido a todas as pessoas de boa vontade, aos crentes, aos dirigentes das nações, para que ponham de lado os preconceitos, renunciem à hostilidade e, todos juntos, levantem o estandarte de uma paz justa para todos. O lama supremo de Ladakh, India, Kaushak Sakula, recordando o trabalho em prol da paz desenvolvido pelo «Grupo dos Seis», disse que a peregrinação de crentes a Moscovo teve na sua origem o alarme geral da Humanidade e realçou a necessidade de todos os quadrantes sociais conjugarem esforços, inclusive os religiosos, com o objectivo de influenciarem a sério as decisões tomadas pelos dirigentes. Também o secretário-geral da Conferência Islâmica, Shara-fuddin Pirzada, sustentou que a teoria da discussão nuclear é absurda; quer as potências nucleares desenvolvam meios de ataque ou defesa, o resultado será sempre o mesmo. Esta organização que representa cerca de mil milhões de muçulmanos, acredita que o desarmamento total e universal é possível e envidará todos os esforços para a afirmação dos eternos princípios de paz.

Esta secção pronunciou-se ainda pela necessidade de cessar a corrida aos armamentos, pôr fim aos ensaios nucleares e impedir o alastramento da corrida aos armamentos para o espaço.

O Apelo final foi entregue às embaixadas da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da França, da China e a Mikhail Gorbatchov durante o encontro realizado no Kremlin.

No encontro de Mikhail Gorbatchov,

Apelo dos religiosos

«Nós, representantes da religião budista, hinduísta, judia, muçulmana, sintoísta e cristã da África, América do Norte e América do Sul, Ásia, mar das Caraíbas, Europa Oriental e Ocidental e do Médio Oriente, unidos por um mesmo amor a Deus e ao próximo, dirigimo-nos aos crentes de todo o Mundo, a todos os homens de boa vontade, aos dirigentes das nações: em nome de Deus, da sobrevivência e dignidade de todos os seres humanos, ponham de lado os preconceitos, renunciem à hostilidade, cruzem as armas e, todos juntos, levantem o estandarte de uma paz justa para todos.»

«Não viemos para nos aliarmos à política de algum país, mas apreciamos devidamente a moratória unilateral às experiências nucleares, declarada como uma medida de confiança do mais alto grau. Esta medida merece uma apreciação positiva. Todos os Estados nucleares devem adoptar uma moratória geral a todas as experiências nucleares. Consideramos também que é indispensável, inadiável e viável o objectivo de libertar o mundo das armas nucleares, por etapas acordadas, até ao ano 2000.»

«Acreditamos em acções sagazes, sob a direcção de dirigentes experientes. Não é tarde ainda para substituir a ameaça ou o emprego da força armada pelo diálogo, não é tarde ainda para retomar a política de desanuviamento e da cooperação e implantar uma nova confiança entre as pessoas, separadas pelo ódio e a hostilidade que contradizem o bom-senso. Ainda há tempo para elaborar uma concepção, que seja aceite por todos, sobre a segurança geral dos países deste Mundo que se encontram em inevitável interdependência. Os crentes têm tarefas particulares, entre as quais: — contribuir para a unidade entre os povos; alargar os contactos, ultrapassando a fronteira da divisão; melhorar a vida espiritual; ajudar a acabar com as imagens preconcebidas do inimigo; intensificar a educação no espírito da paz.»

«Exortamos aqueles que fazem a política e os chefes de Estados a dedicarem-se à continuação do diálogo. É preciso tomar já hoje medidas urgentes para pôr termo à corrida aos armamentos. Mas é necessária a devoção à continuação da causa, caso queiramos levar à prática os anseios comuns da humanidade no sentido da eliminação de todas as armas nucleares. Dirigimo-nos aos dirigentes dos maiores países nucleares com um apelo particular:

- declarar, de uma vez para sempre, que a guerra nuclear é uma alternativa amoral e inaceitável do ponto de vista humano;
- condenar as doutrinas de intimidação nuclear e de extermínio mutuamente garantido;
- respeitar incondicionalmente os tratados existentes em matéria de armas nucleares, como o tratado de defesa antimísil;
- iniciar sem demoras a conclusão de novos tratados que correspondam à esperança acesa em Reikiavik de criar um mundo desnuclearizado.» ■



secretário-geral do PCUS, com os participantes do Forum, realizado no Kremlin, o académico Evgueni Velikov fez o balanço da iniciativa e comunicou as principais conclusões do Forum: — A eliminação dos arsenais nucleares e dos outros meios de extermínio em massa e o triunfo da nova mentalidade política possibilitarão sanear o clima político internacional; — a criação de laboratórios científicos abertos, uma espécie de sector de investigação científica à margem dos segredos militares e comerciais, concentrando-se na resolução dos problemas universais que a Humanidade enfrenta; — a constituição de um fundo especial para cumprir os projectos ligados à resolução de problemas físico-técnicos, humanitários, sociais e outros.

O cientista soviético, em nome dos participantes no Forum, saudou o astrofísico norte-americano Charles Hyder, que se encontra em greve de fome, frente à Casa Branca, exigindo do governo dos EUA passos concretos no sentido da liquidação dos arsenais nucleares até ao fim do século.

Este encontro, onde houve intervenções de representantes de todas as secções que funcionaram no Forum, encerrou com a intervenção de Mikhail Gorbachov, já aqui reproduzida.

Unanimidade nos debates praticamente não existiu. Consenso, houve algum. Unidade em torno das linhas fundamentais, essa, existiu e saiu reforçada nestes dias do Forum. É que, para continuar a trocar opiniões, mesmo divergentes, é preciso continuar a viver e disso têm consciência todos os que nele participaram, criando-nos uma grande esperança e a convicção de que em cada dia que passa aumentam os efectivos do exército pela Paz. O Forum não foi mais um simples tijolo, constituiu uma trave-mestra na construção do edifício mundial da Paz. ■



Algumas declarações

• **Dorothy Hodgekin** (prémio Nobel, Grã-Bretanha) — «Trabalhamos numa atmosfera desembaraçada e de amizade, todos temos a possibilidade de expor completamente as nossas ideias.»

• **John Kenneth Galbreith** (professor catedrático da Universidade de Havard) — «Surpreendeu-me a profunda fidelidade à paz e à coexistência pacífica que ressoou no discurso de Mikhail Gorbachov; todos nós, participantes nas discussões, compartilhamos estes sentimentos e ânimos. Estou convicto que o inimigo comum do socialismo e do capitalismo é a guerra nuclear.»

• **Bernard Lown** (co-pres. do movimento «Médicos do Mundo pela Prevenção da Guerra Nuclear» — EUA) — «No século nuclear é indispensável uma nova mentalidade, sem a qual será impossível solucionar os problemas do século XXI.»

• **Susan Eisenhower** (directora executiva do Instituto de Problemas Mundiais «Eisenhower» de Washington, neta do ex-presidente dos EUA) — «O volume de informação sobre a União Soviética cresceu sensivelmente nos últimos tempos nos meios de comunicação social. Actualmente os norte-americanos mostram um grande interesse pelas relações com a URSS.»

• **Frank Von Hippel** (professor norte-americano) — «Não há defesa contra as armas nucleares. O presidente Reagan espera através do programa IDE fazer com que o futuro dependa somente de nós. Considero esta posição com uma fuga à realidade. São necessários o desejo e a boa vontade de ambas as partes.»

• **John Pike** (director da Federação dos Cientistas norte-americanos) — «Pretendemos debater em Moscovo as questões concretas da corrida aos armamentos. A maioria dos cientistas norte-americanos tem uma atitude céptica para com a IDE, compreendendo que esta última está longe de assegurar aos EUA uma segurança maior, pelo contrário irá diminuir a segurança agora existente.»

• **Karl Bonhoeffer** (doutor em medicina, RFA) — «Os resultados positivos da política da URSS são já visíveis. Nos últimos tempos melhorou a chamada "imagem do inimigo", isto é o quadro da União Soviética, pintado pelos meios de comunicação social e pelos políticos do ocidente.»

• **Dieter Lattmann** (escritor, RFA) — «Julgo que a nossa tarefa é debater o que pode fazer a literatura e as ciências humanas para prestar apoio aos especialistas em ciências naturais.»

• **Peter Ustinov** (cineasta e escritor inglês) — «Nunca alimentei grandes esperanças quanto à utilidade de reuniões, mas sempre achei que é bom quando as pessoas se juntam.»

• **Friedrich Duerrenmatt** (escritor suíço) — «O papel da literatura no mundo contemporâneo é extremamente importante e os escritores podem contribuir para a construção de um mundo desnuclearizado.»

• **Saad El-Din Wahba** (cineasta egípcio e presidente da Associação Pan-Árabe dos Cineastas) — «A arte e a literatura podem fazer muito para formar a opinião pública e afirmar as ideias de paz e do humanismo.»

• **Claudia Cardinal** (actriz italiana) — «A luta pela paz é a mais importante tarefa do momento actual.»

• **Dmitri Likhatchov** (académico, URSS) — «É preciso alterar a psicologia das pessoas que consideram tudo com base nos interesses momentâneos. Deve-se organizar o controlo internacional da preservação dos valores culturais tal como o controlo dos ensaios nucleares.»

• **John Ogdon** (pianista britânico) — «Ressoaram diversas opiniões e pareceres. Procurámos as vias de reforço da segurança, falámos na educação das crianças, na ajuda aos necessitados, na divulgação da poesia e nos meios de nos conhecermos melhor uns aos outros.»

• **Herbert Von Karajan** (maestro austríaco) — Não podendo estar presente, em mensagem manifestou-se «convicto de que a troca de opiniões sobre problemas de importância vital constituirá um grande impulso para se alcançar a compreensão mútua em todo o Mundo».

• **Luciano Berio** (compositor italiano) — «É enorme a influência que a música tem no coração das pessoas. A música tem também um carácter social e político, pois reflecte o Mundo. A música pode unir pessoas de diferentes países, ajudando-as a alcançar a compreensão mútua.»

• **Demis Roussos** (cantor grego) — «Que se interpretem no mundo só canções pacíficas.»

• **Frei Betto** (teólogo brasileiro) — «O problema da paz não se limita ao diálogo Leste-Oeste, é também importante o diálogo Norte-Sul. As relações desiguais entre alguns países industrializados e subdesenvolvidos criam condições para conflitos locais, que podem desembocar em nucleares.» ■

Por que será?

Ao anúncio de uma moção de censura ao Governo por parte do PRD, logo os partidos reagiram. Uns com declarações, outros com um silêncio prudente, outro... manifestando estranheza.

Com efeito se, por exemplo, o PCP, através de Carlos Brito, comentou que tal iniciativa seria bem-vinda se conduzisse à demissão do actual executivo e à sua substituição por um Governo democrático, o secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, declarou que não sabia por que queria o PRD «abrir uma crise política». Se aqui há tempos o PS se

indignou com a abstenção do PRD que deu «confiança» ao Governo, preparar-se-á uma «vingança» dos socialistas? É que, quando se mostra não saber as razões por que se censura este Governo...

Acabar com eles!

Sugestiva a primeira página da edição de domingo do pasquim que dá pelo nome de «Correio da Manhã»: em grandes parangonas anuncia que «os pobres vão acabar nos Açores» e, logo por baixo mostra Cavaco Silva de pistola na mão, em foto tirada no dia do ambiente.

Ambientando-se à ideia, terá Cavaco tentado passar aos actos para «acabar com os pobres nos Açores»? O seu beatífico colega, Mota Amaral, bem se tem esforçado em afundar o arquipélago para assim acabar com eles. Não o conseguindo, porém, não é de excluir que tenha pedido ajuda...

Pontos Cardeais

Mudar de «Voz»

Portugal já está crescendo, na altura de mudar de voz. É o que terá concluído a Rádio Voz da América, ao anunciar a suspensão das suas emissões em ondas curtas para Portugal, medida revelada por um «porta-voz» da embaixada dos Estados Unidos.

Estas emissões, que tiveram início após o 25 de Abril de 1974, certamente porque o regime fascista falava americano com sotaque do Pentágono e calou-se durante a revolução, irão agora acabar — certamente porque o fascismo, de certo modo, recupera a voz. Já tínhamos dado por isso. De facto, para quê gastar dinheiro aos EUA, se o Estado português, com o Zé a pagar, volta a falar com a voz da América? Na TV, na rádio e em certos pasquins, não há quase outra voz que se ouça.

Jornalismo... maltratado!

Quando as palavras se cruzam, uns gostam e outros não. Isto a propósito da telenovela portuguesa que a RTP vai passando. Não se trata aqui dessas questões de gosto e de desgosto. Trata-se, a propósito de um cruzar de palavras de uma personagem e da respectiva actriz, falar do jornalismo maltratado. Queixou-se (ao «Correio da Manhã»), a actriz Marle, do papel que lhe deram, nada mais nada menos que o de «jornalista» do... «Correio da Manhã». Disse ela que o jornalismo ali fora mal retratado. «Não se vê a minha actividade profissional», diz ela, «e essa podia ter sido mais bem explorada»...

Não vemos como. O jornalismo de um jornalista do «CM» sairia certamente muito maltratado, fosse qual fosse a ponta por onde se lhe pegasse.

Fora dos eixos

Na opinião de Eduardo Prado Coelho a crítica ao governo de Cavaco Silva e a exigência da sua demissão releva de «esquemas ideológicos paleolíticos». Isto porque, entre outras «válidas» razões, «Cavaco Silva insinuou que pretendia executar uma política de Esquerda moderna». Tão subtil insinuação esta que ninguém deu por ela, ninguém a não ser é claro as «três dúzias de gatos pingados (ou será só uma?) reunidos num café de Campo de Ourique» que dão pelo comum apelido de «Esquerda Liberal» e mais os seus «compagnons de autoroute» — mais moderno — como o geralmente bem informado comentador Eduardo Prado Coelho. Como todos os supracitados vertebrados se situam no autodenominado «eixo liberal», é caso para dizer que alguma coisa anda muito fora dos eixos... da esquerda (daquela que não precisa de letra grande para o ser).

Gazetilha

por Ignotus Sum I

Andou por aí um bufo travestido de poeta e tudo o que era tartufo ou malandrim ou pateta tudo ficou satisfeito de o ter apertado ao peito...

Só é pena que quem tem a mais alta condição até achasse por bem sorrindo, apertar-lhe a mão e oferecer-lhe a gentileza de um lugar à sua mesa!

Cada qual faça o que faça. No que o seu nome envolver o seu direito à desgraça use-o conforme entender. Mas em casos como o tal não, não meta Portugal!

II

O Irangate, a manobra de Reagan & Cia. inda está longe de alcançar o pleno dia...

«Isto é uma droga!» já por aí se diz conhecendo-se a acção que tem neste país...

Ora a palavra droga não está aqui por acaso pois há notícias novas sobre o caso...

Assim, atrás dos dólares com que o contra joga aparecem as armas da CIA e mais a droga...

Enfim, leitores naquele mundo infecto dólares, armas, Cia, droga — está correcto...

III

A Coimbra foi Beleza para uma inauguração Grande hospital, com certeza! Fica mais rica a Nação... ... patati de pobre casta daquela que a casa gasta...

Estava tudo sem aresta quando, lá nos bastidores, alunos e professores puseram gumes na festa. Não eram rezas nem loas e a Beleza ouviu das boas...

A TV foi lá. Filmou toda a cena inaugurada. Do resto que se passou nada viu, não soube nada. Por que será que a TV só o que quer ver é que vê?...

IV

Lá vai a Nau Cavaqueta que tem muito que contar. Ouvi agora, senhores, uma história de pasmarr.

Num caso de triste fama houve que o justificar sem dizer que era o Vernon que estava perto, a rosnar. Que faz então o governo para assentar o seu mandar? Pois ouvi, ouvi senhores uma história de pasmarr!

Nesse momento o governo melhor não pode encontrar (como é triste, cidadãos, isto haver de se contar!) do que um despacho, uma ordem assinado... Salazar!

Lá vai a Nau Cavaqueta medonha, no alto mar. Quanto mais tempo, senhores, teremos de suportar estas e outras histórias difíceis de acreditar...

IMPORTAVAS-TE DE APANHAR UMA INTOXICAÇÃO ALIMENTAR DAQUELAS?

VALIA A PENA!

Phalar

Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 691

26 de Março de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

LISBOA

No Centro de Trabalho Vitória, sessão de cinema (projectão vídeo em ecrã 4x3) às 21 horas, do filme «Apocalypse Now», realização de Francis Ford Coppola, tendo como tema a guerra do Vietname. A entrada é livre.

21.15, promovido pelo Sector dos Quadros Técnicos da DORL, assiste e participa num Painei sobre o «Impacte das tecnologias da informação no exercício das profissões de quadros técnicos e no emprego». Comunicações iniciais sobre: equipamento, aplicações, investigação e consequências no emprego.

Portugal de Abril», com a presença da camarada Helena Medina.

MONTE-MOR-O-VELHO

Jantar-convívio, às 20.00 no refeitório da Câmara, com a participação do camarada Alberto Vilaça.

LISBOA (Amelxoeira)

Para comemorar o Dia do Estudante e

às 18.45, na Casa da Cultura dos trabalhadores da Quimigal com a presença do camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

FARO

A Direcção da Organização Regional do Algarve promove no salão da Coopofa, a partir das 14.30, uma reunião distrital de eleitos e activistas nas autarquias.

AREALÃO (Santiago do Cacém)

Assembleia de Militantes, às 15.00 na sala de convívio, com a presença do camarada Rogério de Brito, deputado à AR.

CARREGAL DO-SAL

Reunião geral de militantes da Organização Concelhia, às 20.30, no CT da Oliveira, com o camarada Carlos Fraião.

ALMADA

Plenário Concelhio de Fundos, às 15.00 na cave do Centro de Trabalho Concelhio.

BAIXA DA BANHEIRA

A JCP, para comemorar o Dia da Juventude, realiza o seguinte programa: 10.00, Futebol de Salão; 13.00, Almoço-convívio; 15.00, projecção de um filme; 20.00, Torneio de damas e xadrez. Estará patente durante todo o dia uma exposição sobre «A Juventude em Portugal».

PORTO

Reunião, às 15.00, de Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, com a participação do camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, no CT da Boavista.

PORTALEGRE

1.º Plenário de professores comunistas do distrito, às 14.30, com a presença do camarada Diamantino Dias do CC.

LISBOA

Às 10.00, Encontro Distrital para o Trabalho de Autarquias, na Voz do Operário; às 18.00, intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

SANTARÉM

Inauguração da Sede Distrital da Juventude Comunista Portuguesa, na Praceta Pedro Escuro, 10 - 1.º E, com o seguinte programa: 10.00, Plenário de activistas; 13.00, almoço; 15.00, conferência de imprensa; 16.00, convívio.

CARNIDE

Por iniciativa da Junta de Freguesia de Carnide, para comemorar o Dia Nacional da Juventude, decorrem as seguintes iniciativas: 24.00, largada de foguetes; durante a manhã, jogos populares e estafeta; piquenique, no Jardim da Luz; 15.30, Fórum da Juventude; 22.00, Concerto com grupos musicais da freguesia, no Coreto.

Domingo

PORTIMÃO

Debate sobre a situação internacional, às 15.00 no Centro de Trabalho com Alberto Villaverde Cabral.

LAGOS

A partir das 21 horas, estará em debate

a situação internacional e os problemas da paz. Contará com a presença de Villaverde Cabral.

FIGUEIRA DA FOZ

Almoço comemorativo do 66.º Aniversário do Partido, na escola Prof. Rui Martins.

SOURE

Almoço-convívio de aniversário do Partido, na Filarmónica. Contará com a presença do camarada Vasco Paiva do CC.

LISBOA

II Assembleia da Organização de Moscavide, às 10 horas na Casa da Cultura.

NELAS

Integrado nas comemorações de aniversário do Partido, desmancha de porco na Quinta do Paço-Santarém, durante todo o dia.

CARAMULO

Almoço-convívio no Clube «Os Modestos».

S. JOÃO DA PESQUEIRA

Integrado no aniversário do PCP, convívio, no Centro de

Trabalho, com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

SETÚBAL

Curso que decorrerá no Centro de Trabalho concelhio, na Av. 5 de Outubro. Às 9.30 «A Participação Social e Política das Mulheres» com a camarada Regina Marques; 14.30, «As Mu-

«Grupo de Jovens de Felgueiras»: às 10.00, Corrida da Paz; 15.00, Espectáculo de Música Popular.

CAMPO MAIOR

4.ª Assembleia da Organização Concelhia, às 10.00 na Cooperativa Agro-Campo Maior.

ALPIARÇA

Promovida pela

ção — o que é, quem serve, para que serve?» com Helena Medina, membro do CC, no CT da Boavista, às 21.30.

AMARANTE

Às 15.00, visita de Deputados do PCP à Barragem do Torrão.

sábado, 28 de Março

10 h. - Plenário de Activistas

13 h. - Almoço (DORSA/PCP)

15 h. - Conferência de Imprensa

16 h. - Convívio

INAUGURAÇÃO DA Sede Distrital da

Juventude Comunista Portuguesa

Praceta Pedro Escuro n.º 10-1.º E.
T. 24533
2000 Santarém

PARTICIPA!
TRAZ UM AMIGO!

CONVITE

Sábado

FIGUEIRA DA FOZ

Encerra hoje o ciclo de debates promovidos pelo PCP sobre as consequências da adesão à CEE. Terá lugar na sala Atlântico, às 15.00, e contará com a presença do deputado à AR Carlos Carvalhas e membro do CC.

LEIROSA (Figueira da Foz)

Jantar-convívio, às 21.30, de comemoração de aniversário do Partido.

COIMBRA

Debate, às 15.00, no Centro de Trabalho sobre «Emancipação da Mulher no

o Dia da Juventude, a Junta de Freguesia da Ameixoeira e as escolas, realizam um concerto Rock, às 17 horas na Escola Secundária.

4.ª Assembleia da Célula do PCP na CP, zona de Lisboa, às 9.30, na Cantina do Rossio.

A partir das 22 horas «Noite do Fado Vadio», na Voz do Operário (entrada pela Trav. de S. Vicente), com Esmeralda Amoedo, entre outros.

AVEIRO

Debate sobre a Ria de Aveiro: A que Tinhamos! A que Temos! A que Queremos! No salão Cultural da Câmara.

BARREIRO

6.ª Assembleia da Célula da Quimigal-Barreiro, das 10.00

Sexta

COIMBRA

«Debates abertos com o PCP», às 21.30 no Auditório das Piscinas Municipais, com o deputado no Parlamento Europeu Barros Moura.

PORTO

Reunião Plenária da DORP, às 17.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

LISBOA

No CT Vitória, às

noite de fado vadio

sábado 28 MARÇO 22h.

na VOZ DO OPERÁRIO

entrada pela Travessa de S. Vicente

Bar Pequenas Refeições

Marque a sua mesa

informações 532161 874507

bilhetes nos C.T. GRAGA, S. VITÓRIA

ORGANIZAÇÃO da 4ª ZONA - O.L.L.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



TV O Programa

Quinta
RTP1

- 10.00 — **As Dez**
 12.15 — **Telenovela:**
 Cambalacho, 59.º epis.
 13.00 — **Jornal da Tarde**
 13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
 18.00 — **Sumário**
 18.05 — **Brinca Brincando**
 18.50 — **Par ou Ímpar**
 19.30 — **Telejornal**
 20.00 — **Boletim Meteorológico**
 20.10 — **Telenovela «Palavras**
 Cruzadas», 54.º epis.
 20.45 — **Série: «Alf — Uma Coisa**
 do Outro Mundo»
 21.15 — **Telemundo**
 21.45 — **Série: «Operação**
 Cogumelo», 1.º epis.
 22.30 — **24 Horas**
 23.00 — **Remate**

RTP2

- 14.15 — **Telenovela: «Novo**
 Amor», 24.º epis.
 15.05 — **Agora, Escolha!**
 16.30 — **Trinta Minutos Com...**

- 17.05 — **Countdown**
 18.00 — **Estádio**
 19.00 — **Nino Show**
 20.05 — **Série: «5.ª Dimensão»**
 20.30 — **Série «Uma Família às**
 Direitas»
 21.00 — **Jornal das Nove**
 21.35 — **Concurso «A Quinta do**
 Dois»

Sexta
RTP1

- 10.00 — **As Dez**
 12.15 — **Telenovela:**
 «Cambalacho»
 13.00 — **Jornal da Tarde**
 13.35 — **Ciclo Preparatório**
 18.00 — **Sumário**
 18.05 — **Brinca Brincando**
 18.50 — **Concurso «Par ou**
 Ímpar»
 19.30 — **Telejornal**
 20.00 — **Boletim Meteorológico**
 20.10 — **Telenovela «Palavras**
 Cruzadas»
 20.55 — **Série: «Palácio dos**
 Sonhos»
 21.50 — **Tudo é Espectáculo —**
 Samy Davis Jr. «Paz e

RTP2

- 14.15 — **Telenovela «Novo**
 Amor»
 15.05 — **Agora, Escolha!**
 16.30 — **Notícias**
 16.35 — **Trinta Minutos Com...**
 17.05 — **Countdown**
 18.00 — **Estádio**
 19.15 — **Nino Show**
 20.05 — **Série «5.ª Dimensão»**
 20.30 — **Série Uma Família às**
 Direitas
 21.00 — **Jornal das Nove**
 21.35 — **Série «Meu Filho, Meu**
 Filho»
 23.35 — **Uma Boa Idela**

Sábado
RTP1

- 09.00 — **Concurso «A Quinta do**
 Dois»
 10.50 — **Série: «No Reino dos**
 Monchichi

- 11.15 — **Série: «Juventude e**
 Família»
 13.00 — **Sumário**
 13.10 — **Jornalinho**
 14.00 — **Parlamento**
 14.30 — **ABZ**
 17.05 — **Série: «Tudo em Cima»**
 17.45 — **20 Anos**
 18.45 — **Super Trinta**
 19.45 — **Totoloto**
 20.00 — **Jornal de Sábado**
 20.30 — **Boletim Meteorológico**
 20.35 — **7 Folhas**
 21.00 — **Série: «Dallas»**
 22.00 — **Ora Viva**
 23.30 — **Pela Noite Dentro: «O**
 Detective», Real. Gordon
 Douglas (EUA/1968,
 114m)

RTP2

- 12.30 — **Outros Mundos**
 13.00 — **Os Anos Não Contam**
 13.30 — **Meu Bicho, Meu Amigo**
 13.55 — **Arquivos do Tempo**
 14.20 — **Novos Horizontes**
 14.50 — **Quem te Viu e Quem TV**
 16.00 — **Troféu**



- 20.00 — **Eurocinema «Os**
 Miúdos»
 21.30 — **01 Magazine de**
 Informática
 21.45 — **Jazz**
 22.45 — **Vídeo Clube**
 23.00 — **Troféu**

Domingo
RTP1

- 09.00 — **Juventude e Família**
 10.45 — **TV Rural**
 11.15 — **Missa**
 12.05 — **70 vezes 7**
 12.35 — **Série: «O Almoço está**
 na Mesa»
 13.00 — **Sumário**
 13.10 — **Viva a Música**
 13.35 — **Série: «Os Roberts»**
 14.00 — **Arco Iris**
 15.35 — **Primeira Matinée: «A**
 Carga da Brigada Azul»,
 real. Raoul Walsh
 (EUA/1964, 116m)
 17.35 — **Circo, Circo**
 18.00 — **Clube Amigos Disney**
 19.00 — **Série: «O Justiciero»**
 20.00 — **Jornal de Domingo**
 20.30 — **Boletim Meteorológico**
 20.35 — **Eu, Miguel Torga**



- 21.00 — **Série: «Amor em Fuga»,**
 1.º epis.
 22.00 — **Domingo Desportivo**
 23.05 — **Dizem os Astros**

RTP2

- 10.00 — **Troféu**
 12.30 — **Magazine**
 12.50 — **Caminhos**
 13.05 — **Música na América**
 14.00 — **Série: «Destino**
 Aventura»
 15.00 — **Troféu**
 17.00 — **Fantasia e Realidade**
 17.30 — **Série: «Miss Marple**
 Investiga»
 18.00 — **Série: «O Homem e a**
 Morte»
 19.00 — **Entrada Livre**
 19.30 — **Ler Portugal**
 20.00 — **Série: «O Triunfo do**
 Ocidente»
 20.45 — **A Pequena Volta a**
 França



- 21.15 — **Quatro Compositores**
 Americanos: «Meredith
 Monk»
 22.00 — **Cineclube «Vamo-nos**
 Amar», Real. George-
 Cukor (EUA/1960 118m)

Segunda
RTP1

- 10.00 — **As Dez**
 12.15 — **Telenovela:**
 Cambalacho
 13.00 — **Jornal da Tarde**
 13.35 — **Ciclo Preparatório**
 18.00 — **Sumário**
 18.05 — **Brinca Brincando**
 18.50 — **Show Bis**
 19.30 — **Telejornal**
 20.00 — **Boletim Meteorológico**
 20.10 — **Telenovela: «Palavras**
 Cruzadas»
 20.50 — **Vamos ao Teatro —**
 Meu Amor é Traíçoeiro
 21.55 — **Noites Tranquilas no**
 Loucuras: António
 Calvário
 22.30 — **24 Horas**
 23.00 — **Remate**

RTP2

- 14.15 — **Telenovela: «Novo**
 Amor»
 15.05 — **Agora, Escolha!**
 16.30 — **Notícias**
 16.35 — **Trinta Minutos Com...**
 17.05 — **Countdown**
 18.00 — **Estádio**
 20.05 — **Série «5.ª Dimensão»**
 20.30 — **Série: «Uma Família às**
 Direitas»
 21.00 — **Jornal das Nove**



- 21.35 — **Lar da 3.ª Idade**
 22.55 — **2.ª Volta**
 23.25 — **Série: «Benson»**

Terça
RTP1

- 10.00 — **As Dez**
 12.15 — **Telenovela: Cam-**
 balacho
 13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
 18.00 — **Sumário**
 18.05 — **Brinca Brincando**
 18.50 — **Concurso «Show Bis»**
 19.30 — **Telejornal**
 20.00 — **Boletim Meteorológico**
 20.10 — **Telenovela: «Palavras**
 Cruzadas»
 20.50 — **Portugal Sem Fim**
 21.45 — **Série: «Dempsey & Ma-**
 kepeace»
 22.35 — **24 Horas**
 23.05 — **Remate**

RTP2

- 14.15 — **Telenovela: «Novo**
 Amor»
 15.05 — **Agora, Escolha!**
 16.30 — **Notícias**
 16.35 — **Trinta Minutos Com...**
 17.05 — **Countdown**
 18.00 — **Estádio**
 19.00 — **Nino Show**
 20.05 — **Série: «5.ª Dimensão»**
 20.30 — **Série: «Uma Família às**
 Direitas»
 21.00 — **Jornal das Nove**
 21.30 — **Cinema Dois: «Entre**
 Mulheres», real. Marta
 Meszaros (Hungria/1978,
 94 m)

Quarta
RTP1

- 10.00 — **As Dez**
 12.15 — **Telenovela Cambalacho**
 13.00 — **Jornal da Tarde**
 13.35 — **Ciclo Preparatório**
 18.00 — **Sumário**
 18.05 — **Brinca, Brincando**
 18.50 — **Concurso Show Bis**
 19.30 — **Telejornal**
 20.00 — **Boletim Meteorológico**
 20.05 — **Vamos Jogar no**
 Totobola
 20.20 — **Telenovela Palavras**
 Cruzadas
 21.00 — **Lotação Esgotada:**
 Guia para um Homem
 Volúvel
 22.30 — **A Música de Michel**
 Legrand
 23.50 — **24 Horas**
 24.00 — **Remate.**

RTP2

- 14.15 — **Telenovela Novo Amor**
 15.05 — **Agora, Escolha!**
 16.30 — **Notícias**
 16.35 — **Trinta Minutos Com...**
 Eunice Munõz
 17.05 — **Countdown**
 18.00 — **Estádio**
 19.00 — **Nino Show**
 20.05 — **Série: «5.ª Dimensão»**
 20.30 — **Série: Uma Família às**
 Direitas
 21.00 — **Jornal das Nove**



- 21.35 — **Ballado: Les enfants et**
 les sortilèges

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A intensificação das acções de massas
 factor determinante para a derrota
 do Governo Cavaco Silva

Campanha organizativa para fortalecer o Partido
 Fevereiro - Junho 1987

- melhorar o funcionamento orgânico
- dinamizar a actividade partidária
- aprofundar a ligação com os trabalhadores e as populações

Incentivar por todo o lado e acompanhar atentamente a Campanha Organizativa

Após o AIP
 — Novos aspectos e tendências na luta pela Paz

Marco 1987 • N.º 142 • Preço 40\$00

a TV

Reunião, esta sim, de alto nível

Foi uma grande notícia. Um grande momento de televisão. «Tudo tão simples, tão natural...», como dizia o poeta.

E não era uma reportagem. Era um apontamento. Um súbito clarão, tão impressivo que deixa marca indelével na memória.

Isto apenas: Andrei Gromiko, presidente da URSS, recebe uma enorme delegação de crianças de todo o mundo. Falou-se da Paz. Foi, em tudo, uma reunião de alto nível.

Uma menina americana presenteou Andrei Gromiko com um brinquedo de sua invenção chamado «o jogo da Paz» — certamente resposta ao famigerado «jogos de guerra» que envenena milhões de crianças americanas.

Visível a comoção de Gromiko. Um beijo e um aperto de mão.

Isto apenas. Momento de largo alcance na defesa da Paz.

As calças e o vodka

Na aparência, é publicidade a uma marca de calças. Calças que vêm do país da Democracia e da Liberdade. Lá está a bandeira, lá está o hino. Os Estados Unidos, claro...

A aparência dá lugar à realidade: trata-se de mais uma lavagem ao cérebro, mais um acto de propaganda política.

Talvez haja alguém que proteste. «Lá está o sectário, a ver em tudo a acção do imperialismo e da CIA...»

Pensarão alguns que é apenas um anúncio, o produto é americano, eles referem-se ao país de origem. É natural. Chato, pá, vês maldade em tudo!

Pronto. Não discuto mais. Mas já agora, meus amigos. Acompanhem-me neste cenário:

O anúncio faz a publicidade ao vodka. De início, ao fundo, surge-nos a bandeira vermelha, com a foice e o martelo e a estrela ecuménica. Seguem-se monumentos ou expressões ou imagens da União Soviética: eis Lénine falando à multidão, o Kremlin, o Sputnik, as grandes barragens, grupos de crianças seguras e felizes. Finalmente uma garrafa iluminada de mágicos fulgores, com uma voz em off:

— Sou o vodka e venho do país do Socialismo, da Liberdade e da Paz. Sou ardente, como a alma do meu povo...

Repito: este anúncio não existe. Mas suponhamos que alguém o apresenta à publicidade na Televisão. Acham que a Televisão o apresentava? Não apresentava. Diria que era um anúncio político. E no entanto, não considera o tal anúncio tão puro, tão inocente, tão anjinho, dos «Jeans»...

Pra cá vem de carrinho!

As mãozinhas

Infelizmente, em questão de anúncios fraudulentos, não nos ficamos por aqui.

Estou a lembrar-me daquele em que se apregoam as vantagens oferecidas aos cidadãos portugueses por... instituições oficiais.

Imagem final: duas mãos que se apertam, a toda a largura do televisor. As mãozinhas da UGT, estão a ver?

Impossível argumentar inocência, tão evidente é o despropósito do símbolo e o propósito da semelhança...

A fera da «guerra-fria»

Chama-se Vernon Walters, é embaixador americano na ONU, reaganista dos quatro (ou dos cinco!) costados, ex-alto responsável da CIA. Chamam-lhe «o pai» do golpe fascista brasileiro de 1964. Dizem-no também por detrás do assassinio de Letelier. Boatos, é claro...

A Televisão entrevistou-o longamente. Diga-se, para já, que não foi para ele uma entrevista fácil, pois se viu (talvez inesperadamente, para ele) com problemas incómodos que a sua verborreia e experiência na manipulação não foram, na totalidade, suficientes para superar.

Trata-se, como por vezes se viu, de uma fera na «guerra-fria», habituado a esgrimir com argumentos «para americano ver». Vejamos apenas um caso.

É sua opinião que o comunismo não resulta, não tem vantagem. E dá a «prova decisiva»: apesar de estabelecido na URSS há 70 anos, o produto nacional bruto continua sendo muito inferior ao dos Estados Unidos...

Impressionante o descaramento! Vernon finge esquecer que, se o comunismo se constrói há 70 anos na URSS, o capitalismo se desenvolve há séculos nos Estados Unidos...

Finge esquecer que, com as invasões dos países capitalistas logo a seguir à Revolução a economia do país dos soviets regrediu aos níveis de 1913, tamanhas foram as devastações. Só perto de 1927 se atingia o nível de produção de 1917...

Foi grande o desenvolvimento processado até ao início da última grande guerra, em que a União Soviética sofreu como ninguém, com os seus vinte milhões de mortos, muitos outros milhões de mutilados física e psicologicamente, com o cortejo infundável de destruição. No fim da guerra, a produção baixara sensivelmente ao nível da de 1927...

Isso, Vernon finge esquecer. E finge esquecer que os Estados Unidos nunca viram o seu território invadido, nunca enfrentou uma guerra a sério, finge esquecer a exploração a que o seu país submete outros povos, reduzindo-os à miséria, em proveito próprio...

Por aqui já se pode entender o valor de certos «argumentos» de certas «provas». E houve mais, muito mais, no discurso de Vernon Walters, o mestre da «guerra-fria» — e um dos «danados» da «guerra-quente».

Durante a sua estada em Portugal, Vernon não deu apenas argumentos falsos: também deu directrizes para a acção. Aliás, tão falsas como os seus argumentos. ■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

«O Soldado Russo»

Passou na RTP no início da semana um pequeno telefilme inglês, ironicamente intitulado «O Soldado Russo». Aí se contava uma história em que ingleses preparando armas químicas — defensivas, é bem de ver, e destinadas a fazer face à «ameaça russa» — matam ingleses e contaminam terra inglesa. Uma lógica que os nossos recortes de hoje ilustram.

Exercício NATO: «A caça aos comunistas»

• «O Wintex-Cimex, exercício de cooperação civil-militar que se realiza nos anos ímpares, abrangendo toda a estrutura civil-militar da NATO, terminou esta semana.

De 4 a 17 deste mês, a operação envolveu todos os países da NATO, com excepção da Espanha e França, que não participam na sua estrutura militar, e ainda a Grécia que pediu para não participar este ano.

O objectivo do Wintex-Cimex foi exercitar as autoridades civis e militares da Aliança no uso de planos operacionais, procedimentos e comunicações.

Face a um cenário de situação de crise (pré-estabelecido) que progride até ao conflito aberto, o exercício permite, pela injeção de incidentes na acção desta guerra, testar a capacidade de articulação civil e militar de comunicação entre os países da NATO e a capacidade de resposta do poder político perante o estado de guerra.

(...) A situação está incontrolável e, na madrugada do dia 10, a 3.ª Guerra Mundial começa a partir do Oriente. As fronteiras são violadas pela enorme massa de tanques e homens do Pacto de Varsóvia que, pela superioridade técnica e numérica, rompem as primeiras linhas de defesa da NATO. Os submarinos nucleares soviéticos no Atlântico preparam-se para cortar o caminho aos reforços norte-americanos, isolando a Europa.

Nesse dia 10, os Parlamentos dos países da Aliança (em estado de emergência desde dia 4) decretam o estado de guerra.

A mobilização militar em Portugal tem forte resistência civil. Os aviões A7 e P3 da Força Aérea portuguesa percorrem a pente fino, a costa Atlântica tentando neutralizar barcos e submarinos soviéticos. Para Portugal o perigo vem do mar. A vida portuguesa fica de olhos postos na guerra. O racionamento alimentar decretado no território não é conseguido e os açambarcamentos e a corrupção dominam. O consumo de combustíveis reduz-se rapidamente, as greves são proibidas e a comunicação social, controlada pelas autoridades, faz constantes apelos à calma e ao trabalho. Na economia, também paralisada, todos os movimentos financeiros e mercados de câmbio são encerrados. Os levantamentos bancários são limitados diariamente a 20 000\$00. As autoridades portuguesas estudam as possibilidades de alojar refugiados de guerra, mesmo que seja nos parques

de campismo, vazios nesta época do ano. Os hospitais de campanha vão ser montados, hotéis ocupados e todo o tráfego aéreo civil é cancelado no território.

A resistência convencional ao embate do Pacto de Varsóvia vai cedendo de dia para dia. De 10 para 13 de Março já muitas unidades da NATO foram dizimadas. Milhares de mortos são contados de ambos os lados, e todos os dias os comandantes soviéticos são avisados de que a NATO, pela sua inferioridade convencional, pode recorrer à guerra nuclear ou alargar os conflitos a outras zonas sensíveis do Pacto de Varsóvia. A resposta é flexível e o inimigo não sabe quando e de onde, poderá vir.

Portugal está totalmente envolvido e, no plano interno, a população desencadeia a «caça aos comunistas», cujos dirigentes, defensores do Kremlin, passam à clandestinidade. Uma onda de atentados percorre o País. Os silos de cereais da Trafaria são destruídos, departamentos da Petrogal e da Marconi, sabotados. O caos instalou-se.

(R. Sá Gomes, «Semanário», 21. Março)

Desvendado o mistério da «mão invisível»

• «Há documentos inenarráveis e iniciativas indescritíveis. Todos os anos se espera que acabem e todos os anos ressurgem das cinzas. É o caso do «apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril», uma iniciativa tradicional do Partido Comunista e dos seus companheiros de estrada.

Muita gente fica logo fora de si pelo «simplismo conspiratório» da frase anterior. Então não é esse «apelo» assinado por «democratas» de «todas as tendências da esquerda», incluindo o PS, o MDP, o PRD, a UDP e os «pintassilguistas», ao lado de al-

guns comunistas até minoritários no conjunto?

É, é de facto assinado por «democratas», mas por aqueles que todos os anos entre o 25 de Abril e o 1 de Maio perdem o senso (ou descobrem outro tipo de senso) e aceitam uma iniciativa política do PCP, que objectivamente se destina a convocar uma manifestação contra o Governo em nome da unidade da esquerda. Antes foi contra Soares, hoje é contra Cavaco Silva.

Esses «democratas» sabem tão bem como eu que a «mão invisível» que juntou Álvaro Rana e Sanches Osório, Vasco Gonçalves e Sottomayor Cardia, Miller Guerra e Mário Tomé, Helena Roseta e Rosa Coutinho, no mesmo abaixo-assinado, que escreveu o papel, o negociou, fez os telefonemas e os contactos, dactilografou e mandou o «apelo» para os jornais, é a do PCP e que sem ela nada disto aconteceria.

Milhares de pequenos pormenores transpiram sempre clamando a sua origem e a servidão dos signatários aos interesses dessa origem. Por exemplo, Álvaro Cunhal nunca assina este tipo de papéis, numa exemplar demonstração aristocrática do dirigente que está «a outro nível» e não se mistura com nomes todos os dias gastos nestes excessos de promiscuidade política. Depois há as palavras do texto. Gostava que me explicassem o que quer dizer a «convergência nacional e patriótica em defesa dos ideais do 25 de Abril» a não ser fazer a «unidade da esquerda» pelo muito real PCP? Seria interessante saber também o que significa falar da «consolidação da democracia portuguesa» que «corresponde aos interesses do povo português» e porque é que a democracia que temos não «corresponde» pelos vistos a esses «interesses»?

Em suma, apesar da óbvia tentativa de agradar, no «apelo», a todos os signatários, a sua grande trave mestra é que é necessário «afirmar» os «ideais do 25 de Abril», numa situação em que presumivelmente eles estão esquecidos ou «traídos». Este é, desde 1976, o discurso comunista sobre o 25 de Abril, e o texto segue-o fielmente.

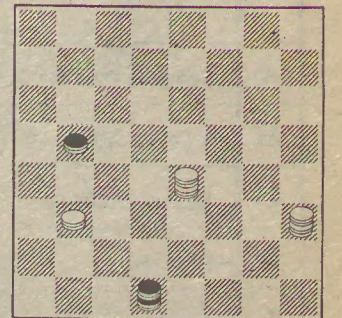
Na colheita deste ano lá temos Helena Roseta e Miranda Calha. No caso deste último, é bem grave ver como alguns sectores da minoria do PS ligada a Jaime Gama não resistem a um estilo politiquês de ter um pé em todo o lado ao mesmo tempo e de mostrar que são «muito de esquerda».

Mas o que há de pior nisto tudo é o poder que têm as seduções da unidade da esquerda e a facilidade com que muita gente se torna compagão de route pelo menos uma vez na vida. O PCP sabe bem que é assim, porque conhece o principal instrumento dessa facilidade: a falta de densidade política e a corrupção ideológica.

(José Pacheco Pereira, «Semanário», 21. Março)

Damas

XCV — 26 de Março de 1987
Proposição n.º 95
Por: José Anselmo Trabuço
«Século Ilustrado», 1939
Br: (9)-12-(14)-Pr: (3)-20



Jogam as brancas e ganham
Jogo n.º 95
Almada, 1977. VI. 11
Br. J. A. Vaz Vieira
Pr. Artur C. Gomes

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 11-14, 23-19; 4. 14-23, 28-19; 5. 6-11, 19-15; 6. 12-19, 22-6; 7. 2-11, 32-28; 8. 8-12, 28-23; 9. 11-14, 26-22; 10. 7-11, 24-20; 11. 12-15, 20-16; 12. 4-7, 29-25; 13. 15-20, 22-19; 14. 20-24, 27-22; 15. 7-12, 16-7; 16. 3-12, 21-18; 17. 14-21, 25-18; 18. 1-5, 23-20; 19. 12-16, 19-15; 20. 16-23, 15-6; 21. 24-28, 31-24; 22. 23-28, 18-14; 23. 10-26, 17-1; 24. 26-29, 1-32 e as Pretas ganham.

GOLPE N.º 95
Por: W. BEATTIE, 1891, Londres

1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 20-15; 3. 12-19, 22-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 1-5, 27-22; 6. 14-19, 21-17; 7. 10-14, 25-21; 8. 7-12, 31-27; 9. 3-7, 22-18; 10. 7-11? Perdentel! Br. 2-4-5-6-8-9-11-12-14-19 Pr. 15-17-18-21-26-27-28-29-30-32) J. Pr. G.

SOLUÇÕES N.º XCV

N.º 95 (JAT): 12-16, 20-15; 14-11, 15-6; 9-2 III G. Br.
Golpe 95 (W. B.): 10., 17-13; 11. 11-20, 18-11; 12. 9-25, 11-7; 13. 4-11 e 27 ou 28-23 + Ou: 10...., 29-25; 11. 11-20, 18-11; 12. 6-15, 28-23; 13. 19-28; 32-7 14. 4-11, 17-13; 15. 9-18; 21-7.

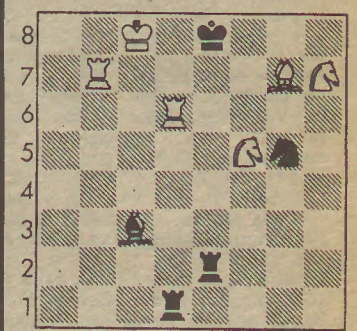
A. de M.M.

Xadrez

XCV — 26 de Março de 1987

Proposição N.º 15

Por: M. Lipton
2.º Prémio «B.C.P.S.», 1966
Pr.: (5): Cg5-Bc3-Ts. D1, é2-Ré8



Br.: (6): Cs. f5, h7-Bg7-Ts. b7, d6-Rc8
Mate em 2 lances

Jogo N.º 95

Br.: M. Tal — Pr.: V. Kortchnoi
1. é4, é5; 2. Cf3, Cg6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0, C: é4; 6. d4, b5; 7. Bb3, d5; 8. é5, Bè6; 9. Cbd2, Cè5; 10. c3, d4; 11. B: é6; 12. c: d4, c: d4; 13. Cè4, Bè7; 14. Bè3, Cf5; 15. Dè2, 0-0; 16. Tad1, C: é3; 17. f: é3, Dè3; 18. h3, Td8; 19. Ch2, T: d1; 20. D:d1, Dè8; 21. Dh5, Cè5; 22. Cg3, a5; 23. Cf5, Ta8; 24. Cg4, Tg6; 25. b3, Bè8; 26. Cf2, Dè6; 27. é4, Dè8; 28. Dd1, Bè7; 29. Dd2, Bf8; 30. D:a5, D:é5; 31. D:b5, Tè6; 32. Db8, h5; 33. Dd8, g6; 34. Ch6+, Rg7; 35. Cfg4, h:g4; 36. T:f7+, Rh6; 37. D: f8+, Rg5; 38. h4+, R: h4; 39. Dh6+, Dh5; 40. g3+ R: g3; 41. Df4+, Rh4; 42. Df2+, g3; 43. Tf4+, Rg5; 44. D: g3+, Rh6; 45. Th4, T: é4; 46. T: h5; R:h5; 47. D: c7, Cè6; 48. Db7, Tè5; 49. a4, Cf4; 50. Df3+, Rg5; 51. b4, Tè1+; 52. Rf2, Tb1; 53. b5, Tb2+; 54. Rè1, Rf5; 55. Dc3, Tf4; 56. b6, Cd5; 57. Dè8+ e as pretas abandonam.

Solução do N.º 95
Chave: 1. Bd4! (Cg7 ++ e 2. Td8++)
1., T: d4; 2. Cg7++
1., B: D4; 2. Td8++

Nota: Trata-se de um Meredith aristocrático exemplificativo do Tema Novotny. Será curioso e instrutivo analisar os EN-SAIOs: 1. Td4 e 1. Bè5 Respectivas ameaças e refutações!!!

A. de M.M.

edições
Avante!
Recomendam

VIII SONETOS

Ary dos Santos